

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

IDS

Relatório 2004

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECT
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES - IPES

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS
MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO – IDS
Relatório 2004**

Vitória, 2004

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES
Maria José Schuwartz Ferreira

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Antonio Luiz Caus

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS
Aline Elisa Cotta d'Avila

EQUIPE TÉCNICA
Heloires Lopes Nogueira
Luzia Maria Anhoque Cavalquanti
Magda Rodrigues Leite
Maria Inês Perini
Marinilda Knaak Buss
Nelcy Barcelos Sossai
Rosangela D'Avila

COLABORAÇÃO
Andrea Bayerl Mongim
Andrea Dalton
Adriana Gomes
Angela Maria Cândido
Eliana Moreira Nunes
Fabricia Milanezi
Fernando Cezar de Macedo Mota
Geraldo Caliman
Raquel de Matos Lopes Gentilli
Silvia Neves Salazar
Tatiana Maria Cândido

COORDENAÇÃO DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO
Ivete Lucia Orlandi

Djalma J. Vazzoler
Lastênio João Scopel
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Sandra Soares Marques Campeão

APRESENTAÇÃO

Muito se tem debatido, escrito e publicado, tanto em âmbito mundial quanto local, sobre qualidade de vida, desenvolvimento e exclusão social. Toda essa produção intelectual reflete uma severa ansiedade moderna de ver distribuída eqüitativamente a magnífica riqueza produzida pela humanidade. Essa riqueza e o desenvolvimento tecnológico, em patamares jamais vistos na história de nosso planeta, não trouxeram a igualdade de condições para usufruí-los.

Vemos nesse cenário a elevação da renda associada ao aumento da violência; os avanços da medicina contrapondo-se à permanência da mortalidade infantil por desnutrição; assim como se associa o desenvolvimento tecnológico ao aumento da pressão contra o meio ambiente e os recursos não renováveis.

Esses paradoxos forçam o governo e sociedade a buscarem alternativas com a elaboração de políticas e projetos que levem à diminuição dos abismos existentes entre os que podem e os que não podem usufruir plenamente das realizações e riquezas geradas.

Para permitir melhor conhecimento da realidade e possibilitar a priorização de ações, foram criadas metodologias de aferição do desenvolvimento. Tais metodologias auxiliam no diagnóstico dos processos sociais e indicam as áreas prioritárias de atuação das políticas públicas. O IDS-ES vem cumprir o papel de medir o nível de desenvolvimento social da população dos municípios de nosso estado e identificar sua vulnerabilidade social.

O documento deste ano apresenta as estatísticas do IDS-ES e o ranking dos municípios capixabas, além de artigos de especialistas e pesquisadores que colaboraram para aprofundar as reflexões acerca do desenvolvimento social e da forma como ele é construído territorialmente. Esse conjunto de informações procura auxiliar a compreensão dos fenômenos que afligem nossa sociedade. Um desses fenômenos é a violência e suas representações, principalmente aquelas que envolvem crianças, jovens e adolescentes; cidadãos tão vulneráveis à situação de pobreza e desigualdade.

Os índices de violência foram responsáveis pelo menor desempenho do IDS-ES. Essa é uma das mais importantes identificações do relatório de 2004. A partir desse dado pressupõe-se que análises e estudos mais abrangentes dessa dimensão social devam ser feitos.

Os indicadores aqui apresentados apontam grandes desafios e também grandes oportunidades para construção de um estado mais próspero, com mais igualdade e menor exclusão.

Não existem formas fáceis e gerais para alcançar sociedades que garantam o respeito e a inclusão de todos os cidadãos.

Entendemos que duas tarefas são de fundamental importância para os formuladores de políticas públicas: criar condições favoráveis à participação dos mais pobres e marginalizados nas decisões políticas e facultar a todos o acesso às informações. Sem essa interferência, o atual quadro, longe de sofrer alteração positiva, tende cada vez mais a se agravar.

É nesse espírito que oferecemos à sociedade, governos e atores sociais do nosso estado o Relatório do Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado do Espírito Santo – 2004.

Maria José Schuwartz Ferreira
Diretora Presidente do IPES

SUMÁRIO

PARTE I – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO – IDS	7
1. UM OUTRO OLHAR PARA A DINÂMICA TERRITORIAL CAPIXABA	8
2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO - IDS	21
2.1 Introdução.....	21
2.2 Metodologia	22
2.3 Análise dos resultados.....	25
2.4 Estatísticas do IDS	29
2.5 Definição dos indicadores.....	56
PARTE II - ANÁLISES DA REALIDADE SOCIAL	59
A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NA RMGV	60
A RELAÇÃO EDUCAÇÃO / TRABALHO - REPENSANDO O PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES.....	81
VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: O GRANDE DESAFIO DE NOSSO TEMPO.....	103
QUANDO A ORDEM É MATAR: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS NA GRANDE VITÓRIA.....	119

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Valores máximos e mínimos para os indicadores básicos	23
Quadro 2 – Resumo das informações utilizadas.....	25
Quadro 3 – Número de municípios e população segundo grupos e intervalos do IDS – década de 90	27
Quadro 4 - Número de municípios e população segundo grupos e intervalos do IDS 2000	27
Tabela 1 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – década de 90.....	29
Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – 2000	32
Tabela 3 – Municípios segundo posição nos índices de saúde, educação, renda e violência – década 90 e 2000	35
Tabela 4 – Municípios segundo nível de crescimento do IDS entre a década de 90/2000	39
Tabela 5 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho do IDS – década de 90/2000 .	41
Tabela 6 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – saúde – década de 90/2000	44
Tabela 7 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – renda – década de 90/2000	47
Tabela 8 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – educação – década de 90/2000	50
Tabela 9 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – violência – década de 90/2000	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do IDS-ES	22
Figura 2 – Dez municípios de maior crescimento no IDS – década de 90/2000	26
Mapa 1 – IDS/ES – índice de desenvolvimento social – década de 90/2000.....	43
Mapa 2 – Índice de saúde – década de 90/2000	46
Mapa 3 – Índice de renda – década de 90/2000	49
Mapa 4 – Índice de educação – década de 90/2000.....	52
Mapa 5 – Índice de violência – década de 90/2000	55

SOCIAL DOS PARTE I – INDICE DE DESENVOLVIMENTO
MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO – IDS

1. UM OUTRO OLHAR PARA A DINÂMICA TERRITORIAL CAPIXABA

Fernando Cezar de Macedo Mota¹

Apresentação

Este texto procura contribuir para reflexões sobre a economia capixaba, especialmente sobre sua dinâmica territorial. Busca-se compreendê-la para além das áreas urbano-industriais como tem sido priorizado na maioria dos trabalhos recentes.

Nesse sentido, faz-se uma pequena revisão crítica da literatura que tem interpretado a economia capixaba de forma setorializada, fortemente atrelada aos grandes projetos industriais concentrados espacialmente ou aos serviços de comércio exterior. Nossa perspectiva, partindo dos indicadores construídos pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES), é colocar novos elementos no debate que ajudem a ampliar o escopo de possibilidades que se abrem para a sociedade capixaba espalhadas por todo o território e que não restrinjam apenas a investimentos industriais de maior porte ou ao comércio exterior, como tem sido priorizado pelos *policy makers* locais, pelas diversas interpretações acadêmicas e pela imprensa em geral.

Uma observação importante é a de que este texto encontra-se em construção, no sentido de que muitas idéias necessitam de amadurecimento teórico e de melhor tratamento empírico, mas que de forma alguma se furta a colocar novos elementos no empobrecido debate sobre economia capixaba do período pós-Real.²

1. Introdução: notas preliminares sobre as interpretações socioeconômicas do desenvolvimento capixaba

O documento *Índice de Desenvolvimento Social*, elaborado pelo IPES – IDS-IPES –, apresenta um importante conjunto de indicadores socioeconômicos dos 78 municípios do Espírito Santo. Nele é possível constatar o caráter assimétrico das condições de vida da população capixaba. O resultado final sem dúvida representará combustível suficiente para incendiar discussões sobre nossa realidade; afinal, a posição de certos municípios no *ranking* suscita questionamentos de várias ordens.

Não é difícil prevê o embate que se seguirá à apresentação dos resultados, posto que dois dos municípios que mais apresentam riquezas, medidas pelos indicadores convencionais – Vitória e Serra –, e que têm sido apontados como motor do nosso crescimento, encontram-se muito pior posicionados do seria inicialmente previsível, pela presença em seus territórios das principais e maiores empresas, especialmente as industriais. Ambos respondiam conjuntamente por cerca de 38% do PIB estadual,

¹Economista. Professor do IE/UNICAMP.

²O texto XXXX do professor Orlando Caliman, ainda inédito, dá uma pequena mostra de como têm sido enviesadas as discussões sobre o desenvolvimento capixaba em tempos recentes.

em 1998,³ e aparecem, respectivamente, na 32ª e 72ª posições do IDS, fortemente influenciadas pelos problemas de segurança.

Por outro lado, pequenos municípios do interior, de natureza rural, menos complexos e diversificados, antítese aparente da estrutura produtiva que move a dinâmica urbano-industrial da metrópole, posicionam-se entre os primeiros na lista dos que têm atendido melhor, comparativamente aos demais, as condições básicas de vida da população; atendimento esse medido por indicadores de saúde, educação, renda e violência. Ao contrário do que o senso comum aponta, ou do que o viés industrialista e o urbano de nossos pesquisadores – dentre os quais me incluo – têm insistido em privilegiar, parece haver razoável dinâmica na estrutura produtiva de um conjunto de municípios rurais que os tornam, pelos dados citados e por outros que poderiam ser incluídos naquela lista, locais relativamente melhores para se viver do que as cidades capixabas de maior porte.

Aparente contradição cuja explicação requer novos elementos na análise da socioeconomia espírito-santense. É necessário um novo olhar sobre o processo de mudança que resultou na transformação da economia capixaba em urbano-industrial em contraposição à primário-exportadora, prevalecente até a fase de perda de posição do café como produto hegemônico. A excessiva ênfase no caráter urbano-industrial precisaria ser mais bem qualificada, sob pena de não entendermos o “surpreendente” resultado do IDS-IPES.

É preciso incorporar na análise novos elementos que permitam desvelar a sociedade capixaba em suas múltiplas, diversificadas e heterogêneas manifestações territoriais; compreendê-la para além dos limites metropolitanos de sua “dinâmica urbana e industrial” setorializada; é preciso redefinir e reposicionar alguns conceitos e idéias que marcaram os estudos nas últimas duas décadas⁴ sobre as transformações da economia estadual, especialmente o significado do desenvolvimento econômico, termo que tanta confusão tem causado em nossos *especialistas em políticas públicas*.

Estes, reproduzindo o jargão conservador, mesmo quando enfatizam a necessidade de universalização e de maior qualidade das políticas públicas nas áreas sociais, privilegiam os indicadores econômicos – crescimento do PIB, renda per capita, formação bruta de capital... – em detrimento de indicadores sociais. Privilegiam o crescimento econômico em lugar do desenvolvimento, considerando o primeiro condição indispensável ao segundo. Mais grave, desconsiderando a herança de pequenas e médias empresas distribuídas espacialmente por todo o estado, atribuem o crescimento da economia capixaba exclusivamente às grandes indústrias exportadoras de semi-elaborados ou ao comércio externo, numa interpretação muito mais setorial do que territorial da economia.

O objetivo deste texto é justamente contribuir para a agregação de novos elementos na reflexão dos impactos sobre a sociedade capixaba decorrentes das transformações de suas estruturas produtivas no bojo de seu processo de integração ao mercado nacional. O ponto culminante dessa trajetória, como já mencionado, foi

³IPES/IBGE.

⁴Inclusive alguns de meus trabalhos, especialmente Mota (2002).

a industrialização que diversificou e complexificou suas múltiplas relações socioeconômicas e territoriais, a partir do final dos anos sessenta do século XX.

De antemão, já antecipamos a necessidade crítica de repensar qualitativamente tais mudanças, que, no transcurso daqueles processos, teriam, segundo as principais interpretações, colocado o estado capixaba no gradiente da modernidade, conectando-o aos grandes circuitos nacionais, e sobretudo internacionais, de valorização da riqueza. Não obstante o fato de ser verdadeira essa assertiva, ainda que insuficiente, resta, todavia, um esforço de aprofundamento do significado dessas mudanças para melhor reconhecemos os limites (e possibilidades) desse processo, principalmente seu caráter socioterritorial concentrador e excludente.

Metodologicamente, toda construção do texto tem como pressuposto que o espaço socioeconômico de valorização da riqueza no Espírito Santo é parte de uma dinâmica maior do movimento das economias brasileira e internacional, que nas últimas décadas passaram por transformações significativas, alterando a forma de integração dos diversos pontos territoriais aos fluxos nacionais e internacionais de capital. Para a economia brasileira, mais recentemente, as transformações representaram, do ponto de vista territorial, oportunidades para pontos específicos das diversas economias estaduais, redefinindo as articulações locais-globais.

Nesse cenário, observa-se que algumas das antigas áreas de dinamismo se deprimem, outras se dinamizam e novas são incorporadas mais intensamente aos fluxos das economias nacional e internacional. No geral, o crescimento inexpressivo da economia brasileira nas últimas duas décadas e meia obliterou, para a maior parte das economias regionais, oportunidades de crescimento; apenas alguns pontos do território surgiram como espaços eleitos, criando *ilhas de produtividade*, notadamente atreladas ao mercado externo, num processo denominado de *inserção competitiva* pela literatura corrente.

Dentre esses espaços, a economia capixaba, especialmente a da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), aparece como um caso significativo, dada a localização em seu território de grandes empresas exportadoras intensivas em recursos naturais e das boas condições de infra-estrutura, especialmente sua logística exportadora. O dinamismo gerado por esse movimento suscitou a criação de chavões do tipo “a economia brasileira vai mal, mas o Espírito Santo vai bem”, reproduzidos inclusive por parte de alguns acadêmicos. Mais grave, mesmo espacialmente concentrado o dinamismo da economia capixaba assentado na *inserção competitiva* de sua economia não teria criado condições adequadas de vida para a população, conforme sugerem os dados do IDS-IPES.

A idéia neste texto é demonstrar que, além de concentrador e excludente social, territorial e economicamente, o dinamismo recente da economia capixaba é fruto de um modelo nacional de desenvolvimento perverso que, mesmo abrindo oportunidades para espaços eleitos – como é o caso do Espírito Santo –, deve ser visto de forma crítica, pois, a longo prazo, coloca em risco a principal herança de nossa secular soldagem territorial: a própria Federação brasileira.

Essa tem sido uma dificuldade dos analistas capixabas, especialmente os que dominam a imprensa local:⁵ entender o Espírito Santo como parte da Federação, o que significa recusar a idéia de que é possível o estado capixaba, sustentadamente, ir bem enquanto o Brasil vai mal. A não ser que se julgue a fragmentação federativa um cenário desejável, a longo prazo. Dificuldade que resulta, também, de análises enviesadas que se baseiam demasiadamente nos efeitos multiplicadores das grandes plantas industriais exportadoras ou nos serviços de importação e exportação sustentados por fortes incentivos fiscais, obscurecendo as perspectivas para a maioria dos municípios que dependem muito mais de suas características socioculturais locais, inclusive de suas heranças históricas de micro e pequenas empresas rurais e urbanas, do que dos resultados de grandes investimentos concentrados espacialmente.

É necessário, dentro dessa perspectiva, discutir o caráter urbano-industrial da dinâmica da sociedade espírito-santense formatado, inicialmente, no período mais intenso da industrialização brasileira (1950-1980), que gerou oportunidades de crescimento econômico para todas as regiões; caráter urbano-industrial reforçado, posteriormente, pelas oportunidades abertas ao estado no período recente quando a economia brasileira se desacelera, reduzindo seu dinamismo a alguns pontos do território nacional, ligados ao mercado externo, como a RMGV, mas incapazes de irradiar os benefícios desse crescimento à sociedade em geral.

Esse esforço, resgatando fatos históricos do processo de formação econômica recente do Espírito Santo, parece-nos importante tanto para a interpretação dos resultados do IDS-IPES, quanto para qualificar o significado da urbanização acelerada promovida pelo crescimento industrial do estado.

2. Origem e implicações da excessiva ênfase na dinâmica urbano-industrial como motor do crescimento da economia capixaba

Em certa medida, as interpretações sobre a economia capixaba, ainda que tenham vertentes diferenciadas,⁶ são tributárias das boas contribuições heterodoxas que emergiram com as teorias do desenvolvimento. Nesse sentido, representaram um avanço em relação às correntes historicistas que interpretaram a evolução econômica no estado como uma coleção de fatos superpostos sem um adequado tratamento teórico capaz de correlacionar os complexos fenômenos, o que não exclui a importância deles na construção de um quadro interpretativo de nossa formação econômica. Como tributárias das teorias críticas do desenvolvimento,

⁵Exceção feita ao professor Orlando Caliman cujas boas contribuições sobre a economia capixaba encontram-se dispersas e fragmentadas em artigos ou trabalhos de consultoria que merecem uma formatação mais científica para posterior publicação.

⁶Os principais trabalhos sobre economia capixaba seguiram uma interpretação a partir de Cano (1977 e 1981). Nesse grupo destacam-se Cossetti e Rocha (1983), Morandi e Rocha (1991), Ferreira (1987), Buffon (1992), Meireles (1992), Mota (2002), um grande conjunto de trabalhos do NEP/Deptº Economia/UFES e em menor medida, e por via indireta, Pereira (1998). A excelente contribuição de Campos Junior parte de um autor divergente - Martins (1976) - embora chegue a interpretações próximas. Gomes (1998), embora próximo ao primeiro grupo, utiliza referencial marxista para interpretar a atuação de grupos locais de interesses a partir da captura dos instrumentos capixabas de política regional, num esforço inédito que merece aprofundamento em pesquisas futuras.

aquelas interpretações incorporam não apenas seus avanços, mas alguns de seus limites.

Parece-nos importante resgatar a trajetória das teorias do desenvolvimento no país para entendermos a origem na ênfase que tem se dado na dinâmica urbano-industrial como motor do crescimento da economia capixaba, o que tem reduzido o debate recente à contribuição das grandes plantas industriais exportadoras de semi-elaborados como vetor único de nosso crescimento. Interpretação que tem se reproduzido de forma similar no apelo em torno da exploração do petróleo e de seus derivados e que dificulta a visão de que outras possibilidades se abrem para a economia estadual, a partir do conjunto de micro, pequenas e médias empresas – rurais e urbanas –, descoladas em sua maioria dos grandes fluxos de capital, mas geradoras de oportunidades de emprego em uma situação generalizada de queda nos postos de trabalho e de aumento expressivo da violência, funcionando, ainda que precariamente, como amortecedoras de tensões sociais.

A economia crítica do desenvolvimento que emerge no II pós-guerra foi muito mais do que contraponto teórico aos modelos tradicionais de comércio internacional. Incorporada ao estudo regional, representou o substrato analítico que sustentaria profícuas interpretações acerca das desigualdades crescentes entre países, ou entre regiões de um país, ao mesmo tempo em que imporia dificuldades específicas para compreensão da manifestação do capitalismo na periferia quando parte dessa consegue se industrializar. Dentre essas dificuldades, uma já foi adiantada em parágrafos precedentes: a interpretação da industrialização como condição suficiente para alavancar o desenvolvimento dos países periféricos e garantir a autodeterminação de suas economias.

Isso porque, sob os auspícios de importantes teóricos nem sempre convergentes, exceto na negação aos modelos tradicionais oferecidos pela teoria hegemônica pautada no liberalismo econômico e no Estado mínimo, a concepção da industrialização como condição para superar o atraso de países e regiões foi incorporada em diversos países da periferia capitalista, tanto do ponto de vista acadêmico quanto da aplicação no planejamento econômico. O resultado, possível dentro das condições históricas singulares da geopolítica do pós II Guerra, foi o salto industrializante de alguns países e regiões. Foi o caso do Brasil.

Nossas condicionantes internas em um contexto internacional favorável garantiram a montagem de uma estrutura industrial complexa, em um período aproximado de 30 anos (1950/1980), criando para nosso capitalismo tardio uma versão periférica e deformada dos *golden yers*, mas suficiente para nos imputar a crença otimista de que conseguiríamos adentrar no seleto grupo dos desenvolvidos e industrializados, rompendo os limites de nosso passado colonial primário-exportador, síntese de nosso atraso secular.

Nessa trajetória surgiram interpretações criativas e originais que, tendo inicialmente a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) como matriz, forneceram o adensamento teórico necessário à melhor compreensão de nosso processo de (sub)desenvolvimento marcadamente heterogêneo, contraditório e com pesada exclusão social. Numa tradição que tem em Celso Furtado seu pioneiro, alguns trabalhos, fugindo do economicismo conservador do pensamento liberal que

marcou a gênese da ciência econômica no país, alertavam para a necessidade de uma visão ampliada de nossos problemas socioeconômicos, cuja interpretação não poderia ficar circunscrita à transposição acrítica de modelos duvidosos.

Dessa forma, sustendo-se em boas interpretações sobre a especificidade do capitalismo na periferia e utilizando instrumentos de planejamento preconizado pelas correntes heterodoxas, via forte e decisiva intervenção do Estado, e aproveitando a excepcionalidade da geopolítica internacional, foi possível a incorporação do Brasil ao padrão de industrialização americano, que se internacionalizara mais intensamente no pós-guerra, quando as técnicas da II revolução industrial maturam.

Acresce-se ainda a industrialização levada a termo até o final dos anos setenta do século XX pelo “Estado desenvolvimentista”, que integrou as diversas frações do território, subordinando-as à mesma lógica de valorização do capital. Com o esgotamento do padrão de financiamento que lhe deu sustentação, cujos limites apareceram mais claramente na crise da dívida, o Brasil adentraria as duas últimas décadas daquele século com taxas baixas de crescimento, revertendo a tendência dos últimos cinquenta anos e tornando explícitas as contradições de seu crescimento, que não fora capaz de reduzir as históricas dívidas sociais do país.

Na década de oitenta, esgotado o antigo modelo “desenvolvimentista”, a excessiva intervenção estatal foi considerada epicentro da crise pelos *policy makers* neoliberais que conduziram a política econômica a partir do processo de redemocratização. As conseqüências foram proposições de redução do Estado, fortemente influenciado, no campo internacional, pelo impacto da elevação das taxas de juros promovida por Reagan no bojo do ajuste da economia americana e pelo efeito-demonstração das privatizações inglesas sob os auspícios de Thatcher.

Aprofundou-se, naquela década, o desmonte das instituições que conduziram o planejamento no país, inclusive o regional; instituições que se tornavam cada vez mais inócuas perante a gestão macroeconômica de curto prazo centrada no combate à inflação crescente. Do ponto de vista territorial, são retiradas da agenda questões fundamentais que estavam no debate regional desde os trabalhos pioneiros de Celso Furtado, ao final do governo JK,⁷ reforçando uma tendência que já vinha se manifestando desde o regime militar.

Deve-se destacar que a política regional brasileira implementada após 1960, a despeito de seus limites e de ter sido capturada pelos interesses das elites conservadoras, territorialmente espalhadas por todo o país, foi uma tentativa de frear os desequilíbrios regionais. O uso dos recursos públicos possibilitou aos grupos de interesse da periferia nacional, articulados ao governo federal ou associados aos capitais forâneos (nacionais ou não), a construção de diversos instrumentos que lhes permitiram aproveitar formas de integração e complementaridade à economia mais dinâmica do país.

A reprodução do aparelho técnico-burocrático nos estados brasileiros, como foi o caso dos bancos de desenvolvimento, entre os quais o Banes, no Espírito Santo, é resultante dessa transposição à periferia nacional da estrutura necessária para

⁷Ver Furtado (1989).

alavancagem do crescimento dos estados mais atrasados, especialmente aqueles fora da área de abrangência da Sudene, normalmente pela implantação de indústrias. Desenvolver as regiões atrasadas tornou-se desde o início de nosso “desenvolvimentismo” sinônimo de atração prioritária de investimentos industriais.

Foi possível, assim, estender a todo o país o princípio do planejamento, defendido pelas boas teorias heterodoxas. Planejamento, numa economia de mercado, nada mais é do que uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital, como destaca Oliveira (1977). Tal racionalização permite ao Estado modificar, transferir e determinar a parte do excedente que retornará ao processo produtivo, minimizando politicamente contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e a em escala regional, atendendo aos interesses regionalistas sem perder de vista os interesses do grande capital que atua em escala nacional e internacional.

É nesse sentido que a integração do mercado nacional, promovida pelo Estado nacional, representa para Oliveira (1977 e 1980) uma homogeneização do espaço econômico onde se processará a reprodução ampliada do capital, criando oportunidades às diversas economias periféricas, incorporando-as ao circuito de valorização do capital ao mesmo tempo em que lhes amplia a concorrência com os capitais nacionais e internacionais, num processo marcado pela forma desigual e combinada como se manifesta nos diferentes pontos do território nacional.

A montagem de um aparato institucional no Espírito Santo, articulado ao governo federal, quando o planejamento regional ainda estava na agenda oficial, permitiu um aprofundamento da integração capixaba ao mercado nacional, marcado pelo início de seu crescimento industrial. É nesse sentido, como descreveu Mota (2002), que o caso capixaba é paradigmático dentro da experiência brasileira; afinal, dessas articulações resultou a singular criação de um instrumento de desenvolvimento regional específico direcionado para um único estado: o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), que surgiu com o objetivo explícito de estimular a indústria no Espírito Santo, quando a economia cafeeira assentada no trabalho familiar em pequenas propriedades entra em crise. Iniciava-se ali a transição de uma economia primário-exportadora para uma de base urbano-industrial, segundo as interpretações predominantes sobre este processo.

Se foi paradigmático, não significa que foi único; afinal, em boa medida, reproduziu-se localmente o que já vinha acontecendo em outros estados e regiões: a ação estatal, direta ou indireta, criando condições para que os espaços periféricos pudessem aproveitar o momento histórico e específico que foram os anos de intensa industrialização no país.

Evidentemente esse processo promoveu transformações nas estruturas produtivas periféricas, substituindo as antigas formas de produção por outras tipicamente capitalistas, intensivas em capital e com o assalariamento da força de trabalho. O exemplo, dentre tantos, foi o próprio caso do Espírito Santo, onde, apesar de ainda predominar a produção em pequena propriedade, verifica-se um processo de concentração de terras (tabela 1) e de assalariamento da força de trabalho que vai tornando o meio rural “moderno e dinâmico” ao mesmo tempo em que despeja em seu núcleo urbano mais adensado – a capital e seu entorno – uma massa de trabalhadores rurais desproprizados da terra, reproduzindo o fenômeno de

*urbanização caótica*⁸ observado em todo o país, especialmente nas áreas metropolitanas.

Uma modernidade que assumiu caráter de inevitabilidade; condição inequívoca do progresso a despeito de todos os problemas sociais causados por essa “modernização violenta”, como descreveu Souza (1991), e que não poupou uma das principais heranças capixabas: a pequena propriedade rural familiar. Segundo Morandi e Rocha (1991) e Rocha (1986), parte dos recursos das terras que se concentravam e das indenizações pagas pelos cafezais erradicados para substituição por pastagem ou pela silvicultura que sustentaria a produção de celulose para exportação, diria eu, teria sido utilizada em atividades industriais, reforçadas, posteriormente, pelos incentivos fiscais do sistema Geres/Bandes e do Fundap.

Iniciava-se, ao final da década de sessenta do século XX, a nova fase do desenvolvimento centrado na dinâmica urbano-industrial que seria aprofundada pela entrada ou ampliação das grandes plantas industriais produtoras de semi-elaborados para atendimento do mercado externo que se aproveitaram, a partir da segunda metade dos anos oitenta, das políticas de incentivo às exportações e da abertura econômica para colocarem o Espírito Santo como um dos territórios eleitos em período de baixo dinamismo da economia brasileira. Completava-se, assim, a integração capixaba ao mercado nacional e internacional ao mesmo tempo em que se consolidava sua condição de economia industrial em contraposição à antiga estrutura primário-exportadora centrada na pequena propriedade familiar.⁹

3. Repensando a rede urbana no Espírito Santo a partir de uma visão territorial: reflexões sobre o resultado do IDS-IPES

Os governos federal e estadual, utilizando-se dos instrumentos de planejamento regional criados no bojo do “desenvolvimentismo”, atuaram de forma direta e decisiva, manipulando excedentes disponibilizados que puderam ser utilizados na industrialização estadual, promovendo uma perversa concentração territorial na área metropolitana. O primeiro atuou diretamente através da ex-estatal CVRD e de suas coligadas e posteriormente pela implantação da Aracruz Celulose e da CST, além dos recursos do imposto de renda que capitalizaria, juntamente com a receita estadual de ICMS, o Funres. Além disso, a ação do governo federal alterou diretamente as relações no campo, seja pelos resultados da política de crédito agrícola, seja, principalmente, pelo incentivo à silvicultura que se destinaria

⁸Ver Cano (1989).

⁹A própria interpretação de que havia uma dinâmica cafeeira primário-exportadora centrada na pequena propriedade rural carece de melhor tratamento teórico; afinal, como apontaram diversos trabalhos já citados, “como o café produzido naquelas propriedades representava uma espécie de renda extra, ou seja, representava uma parcela adicional à economia de subsistência, com a queda nos preços internacionais a produção cafeeira se retraía, e aumentava o trabalho na lavoura de subsistência, mantendo-se a estrutura interna de funcionamento da propriedade praticamente inalterada. Dado o caráter eminentemente familiar das atividades e a predominância da força de trabalho não assalariada, não se haviam constituído as condições necessárias para um redirecionamento dos fatores de produção para outras culturas, como nas lavouras constituídas sob a lógica capitalista de produção” (Mota, 2002, p. 16). Na verdade, a pequena propriedade caracteriza-se por ser policultora para a auto-subsistência. Infelizmente esta característica pouco foi tratada.

prioritariamente à produção de celulose ou secundariamente à produção de carvão vegetal. O resultado dessas ações

[...] repercutiria, internamente, sobre a estrutura produtiva [...], sobretudo, no meio rural, na medida em que o reflorestamento passa a ser condição essencial de competitividade para um desses projetos (Aracruz Celulose) e fonte energética para as guseiras ligadas ao segundo projeto (a Siderúrgica de Tubarão). Essa demanda significou um processo crescente de reflorestamento, com forte estímulo estatal, redefinindo as relações no campo, onde uma visível concentração fundiária se processa em condições de desequilíbrio ecológico crescente (Mota, 2002, p. 87)

A tabela 1 apresenta a evolução da concentração fundiária no estado do Espírito Santo, comparativamente com as grandes regiões do país e com os estados da região Sudeste. O destaque é o processo de concentração fundiária a partir dos anos cinquenta, quando se esgota a fronteira agrícola do estado e simultaneamente entra em crise a cafeicultura. Apesar dessa concentração ter ocorrido no Brasil que passa de um índice de gini 0,840 em 1950 para 0,856, ela foi muito mais intensa no estado capixaba, que no mesmo período passa de 0,529 – o menor do Brasil – para 0,689. Apesar de posicionar-se o Espírito Santo abaixo da média nacional, a concentração de terras no estado mostra um ritmo mais acelerado no período em questão.

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini por Unidade da Federação selecionada, grandes regiões e Brasil - 1950-1995

Grandes regiões e UFs selecionadas	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Norte	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,820
Nordeste	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859
Centro-Oeste	0,833	0,901	0,876	0,876	0,861	0,857	0,831
Espírito Santo	0,529	0,545	0,602	0,626	0,655	0,671	0,689
Minas Gerais	0,759	0,761	0,749	0,755	0,766	0,770	0,772
Rio de Janeiro	0,790	0,777	0,789	0,789	0,804	0,815	0,790
São Paulo	0,770	0,793	0,777	0,774	0,773	0,770	0,758
Sul	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742
Brasil	0,840	0,839	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856

Fonte: NEAD

Da mesma forma, o governo estadual, através do Geres/Bandes, utilizando recursos do ICMS, promoveu um processo de concentração industrial na área metropolitana através do uso dos incentivos fiscais ou da atuação da Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin), carreando a maior parte dos incentivos fiscais para os cinco municípios da RMGV,¹⁰ o que representou a localização neles da maior parte dos investimentos realizados entre 1970 e 2000. Os maiores municípios do interior – Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus – completam a lista dos que mais foram contemplados.¹¹ Ou seja, a maior parte dos

¹⁰Excluem-se desta análise os municípios de Fundão e Guarapari.

¹¹ Para dados sobre o destino dos incentivos ver Pereira (1998), Gomes (1998) e Mota (2002).

recursos do sistema foi carreada para municípios que possuíam, em 2000, mais de 100 mil habitantes.

Foram essas ações estatais que alteraram a estrutura produtiva estadual quando se completava no país o estágio mais avançado da industrialização que interligou todas as economias regionais à mesma lógica de acumulação. Disto resultou o processo de crescente urbanização da capital e de seu entorno imediato, principal área de concentração demográfica do estado. Urbanização que fora reforçada pelo esvaziamento populacional relativo dos municípios do interior, que, a despeito do crescimento do seu grau de urbanização – reflexo dos fatores de expulsão do campo –, sofreram perdas em suas populações rurais, desencadeando um processo de migração rural-urbana¹² que direcionou uma grande parte do contingente populacional para a capital — epicentro do dinamismo econômico.

Diante dessa “urbanização caótica”, puxada principalmente pelo desempenho da indústria na RMGV, o crescimento da economia capixaba seria interpretado desde então como dependente da dinâmica urbano-industrial de sua estrutura produtiva. No entanto, o processo de industrialização diminuiu apenas relativamente o peso do setor primário. Este continua cumprindo importante papel na segmentação do mercado de trabalho dos municípios de menor porte. Mesmo tomando como parâmetro o total da população urbana como descrito no documento do IPES (2003),¹³ em 2000 o setor primário respondia por 53,4% do total de empregos dos municípios com até 20 mil habitantes urbanos e por 30,7% nos municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes residentes em áreas urbanas. Como destacado no referido documento, dos 78 municípios capixabas, 68 estão incluídos nessas duas faixas de população urbana; ou seja, 87% dos municípios capixabas, que abrigam 26,3% da população urbana residente no estado, tinha em 2000 sua dinâmica socioeconômica ditada pelo setor primário.¹⁴

Como descrito no documento, não resta dúvida de que o urbano desses municípios é determinado pelo comportamento das atividades rurais, não circunscritas apenas à agropecuária. Em decorrência da elevação de pequenas aglomerações à categoria de urbanas, Veiga (2003) insiste em afirmar que o “Brasil é menos urbano do que se imagina”, daí

a necessidade de romper com a precariedade que domina a visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil [...] mostra a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas

¹²Até a década de 1940, observa-se um movimento de migração interna no Espírito Santo no sentido rural-rural. Foi esse movimento, esgotada a fronteira agrícola no Sul do estado, que possibilitou que migrantes capixabas colonizassem as terras no Norte, retardando um processo de explosão demográfica que seria inevitável quando esta fronteira encontrasse seus limites naturais. O movimento rural-urbano que se inicia nos anos 60, associado aos saldos migratórios inter-regionais negativos, indica o esgotamento do modelo vigente na agricultura capixaba e apresenta-se como um momento de inflexão na história demográfica do estado.

¹³Reporto-me livremente às considerações feitas na parte inicial desse documento – *Caracterização do Urbano* – escrita por mim e pela economista Maria da Penha Cossetti.

¹⁴No entanto, se cruzarmos com outras informações, constatamos que apenas uma parcela desses trabalhadores está coberta pelos direitos trabalhistas, visto que apenas uma minoria possui vínculo formal de trabalho, refletindo, parcialmente, as condições da pequena propriedade, muitas ainda de natureza familiar. A ampliação dos direitos trabalhistas melhoraria concomitantemente as condições de vida dessa parcela significativa da população capixaba.

implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar [afinal] este País considera urbana toda sede de municípios e de distrito (vila), seja quais forem suas características. (Veiga, 2003. p. 31)

Se o Brasil é menos urbano do que se calcula, como aponta o autor, o mesmo pode ser dito sobre o Espírito Santo; afinal, 35% da população e cerca de 74% do território capixabas inserem-se no conjunto de municípios cuja dinâmica é dada fundamentalmente pelas atividades rurais. Números que poderiam ser maiores, pois muitos dos municípios que estamos considerando urbanos¹⁵ têm uma forte dependência do meio rural, como é o caso de Linhares, o maior em área territorial, ou Cachoeiro de Itapemirim, mais populoso município do interior.

A ênfase excessiva no caráter urbano-industrial cria obstáculo no entendimento de que uma parcela significativa da população e do território capixaba movem-se em torno de atividades capazes de garantir geração de emprego e renda em seus territórios, criando oportunidades de desenvolvimento que se diferencia drasticamente dos grandes vetores que movem as regiões urbano-industriais, cujo aporte de recursos para gerar uma unidade de emprego é muito maior do que o necessário para gerar uma unidade de emprego em áreas rurais.¹⁶ Ademais, é muito mais fácil para o estado organizar os atores locais em busca de oportunidades de investimentos que possam mover suas economias do que interferir nas ações de grandes empresas industriais cuja lógica de investimento está atrelada a interesses globais muito distantes da realidade local dos territórios onde se inserem.

4. Considerações finais

Não resta dúvida de que muitas idéias apresentadas, especialmente a dinâmica dos municípios rurais, carecem de maior aprofundamento, mas o que foi aqui levantado é um ponto de partida para ampliação dos estudos sobre a dinâmica territorial no Espírito Santo, única forma de compreender que no interior do estado, portanto áreas externas à metrópole, move-se uma economia que de forma alguma pode ser considerada menos importante do que as atividades industriais e urbanas que se concentram espacialmente na capital e seu entorno. De outra forma não se entenderá o resultado do IDS-IPES. A dinâmica dos municípios capixabas deve ser interpretada, não resta dúvida, de forma integrada, como proposto no documento do IPES (2003), mas sem os vieses que temos reproduzido, insistentemente, sobre os “vetores” que movem a economia capixaba.

O caráter não apenas de concentração espacial, mas também de concentração de renda na capital do estado, núcleo do motor urbano-industrial de nossa economia, cria dificuldades específicas para a estrutura de atividades rurais do interior que não podem de forma alguma ser desconsideradas. Vitória e Serra aparecem,

¹⁵Estamos considerando como municípios cuja dinâmica poderia ser considerada urbano-industrial: Aracruz, Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Viana, Serra, Vila Velha e Vitória.

¹⁶A série documento *Investimentos previstos no ES* demonstra claramente essa relação. O mesmo, mas com metodologia mais elaborada, pode ser observado no modelo de geração de emprego do BNDES, que aponta variação de emprego em 41 setores pelo aumento da produção. Observa-se uma maior absorção da mão-de-obra na agropecuária vis-à-vis à indústria.

respectivamente, em 50º e 11º lugares no índice de concentração de gini na renda das pessoas responsáveis pelos domicílios para o ano de 1991, último ano em que há disponibilidade desta informação. Isso significa que o tradicional modelo de crescimento industrial também representou concentração de renda, aumentando as diferenças entre as classes nesses municípios, o que talvez ajude a entender o aumento da violência, conjugado ao fato de que a produtividade industrial crescente e o próprio terciário – que sustentam essas 2 cidades – crescem absorvendo menos emprego.

Mas o que a concentração de renda impõe como penalidade para municípios do interior é uma redução dos mercados urbanos para onde se escoava sua produção rural. Ou seja, o modelo concentrador urbano-industrial cria constrangimentos ao crescimento mais acelerado do interior, sobretudo porque, além de atividades rurais – não apenas agrícolas –, em muitos desses municípios há uma incipiente base industrial de micro e pequenas empresas rurais, intensivas em força de trabalho, que dependem da venda de seus produtos, que são fundamentalmente bens-salários, produtos, portanto, que encontram mercado na expansão e na desconcentração da renda, dependentes, portanto, do crescimento dos mercados estadual e nacional.

O modelo de “inserção competitiva” do Brasil a partir dos anos noventa move-se no sentido de integrar pequenas frações do território – como a RMGV – aos benefícios da “globalização”. Para a parcela restante, que não se encontra ligada aos grandes fluxos de capitais, é preciso encontrar formas de reordenação que a levem a uma integração mais firme aos mercados locais e nacionais, para, no futuro, atingir mercados externos. Evidentemente que essa grande parcela do território é a maior prejudicada pelos efeitos perversos da gestão macroeconômica que beneficia as grandes empresas exportadoras e que mantém a perversa situação de concentração de renda no país, inclusive em nossa capital.

Mas mesmo assim, como atestam os dados do IDS-IPES, essa imensa parcela excluída da “inserção competitiva” move-se no sentido de criar condições mais dignas a sua população, ainda que insuficientes, e em um contexto macroeconômico que não leva em conta as especificidades de milhares de municípios cuja lógica de desenvolvimento de forma alguma pode ser definida como urbano-industrial.

Referências Bibliográficas

BUFFON, José A (1992). *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas: IE/Unicamp. Dissertação de mestrado, 1992.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira (1993). *O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES)*. São Paulo: USP/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de doutoramento, 1993.

- _____ (1996). *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- CANO, Wilson (1977). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo: Hucitec. 3. ed. 1991.
- _____ (1981). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*, São Paulo: Ed. Global/Unicamp, 1985.
- FERREIRA, Sinésio Pires (1987). *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840-1960*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1987.
- FURTADO, Celso (1989). *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 3. ed.
- GOMES, Helder (1998). *Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses*, Vitória: UFES. Dissertação de Mestrado, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Conferência das Cidades: o Espírito Santo de Cidades Sustentáveis*. Vitória: IPES, 2003. 57 p.
- MORANDI, Ângela, ROCHA, Haroldo C (1991). *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: FCAA, 1991.
- MOTA, Fernando César de Macedo (2002). *Integração e dinâmica regional: o caso do capixaba (1960-2000)*. Campinas: IE/Unicamp. Tese de doutoramento, 2002.
- PEREIRA, Guilherme H (1998). *Política Industrial e localização de investimentos: o caso do Espírito Santo*, Vitória: EDUFES, 1998.
- ROCHA, Haroldo C (1986). O Grande Capital predomina na expansão da economia capixaba. *Revista IJSN*. Vitória, Ano IV, nº 4, out./dez., p. 48-51.
- _____, COSSETI, Maria da Penha (1983). *Dinâmica Cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: Ufes/NEP/Coplan/IJSN/Geres, 1983.
- SOUZA FILHO, Hildo Meireles de (1990). *A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba*. Campinas: IE/Unicamp. Dissertação de mestrado, 1990.

2. **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO - IDS**

2.1 Introdução

Medir o desenvolvimento social tem sido uma meta perseguida por diversos governos e instituições em todos os países e no Brasil. Muitas metodologias foram sugeridas e elaboradas para tal fim. Todas elas apresentam limitações, já que medir algo tão subjetivo quanto ao bem-estar social, com todas as suas idiossincrasias culturais, ambientais e econômicas e com tantas dimensões, parece algo discutível. No entanto, para auxiliar os formuladores de políticas públicas, gestores e os demais agentes sociais, a tentativa de expressar em números os fenômenos sociais e os resultados dos esforços para promoção e distribuição equitativa do desenvolvimento é de extrema validade.

Por meio de metodologias já testadas de elaboração de indicadores sintéticos do desenvolvimento social é possível medir, avaliar e acompanhar as ações promovidas pelos governos e pela sociedade no intuito de diminuir as desigualdades e alcançar melhores níveis de qualidade de vida para todos. Esse é o objetivo deste estudo, apresentar indicadores da realidade social dos municípios do estado, suscitar questionamentos e estimular atitudes.

O Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo (IDS/2004) é uma continuação dos estudos realizados pelo IPES e publicados no documento Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo (IDS –ES/2000) e pretende lançar nova luz sobre a realidade social dos municípios no estado.

Nesta edição foram utilizados os mesmos indicadores básicos do IDS 2000 para a década; no entanto, algumas alterações metodológicas foram promovidas com o objetivo de melhorar as possibilidades de análise e entendimento das experiências sociais medidas. No documento anterior, os valores mínimo e máximo de cada dimensão – saúde, educação, renda e violência – eram colocados no âmbito do município de pior e melhor desempenho, respectivamente. O IDS para cada município era, assim, sua posição entre o melhor e o pior município.

Naquela metodologia, os valores máximos e os mínimos alteravam-se periodicamente de acordo com o desempenho dos municípios nos extremos da escala. Essa escala podia gerar resultados frustrantes, uma vez que um município, mesmo melhorando seus indicadores básicos (alfabetização, mortalidade infantil, etc.), poderia ver seu IDS cair, porque os municípios dos extremos mais elevados melhoraram relativamente mais do que ele.

Outro problema gerado pela mudança constante dos valores extremos é a impossibilidade de comparação no tempo. O IDS de um município podia mudar de um ano para o outro sem nenhuma relação com suas realizações. Por esses motivos fixamos, a partir desta edição, valores normativos para os máximos e para os mínimos (ver metodologia). Assim, o valor do IDS permitirá melhores comparações no tempo e entre os municípios.

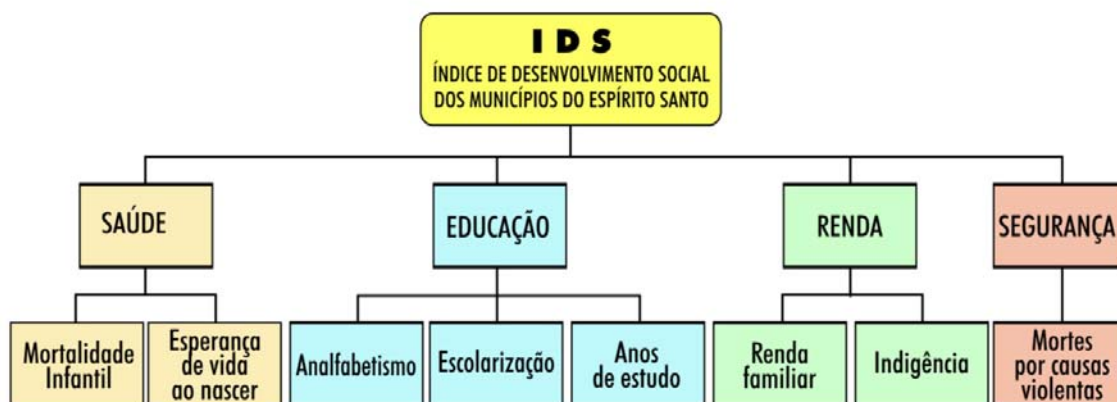
Apesar das mudanças, o princípio fundamental do IDS permanece o mesmo. É baseado na posição dos municípios em relação a um “ponto ideal”, ou a uma meta a ser atingida, expresso como um valor entre 0 e 1.

As alterações metodológicas promovidas no cálculo do IDS buscam atender demandas de pesquisadores, gestores de políticas públicas e de outros atores sociais por indicadores de resultado que permitam medir os níveis de desenvolvimento e as realizações nas áreas sociais, acompanhar sua evolução e compará-los com outros municípios. Para os próximos anos não é esperada nenhuma outra mudança no método básico; no entanto, esperam-se constantes melhorias nas informações ao longo do tempo, o que permitirá análises mais precisas sobre o desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo.

Os resultados aqui apresentados não podem, portanto, ser comparados com os do documento anterior nem com outros índices, como o IDH-M, por exemplo, pois, apesar de medir o nível de desenvolvimento, o faz de forma diferente, considerando indicadores básicos diversos daqueles. Ao contrário do IDH, o IDS-ES mede não apenas as realizações levadas a cabo, mas também as necessidades não atendidas da população envolvida.

A escolha de tais dimensões não tem a pretensão de traduzir toda a complexidade da dinâmica social. O que se pode atingir é a realização de importantes inferências acerca do nível de desenvolvimento social alcançado pelos municípios do Espírito Santo e uma visão mais completa da pobreza, que supere a simples aferição de privação de renda. Isso é possível dada a combinação dos indicadores básicos, selecionados por sua capacidade de traduzir a realidade local, pela disponibilidade constante da informação e pela possibilidade de comparação temporal dos dados.

Figura 1 – Estrutura do IDS-ES



2.2 Metodologia

O IDS é um indicador sintético formado pela agregação de quatro dimensões: saúde, educação, renda e violência, que refletem o grau de desenvolvimento social dos

municípios estudados. Para o cálculo do IDS é necessário definir um índice para cada uma dessas dimensões: IDSAU, IDEDU, IDREND, IDVIO.

Para elaboração desses índices, são estabelecidos valores normativos mínimos e máximos para cada indicador básico que os compõe. O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1. O IDS é a média simples dos quatro índices das dimensões definidas.

Quadro 1 - Valores máximos e mínimos para os indicadores básicos¹⁷

Valores	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida	Analfabetismo	Escolarização	Anos de estudo	Renda	Indigência	Coef. mortes causas viol.
Máximo	0	81	0	100	11	954,65	0	0
Mínimo	100	36	100	0	0	0,00	100	221

Fonte: IPES

O IDS envolve uma classificação dos municípios capixabas, não permitindo, por isso, comparações com municípios de outros estados. Com relação às informações utilizadas, deve-se observar que, embora se pretenda que o índice avalie condições recentes apresentadas pelos municípios, muitas das informações não estão disponíveis de forma atualizada. Daí a diversidade de períodos de referência utilizados para os diferentes indicadores. Outra dificuldade encontrada foi quanto à obtenção de informações relativas aos municípios instalados a partir de 1991. Neste caso, as informações utilizadas foram as mesmas das dos municípios de origem.

O trabalho foi desenvolvido em três etapas:

1. Na primeira etapa foram escolhidos os oito indicadores utilizados, agrupados nas respectivas dimensões.
2. A segunda etapa consistiu em transformar os diversos indicadores em índices cujos valores variem entre 0 (zero) e 1 (um).

Para o cálculo deste índice foi utilizada a seguinte expressão matemática:

$$\text{Índice}_{ij} = (V_{ij} - V_{imim}) / (V_{imax} - V_{imim})$$

Onde:

V_{ij} = Valor do componente i no município j

V_{imim} = Valor mínimo do componente i

V_{imax} = Valor máximo do componente i

¹⁷ Instituto Nacional de Estudos Demográficos - População e Sociedade

Mortalidade por Causas Violentas: Rússia no ano de 2000- 221 mortes em 100.000 hab.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa -Departamento de população e Indicadores Sociais.

Esperança de vida ao nascer: Japão é o país com melhor expectativa de vida - 81,1 anos.

Botswana é o país com a mais baixa expectativa de vida 36,1 anos.

Educação: Foi utilizado o mesmo do PNUD (0 E 100).

RENDA: Foi utilizado como máximo a renda média per capita de Águas de São Pedro: 954,65.

MÍNIMO = Sem rendimentos

Fonte = IDH-M/PNUD

Esta expressão permite que o índice permaneça sempre entre 0 e 1. Assim, valores mais próximos de 1 (um) indicam melhor situação; por outro lado, valores próximos de 0 (zero) correspondem a situações mais desfavoráveis.

3. A terceira etapa envolveu a escolha dos pesos atribuídos aos indicadores. Dentro de cada dimensão, atribuiu-se um peso para cada um dos indicadores. A partir destes pesos obteve-se um índice para cada dimensão. Em seguida, escolheu-se um peso para as dimensões e calculou-se o índice sintético geral, representado pela média aritmética simples dos índices referentes às quatro dimensões.

Assim:

$$\text{IDS} = (\text{IDSAU} + \text{IDEDU} + \text{IDREN} + \text{IDVIO}) / 4$$

A atribuição dos pesos dos indicadores e das dimensões foi feita segundo critérios subjetivos. No tocante às dimensões, optou-se por atribuir peso igual para todas (peso 1). Quanto aos indicadores, procedeu-se da seguinte forma:

- . Indicadores de saúde – peso maior (3/5) para os coeficientes de mortalidade infantil, já que referem-se a dados mais atualizados (1998) e peso menor (2/5) para esperança de vida ao nascer, referente a 1991 e 2000.
- . Indicadores de educação – embora se considerasse a taxa de analfabetismo como de maior relevância para o cálculo do índice, optou-se por atribuir-lhe peso idêntico (1/3) ao dos demais indicadores (escolarização e anos de estudos).
- . Indicadores de renda – peso idêntico (1/2) para cada indicador.
- . Indicador de segurança – peso 1, por se tratar de indicador único.

Uma vez calculados os IDS municipais, procedeu-se à classificação (*ranking*). Para melhor análise, dividiu-se a classificação em intervalos, segundo os valores do IDS, possibilitando, assim, o agrupamento dos municípios que possuem condições semelhantes de desenvolvimento social. Desse modo, o 1º e o 2º grupos ficaram acima da média para o estado e o 3º e o 4º grupos ficaram abaixo da média.

Para efeito de comparação, no cálculo do grau de indigência o valor do salário mínimo de 1991 foi corrigido para valores do salário mínimo de setembro de 2000.

Quadro 2 – Resumo das informações utilizadas

Dimensões	Indicadores	Informações utilizadas	Pesos		Fonte	Anos
			No índice	Na dimensão		
Saúde	Mortalidade Infantil (por mil)	Óbitos de menores de 1 ano / nascidos vivos	3/5	1	Ministério da Saúde	1998,1999,2000
	Esperança de vida ao nascer	Nº médio de anos de idade a partir do nascimento	2/5		PNUD/IPEA/FJP	1991,2000
Educação	Taxa de analfabetismo	População de 15 anos e mais (total e não alfabetizada)	1/3	1	IBGE/IPES	1991,2000
	Taxa de escolarização	População de 5 a 19 anos (total e a que frequenta escola)	1/3		IBGE/IPES	1996,2000
	Nº médio de anos de estudo	População de 25 anos e mais; anos de estudo	1/3		IBGE/IPES	1996,2000
Renda	Renda familiar per capita média	Renda pessoal de todos os indivíduos / total de indivíduos na unidade familiar	1/2	1	PNUD/IPEA/FJP	1991,2000
	Grau de indigência	Na década de 90 - Famílias (total e as com renda correspondente, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam ao recomendado pela FAO/ OMS/ ONU) Em 2000 – Famílias vivendo com renda familiar <i>per capita</i> até ½ salário mínimo.	1/2		IPEA / IBGE	1990,2000
Segurança	Coefficiente médio de mortalidade por causas violentas (por 100.000)	Óbitos por causas externas/ população total	1	1	SESA	Triênio- 96/97/98 e triênio 00/01/02

Fonte: IPES

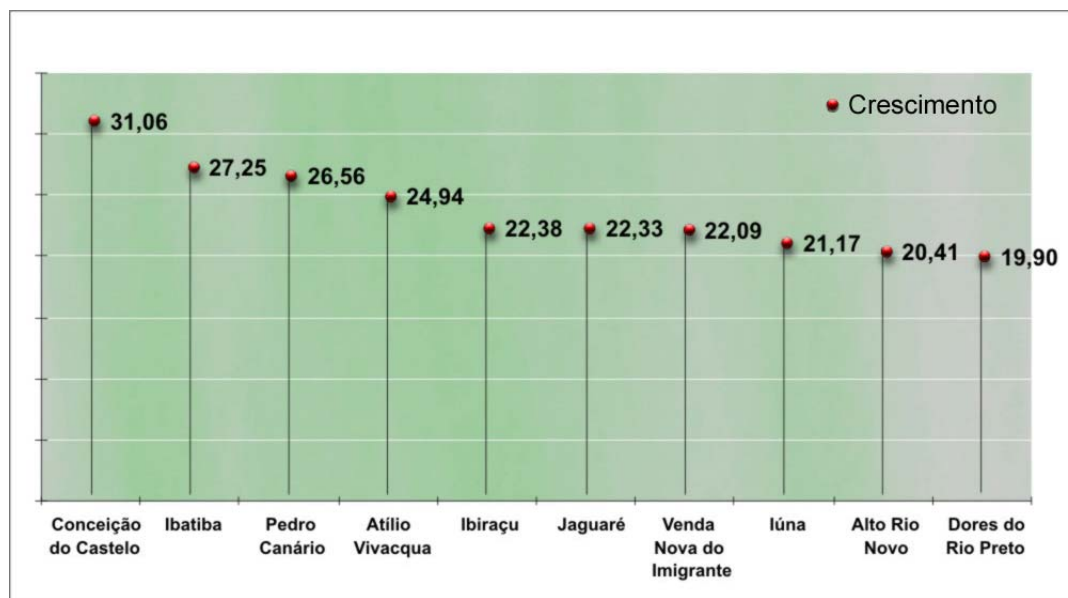
2.3 Análise dos resultados

A análise comparativa dos resultados do IDS, para a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI, aponta para uma expressiva melhoria nos indicadores de desenvolvimento social do estado e portanto dos municípios, com destaque para mortalidade infantil, que apresentou uma queda de 35%, e a redução da pobreza, cuja taxa reduziu-se pela metade. Quase todos os municípios apresentaram crescimento no valor do IDS, o que reflete os esforços realizados para garantir à população acesso a melhores condições de saúde, educação, rendimento e segurança.

O IDS do estado passou de 0,5493 para 0,6378 entre a década de 90 e o ano de 2000, representando um aumento de 16,10% no seu valor. O primeiro colocado no *ranking* em 1991 (São Roque do Canaã) apresentou um IDS de 0,6829. Em 2000 o município de melhor desempenho (Bom Jesus do Norte) obteve um índice de 0,7260, mais próximo de 1, ou do limite máximo para o indicador. O aumento nos valores do extremo da escala demonstra uma melhora nos indicadores básicos e uma aproximação das *metas* ou valores normativos estabelecidos.

Os dez municípios de maior crescimento do IDS alcançaram tal desempenho pela melhoria dos indicadores de renda, pela redução da população que se encontra abaixo do nível de pobreza e pela diminuição dos índices de violência. O município de Conceição do Castelo apresentou o maior crescimento (31,06%), seguido por Ibatiba, com 27,25%.

Figura 2 – Dez municípios de maior crescimento no IDS – década de 90/2000



Fonte: IPES

Apesar da elevação no valor do IDS do estado, e por consequência dos municípios, uma avaliação segundo grupos de desempenho a partir da média estadual revela a permanência e o acirramento de desigualdades na distribuição espacial das conquistas sociais. Para possibilitar análises em uma perspectiva regional, foram criados quatro grupos de municípios, dois localizados acima da média do estado e dois abaixo (quadros 1 e 2). Mesmo com o aumento do número de municípios no primeiro grupo, com IDS entre 0,6829 – 0,6178 para a década de 90 e 0,7260-0,6847 em 2000, observa-se uma redução do número de municípios acima da média estadual. Em 1991, 57 municípios possuíam IDS superior à média do estado, caindo para 45 municípios em 2000. Isso representa um aumento de 389.471 pessoas vivendo em municípios com desempenho abaixo da medida média do estado.

Quadro 3 – Número de municípios e população segundo grupos e intervalos do IDS – década de 90

Grupos		Municípios		População	
		Quantitativo	%	População	%
1º Grupo	Do 1º até 11 lugar IDS(0,6829 até 0,6178)	11	14,28	355.291	13,66
2º Grupo	Do 12º até 56º lugar IDS (0,6158 até 0,5499)	46	59,74	1.552.830	59,71
3º Grupo	Do 57º até 71º lugar IDS (0,5487 até 0,5017)	16	20,78	628.008	24,15
4º Grupo	Do 72º até 75º lugar IDS (0,4837 até 0,4540)	4	5,20	64.489	2,48
Total		77	100,00	2.600.618	100,00

Fonte: IPES

Quadro 4 - Número de municípios e população segundo grupos e intervalos do IDS 2000

Grupos		Municípios		População	
		Quantitativo	%	População	%
1º Grupo	Do 1º até 14º lugar IDS(0,7260 até 0,6847)	14	18,18	540.534	17,45
2º Grupo	Do 15º até 44º lugar IDS (0,6782 até 0,6388)	31	40,26	1.474.730	47,61
3º Grupo	Do 45º até 65º lugar IDS (0,6369 até 0,5961)	21	27,27	590.267	19,06
4º Grupo	Do 66º até 75º lugar IDS (0,5930 até 0,5517)	11	14,29	491.701	15,88
Total		77	100,00	3.097.232	100,00

Fonte: IPES

Tal resultado aponta uma concentração do desenvolvimento social. Mostra ainda que, apesar da expressiva melhoria dos indicadores básicos em praticamente todos os municípios, a elevação das realizações médias do estado foi guindada por um número menor deles.

O IDS, além das realizações no sentido de melhorar as condições sociais, por meio da esperança de vida, da escolarização, dos anos de estudo e da renda *per capita*, mede também a persistência das necessidades refletida na mortalidade infantil, no analfabetismo, no grau de pobreza e na mortalidade por causas violentas. Os desequilíbrios regionais são verificados pela distribuição desigual dos benefícios, o que, por conseqüência, concentra as carências em determinadas regiões.

No período de análise, nota-se o aumento do número dos municípios com IDS abaixo da média estadual localizados na região Norte do estado. Na década de 90, havia maior homogeneidade regional nos resultados do IDS; já em 2000 nota-se uma concentração na região Norte dos municípios do 3º grupo, com IDS entre

0,6369-0,5961 (mapa 1). É nas dimensões de educação e renda que se observa maior concentração do desenvolvimento, poucos municípios foram responsáveis pela elevação da média do estado nesses indicadores. No índice de renda (IDREN), principalmente, ocorreu um expressivo aumento do número de municípios abaixo da média estadual, que passam de 42 para 59 (tabela 7).

Apesar dos grandes avanços verificados, o desempenho tanto da média estadual quanto dos municípios poderia ser melhor. O indicador de violência foi o principal responsável pelo comprometimento do IDS de alguns municípios, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. Para os municípios das outras regiões, o índice de renda (IDREN) contribuiu substancialmente para a menor elevação no IDS.

Cabe ressaltar que os primeiros colocados no *ranking* do IDS, com exceção de Vila Velha, foram municípios de pequeno porte, localizados fora da região metropolitana. Esse resultado deve-se à natureza dos indicadores medidos, que, como dito anteriormente, medem não só a *riqueza*, ou as realizações levadas a cabo, como também a concentração das necessidades ainda não satisfeitas. Assim, em cidades como Vitória, apesar dos progressos apresentados em renda *per capita* e educação em todos os indicadores básicos que compõem essa dimensão, o IDS teve baixo desempenho na dimensão violência e cresceu relativamente menos que outros municípios no indicador de saúde.

Diversas outras inferências podem ser extraídas da análise de tendência do IDS, todas no entanto com o mesmo pano de fundo: medir o progresso social dos municípios por meio de indicadores que reflitam outras dimensões da experiência humana que não o acesso e a distribuição da renda.

2.4 Estatísticas do IDS

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – década de 90

Municípios	IDS década 90	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM 1991*	Grau de pobreza 1/2 SM 1990	Mortalidade por causas violentas 1996-1998	Clas. segundo IDS
		1998	1991	1991	1996	1996				
São Roque do Canaã	0,6829	17,28	67,24	19,65	72,78	3,97	0,83	33,60	14,86	1
Piúma	0,6678	25,83	65,12	16,29	72,78	5,27	0,91	42,21	15,89	2
Alfredo Chaves	0,6504	25,83	65,46	17,36	68,91	4,41	0,82	49,70	12,61	3
Bom Jesus do Norte	0,6466	21,22	61,71	16,88	83,91	5,53	0,80	52,41	30,42	4
Ponto Belo	0,6432	23,35	65,87	36,15	80,21	3,15	0,70	44,60	12,63	5
Vila Velha	0,6419	20,08	66,23	8,32	82,99	7,30	1,74	21,25	113,24	6
Vila Pavão	0,6317	28,80	66,32	24,63	65,14	2,89	0,72	35,30	22,78	7
Muqui	0,6287	21,22	63,81	23,67	75,93	4,53	0,74	62,65	20,36	8
Marilândia	0,6278	32,91	65,39	18,65	74,50	3,99	0,82	51,96	20,99	9
Apicá	0,6253	21,22	65,84	24,61	77,00	4,13	0,66	66,11	19,49	10
São Domingos do Norte	0,6178	32,91	67,29	17,43	67,22	3,85	0,97	29,20	55,86	11
Rio Novo do Sul	0,6158	25,83	66,58	18,42	70,28	4,54	0,79	52,49	42,92	12
Mucurici	0,6152	23,35	65,87	36,15	76,39	3,26	0,70	60,07	18,28	13
Itarana	0,6137	17,28	67,62	20,43	67,41	4,35	0,86	63,21	42,60	14
Itaguaçu	0,6108	17,28	65,99	22,49	70,10	4,35	0,72	59,55	44,16	15
Aracruz	0,6078	32,36	62,75	17,37	81,63	5,19	1,25	37,01	72,46	16
Santa Teresa	0,6074	17,28	67,24	19,65	72,38	4,48	0,83	52,36	64,03	17
Jerônimo Monteiro	0,6068	21,22	63,20	22,91	76,19	4,42	0,72	59,82	41,33	18
Marataizes	0,6051	26,69	62,83	24,04	68,10	4,89	0,70	37,60	55,35	19
Dores do Rio Preto	0,6010	31,98	61,33	27,35	69,27	3,44	0,74	62,08	11,47	20
Anchieta	0,5982	25,83	66,32	20,75	78,38	4,87	0,81	43,05	75,22	21
Montanha	0,5954	23,35	65,00	32,16	81,16	3,70	0,70	52,08	52,35	22
Vila Valério	0,5953	28,80	63,16	22,15	58,06	3,05	0,78	33,70	49,28	23

Continua

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – década de 90

Continuação

Municípios	IDS década 90	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM 1991*	Grau de pobreza 1/2 SM 1990	Mortalidade por causas violentas 1996-1998	Clas. segundo IDS
		1998	1991	1991	1996	1996				
Laranja da Terra	0,5947	21,68	67,54	25,27	65,91	3,37	0,49	69,68	28,61	24
Iconha	0,5939	25,83	66,93	18,11	70,94	4,23	0,95	42,34	75,60	25
Nova Venécia	0,5936	28,80	66,32	24,63	74,65	4,30	0,72	55,34	50,79	26
Castelo	0,5933	21,22	66,08	17,17	73,92	4,84	0,82	50,89	75,85	27
Colatina	0,5930	18,81	67,29	17,43	76,94	5,24	0,97	41,47	99,45	28
Cariacica	0,5902	23,34	63,68	14,73	77,13	5,24	0,90	38,06	93,52	29
Alegre	0,5891	31,98	66,49	26,20	72,03	4,67	0,84	51,84	56,20	30
Irupi	0,5864	31,98	63,41	31,53	58,24	2,78	0,65	39,60	36,04	31
Cachoeiro de Itapemirim	0,5830	28,20	65,07	14,67	77,57	5,71	1,19	35,25	107,85	32
Divino de São Lourenço	0,5798	31,98	64,41	31,13	66,31	3,27	0,43	70,77	15,09	33
Presidente Kennedy	0,5776	26,69	62,82	32,92	71,13	3,07	0,63	62,44	34,51	34
Boa Esperança	0,5761	28,80	61,30	24,46	75,41	3,60	0,65	57,37	49,01	35
Rio Bananal	0,5752	32,36	62,34	23,25	65,02	3,56	0,59	60,88	35,06	36
Água Doce do Norte	0,5747	34,25	58,81	34,08	74,80	3,07	0,36	70,20	7,79	37
São José do Calçado	0,5737	21,22	65,94	24,20	74,09	4,33	0,67	56,04	76,11	38
Brejetuba	0,5735	21,68	67,11	28,94	51,79	2,23	0,57	43,20	56,39	39
Santa Maria de Jetibá	0,5730	17,28	67,62	24,29	54,26	3,23	0,64	61,05	57,16	40
Pinheiros	0,5730	23,35	64,70	32,15	77,60	3,50	0,85	56,48	65,31	41
Águia Branca	0,5727	28,80	61,70	27,83	68,01	3,57	0,41	72,13	24,08	42
João Neiva	0,5718	32,36	65,60	15,77	83,87	5,13	1,02	41,05	103,81	43
Ibiraçu	0,5711	32,36	62,80	19,43	79,98	4,91	0,88	41,43	89,03	44
Guarapari	0,5698	25,83	64,69	15,67	71,90	5,40	1,00	41,57	104,59	45
Vargem Alta	0,5692	21,22	65,67	22,37	68,84	3,80	0,56	59,41	67,91	46
Baixo Guandú	0,5689	32,91	62,17	25,68	71,00	4,29	0,59	60,28	47,76	47

Continua

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – década de 90

Continuação

Municípios	IDS década 90	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM 1991*	Grau de pobreza 1/2 SM 1990	Mortalidade por causas violentas 1996-1998	Clas. segundo IDS
		1998	1991	1991	1996	1996				
Ecoporanga	0,5671	34,25	61,16	37,99	78,57	3,11	0,63	64,05	30,74	48
Marechal Floriano	0,5659	21,68	66,50	21,84	69,85	4,15	0,83	37,60	104,07	49
São Gabriel da Palha	0,5655	28,80	64,31	20,76	70,11	4,35	0,72	57,46	69,22	50
Domingos Martins	0,5629	21,68	66,50	21,84	62,64	3,91	0,83	47,09	89,26	51
Guaçu	0,5590	31,98	61,98	24,38	72,64	4,82	0,97	49,21	82,00	52
Barra de São Francisco	0,5588	34,25	61,88	29,81	75,22	3,85	0,61	62,95	48,89	53
Venda Nova do Imigrante	0,5535	21,68	64,07	17,83	77,06	4,85	1,03	47,90	115,33	54
Vitória	0,5518	25,57	65,75	7,52	85,79	8,55	2,55	19,05	212,29	55
Muniz Freire	0,5516	31,98	65,20	29,84	65,86	3,56	0,60	60,88	58,02	56
Mimoso do Sul	0,5499	21,22	65,67	27,38	72,11	4,16	0,57	62,76	82,47	57
Sooretama	0,5487	32,36	62,01	22,52	63,48	2,99	0,85	33,80	87,89	58
Mantenópolis	0,5484	34,25	57,58	34,19	71,62	3,57	0,62	53,76	52,31	59
Alto Rio Novo	0,5355	32,91	59,14	31,62	69,05	3,18	0,59	66,15	51,66	60
São Mateus	0,5352	46,94	60,11	23,78	77,42	4,78	0,99	46,48	86,66	61
Viana	0,5324	27,95	63,63	15,36	76,55	4,65	0,70	43,60	123,97	62
Santa Leopoldina	0,5324	17,28	67,62	26,02	57,59	3,30	0,52	66,65	86,44	63
Linhares	0,5304	36,50	62,01	22,52	76,62	4,77	0,85	52,60	99,44	64
Ibitirama	0,5299	31,98	60,01	38,83	58,39	2,93	0,57	65,14	45,47	65
Átilio Vivacqua	0,5273	21,22	65,67	20,03	75,38	4,09	0,62	61,96	111,60	66
Itapemirim	0,5254	26,69	62,83	24,04	65,01	3,80	0,70	57,10	94,72	67
Afonso Cláudio	0,5251	21,68	67,11	28,94	65,37	3,70	0,57	65,99	91,85	68
Fundão	0,5154	32,36	62,34	18,77	77,66	4,88	1,00	45,40	133,74	69
Serra	0,5136	28,10	62,88	13,31	78,18	5,74	0,97	36,52	161,47	70
Conceição da Barra	0,5067	46,94	59,71	30,61	75,51	3,95	0,64	55,85	82,57	71

Continua

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – década de 90

Conclusão

Municípios	IDS década 90	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM 1991*	Grau de pobreza 1/2 SM 1990	Mortalidade por causas violentas 1996-1998	Clas. segundo IDS
		1998	1991	1991	1996	1996				
Lúna	0,5057	31,98	63,41	31,53	62,05	3,63	0,65	58,24	95,29	72
Pancas	0,5017	32,91	65,39	29,19	65,16	3,52	0,53	63,13	97,27	73
Ibatiba	0,4837	31,98	63,98	32,73	67,16	3,25	0,52	64,22	107,32	74
Conceição do Castelo	0,4809	21,68	64,02	21,60	71,54	4,06	0,59	60,61	145,64	75
Jaguaré	0,4712	46,94	61,35	26,29	69,61	3,49	0,98	63,31	110,65	76
Pedro Canário	0,4540	46,94	60,31	34,06	74,53	3,52	0,80	55,21	127,70	77
Total do Estado	0,5493	27,96	63,81	17,98	75,96	5,40	1,11	41,96	104,43	

Fonte: IPES

Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – 2000

Municípios	IDS 2000	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM set. 2000	Grau de pobreza 1/2 SM 2000	Mortalidade por causas violentas 2000-2002	Clas. segundo IDS
		média 1999-2000	2000	2000	2000	2000				
Bom Jesus do Norte	0,7260	16,44	71,30	11,76	86,11	5,62	1,16	21,20	32,02	1
São Roque do Canaã	0,7212	11,07	71,33	12,80	79,45	4,54	1,12	25,12	25,43	2
Dores do Rio Preto	0,7206	23,53	70,53	18,32	74,82	4,39	1,34	18,62	10,53	3
Vila Velha	0,7137	18,92	69,05	5,08	84,24	7,84	2,47	13,54	84,86	4
Itaguaçu	0,7076	5,91	71,33	14,20	78,15	4,90	1,14	26,71	43,41	5
Castelo	0,7034	23,15	70,40	11,09	77,10	5,43	1,45	18,88	41,63	6
Santa Teresa	0,7022	13,27	74,85	13,99	76,59	4,86	1,51	20,16	57,60	7
Marilândia	0,7020	8,70	70,72	13,35	78,25	4,60	1,05	27,15	40,10	8
Ibiraçu	0,6990	20,96	70,59	11,25	85,58	5,70	1,57	24,96	52,00	9
Piúma	0,6945	16,01	72,02	10,60	81,91	5,93	1,36	25,73	60,11	10
Itarana	0,6938	16,09	70,15	13,01	72,63	4,79	1,15	27,87	34,65	11

Continua

Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – 2000

Continuação

Municípios	IDS 2000	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM set. 2000	Grau de pobreza 1/2 SM 2000	Mortalidade por causas violentas 2000-2002	Clas. segundo IDS
		média 1999-2000	2000	2000	2000	2000				
Marataízes	0,6861	16,50	64,24	11,71	77,16	5,48	1,26	32,93	34,68	12
Alfredo Chaves	0,6858	9,46	72,02	11,77	76,01	4,85	1,10	31,30	53,38	13
Jerônimo Monteiro	0,6847	17,01	63,17	15,87	77,79	4,97	1,12	29,08	28,93	14
Rio Bananal	0,6782	11,20	68,12	14,56	69,79	4,20	1,19	27,71	44,65	15
Colatina	0,6765	14,27	70,72	11,02	80,55	5,72	1,51	20,81	81,17	16
Irupi	0,6759	23,26	70,53	21,30	63,96	3,58	1,12	20,50	28,81	17
São Gabriel da Palha	0,6758	24,88	68,79	13,56	72,74	4,95	1,35	23,29	45,58	18
Venda Nova do Imigrante	0,6758	14,26	70,72	9,96	82,52	5,60	1,65	20,68	85,90	19
João Neiva	0,6729	8,98	69,03	11,17	88,12	5,43	1,30	23,15	85,44	20
São José do Calçado	0,6727	26,67	70,40	16,18	83,12	5,24	1,14	28,29	47,66	21
Muqui	0,6704	15,71	65,90	14,50	80,84	5,33	1,18	28,73	55,69	22
Vargem Alta	0,6701	6,13	69,58	14,68	71,32	4,25	1,08	27,11	61,69	23
Anchieta	0,6684	15,77	72,02	9,75	82,98	5,60	1,27	25,26	81,62	24
Alegre	0,6678	24,60	68,63	16,59	80,18	5,31	1,21	29,12	49,44	25
Laranja da Terra	0,6674	15,27	69,39	15,61	73,92	3,86	0,93	34,53	39,27	26
Vila Pavão	0,6670	9,76	65,57	19,38	75,33	3,57	0,80	35,55	32,36	27
Baixo Guandú	0,6667	7,52	64,55	16,07	78,63	4,89	1,04	29,60	58,14	28
Guarapari	0,6649	12,25	72,02	9,00	82,38	6,06	1,54	23,46	99,38	29
Aracruz	0,6635	18,36	69,17	10,10	86,61	5,76	1,39	27,42	80,19	30
Vila Valério	0,6604	17,54	65,57	17,16	69,44	3,65	1,06	34,80	31,15	31
Vitória	0,6596	14,12	70,74	4,10	89,23	9,09	3,71	12,55	177,95	32
Atílio Vivacqua	0,6589	8,33	69,04	13,44	80,88	5,53	0,96	31,69	76,96	33
Guaçu	0,6571	26,86	68,63	14,55	73,19	5,34	1,37	26,85	57,92	34
Nova Venécia	0,6542	25,50	67,26	15,50	80,82	5,02	1,22	31,57	54,50	35
Cachoeiro de Itapemirim	0,6514	20,51	68,92	8,52	81,02	6,05	1,53	18,53	98,85	36
Água Branca	0,6471	7,38	63,46	18,36	74,24	4,22	0,95	35,67	55,76	37
Apiacá	0,6459	48,51	69,04	16,34	78,24	4,69	1,00	35,99	21,22	38
Santa Maria de Jetibá	0,6454	14,43	70,15	16,37	59,01	3,80	1,17	32,35	55,96	39
Muniz Freire	0,6452	34,53	68,63	18,22	69,02	4,31	1,31	27,28	44,04	40

Continua

Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – 2000

Continuação

Municípios	IDS 2000	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM set. 2000	Grau de pobreza 1/2 SM 2000	Mortalidade por causas violentas 2000-2002	Clas. segundo IDS
		média 1999-2000	2000	2000	2000	2000				
Alto Rio Novo	0,6448	25,53	63,26	21,50	76,61	4,04	0,97	38,53	28,79	41
Marechal Floriano	0,6447	13,27	70,72	11,51	73,57	4,58	1,37	22,72	92,90	42
Ponto Belo	0,6445	26,32	66,50	24,96	84,91	3,97	0,81	50,38	21,52	43
Cariacica	0,6428	17,41	67,16	8,89	80,71	5,78	1,20	25,02	91,79	44
Iconha	0,6388	28,04	73,50	11,56	78,75	4,78	1,74	28,41	89,28	45
Barra de São Francisco	0,6369	25,68	64,76	19,92	78,44	4,38	1,03	34,90	48,42	46
Mantenópolis	0,6365	24,04	64,76	21,92	73,42	3,96	0,93	37,52	38,27	47
Ecoporanga	0,6363	15,35	65,83	24,63	81,33	3,89	0,85	48,23	42,12	48
São Mateus	0,6352	17,63	64,93	13,82	82,17	5,47	1,28	32,36	82,53	49
Montanha	0,6346	22,66	66,50	21,16	82,81	4,29	1,15	42,87	52,87	50
Rio Novo do Sul	0,6317	22,22	73,50	11,78	75,31	4,75	1,12	30,35	87,30	51
Conceição do Castelo	0,6302	19,51	67,09	17,28	75,15	4,48	1,01	27,59	74,89	52
Domingos Martins	0,6281	11,97	69,39	11,59	66,50	4,45	1,23	26,72	93,75	53
Linhares	0,6276	16,81	68,12	13,48	80,92	5,35	1,44	27,22	103,52	54
Viana	0,6256	17,56	67,05	9,31	81,74	5,34	0,98	26,75	98,33	55
Mimoso do Sul	0,6237	23,63	71,04	16,27	77,25	4,92	1,03	36,20	79,00	56
Boa Esperança	0,6233	15,75	63,46	18,50	80,01	4,32	0,95	42,65	62,86	57
Afonso Cláudio	0,6232	26,45	69,39	17,19	68,05	4,30	1,02	32,10	65,23	58
Pinheiros	0,6198	16,45	67,32	20,50	79,50	4,06	0,89	43,38	67,14	59
Divino de São Lourenço	0,6176	27,59	68,63	20,50	65,28	3,63	0,71	43,15	40,56	60
Ibitirama	0,6175	14,74	68,63	23,84	57,70	3,64	0,98	35,65	62,78	61
Ibatiba	0,6155	20,86	70,53	22,22	68,11	3,58	1,20	19,13	90,71	62
Mucurici	0,6131	11,49	66,50	28,15	83,32	3,68	0,66	54,19	56,68	63
Lúna	0,6127	38,50	70,53	19,29	65,62	4,15	1,27	22,20	71,62	64
Sooretama	0,6036	22,67	68,12	18,39	72,06	4,00	0,90	39,84	74,39	65
Fundão	0,5961	18,07	69,03	13,08	82,55	5,35	1,28	24,34	133,40	66
Itapemirim	0,5930	20,67	64,24	13,22	71,08	4,56	0,86	35,36	89,99	67
Brejetuba	0,5816	34,88	67,09	23,41	55,28	3,19	1,04	35,97	60,95	68
Santa Leopoldina	0,5791	14,29	70,15	18,64	68,84	3,70	0,83	42,44	102,58	69
Jaguarié	0,5764	9,74	63,13	17,03	73,11	4,35	1,03	33,64	119,18	70

Continua

Tabela 2 – Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo – classificação e indicadores básicos – 2000

Municípios	IDS 2000	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Analfabetismo 15 anos e mais	Escolarização 15-19 anos	Anos de estudo	Renda per capita SM set. 2000	Grau de pobreza 1/2 SM 2000	Mortalidade por causas violentas 2000-2002	Clas. segundo IDS
		média 1999-2000	2000	2000	2000	2000				
Pedro Canário	0,5746	22,35	63,13	21,79	76,55	4,22	0,78	43,39	87,07	71
Serra	0,5732	15,58	67,32	7,63	82,19	6,25	1,30	24,19	163,94	72
São Domingos do Norte	0,5732	33,96	67,01	18,87	76,04	4,30	0,92	34,04	95,60	73
Presidente Kennedy	0,5719	53,19	64,24	23,98	78,08	3,69	0,82	48,42	41,87	74
Pancas	0,5651	27,36	63,13	18,28	66,99	3,98	0,85	44,36	83,01	75
Água Doce do Norte	0,5627	52,63	62,54	25,40	78,89	3,72	0,71	49,22	44,44	76
Conceição da Barra	0,5517	18,25	63,30	21,22	84,91	4,47	0,87	44,10	122,17	77
Total do Estado	0,6378	17,96	66,42	10,91	80,18	5,98	1,34	24,46	96,62	

Fonte: IPES

Tabela 3 – Municípios segundo posição nos índices de saúde, educação, renda e violência – década 90 e 2000

Municípios	IDSAU				IDEDU				IDREN				IDVIO			
	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição
Afonso Cláudio	0,7431	7	0,7346	59	0,5570	56	0,6332	61	0,2152	72	0,4203	48	0,5844	56	0,7048	44
Água Doce do Norte	0,5946	59	0,5172	78	0,5620	62	0,6244	66	0,1775	76	0,3104	76	0,9648	1	0,7989	22
Água Branca	0,6528	44	0,7968	27	0,5753	55	0,6475	54	0,1718	77	0,3964	59	0,8910	13	0,7477	33
Alegre	0,6759	32	0,7390	56	0,6276	35	0,7062	24	0,3073	32	0,4497	34	0,7457	35	0,7763	27
Alfredo Chaves	0,7037	24	0,8597	3	0,6387	27	0,6944	28	0,3164	30	0,4304	47	0,9429	3	0,7585	30
Alto Rio Novo	0,6055	58	0,6861	70	0,5544	67	0,6395	58	0,2159	71	0,3839	63	0,7662	30	0,8697	5
Anchieta	0,7113	22	0,8219	11	0,6731	16	0,7471	12	0,3488	22	0,4738	24	0,6596	44	0,6307	53
Apiacá	0,7347	11	0,5992	76	0,6331	29	0,6818	37	0,2217	68	0,3988	58	0,9118	9	0,9040	2
Aracruz	0,6406	48	0,7812	32	0,7047	7	0,7629	4	0,4138	5	0,4729	25	0,6721	43	0,6371	51
Atílio Vivacqua	0,7332	12	0,8403	8	0,6419	24	0,7257	18	0,2393	62	0,4177	49	0,4950	69	0,6518	49
Baixo Guandú	0,6322	52	0,8056	21	0,6143	41	0,6900	32	0,2453	58	0,4344	45	0,7839	25	0,7369	38
Barra de São Francisco	0,6216	54	0,6984	69	0,6013	47	0,6611	46	0,2335	64	0,4071	52	0,7788	26	0,7809	26
Boa Esperança	0,6492	45	0,7465	53	0,6124	42	0,6693	42	0,2646	47	0,3621	66	0,7782	27	0,7155	43

Continua

Tabela 3 – Municípios segundo posição nos índices de saúde, educação, renda e violência – década 90 e 2000

Continuação

Municípios	IDSAU				IDEDU				IDREN				IDVIO			
	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição
Bom Jesus do Norte	0,6983	27	0,8115	20	0,7245	3	0,7515	9	0,3012	36	0,4858	18	0,8623	15	0,8551	9
Brejetuba	0,7431	7	0,6638	75	0,4770	77	0,5362	76	0,3291	29	0,4021	54	0,7449	36	0,7242	40
Cachoeiro de Itapemirim	0,6860	30	0,7661	42	0,7160	5	0,7583	6	0,4179	4	0,5285	3	0,5120	67	0,5527	69
Cariacica	0,7030	25	0,7692	39	0,7000	8	0,7479	11	0,3809	10	0,4695	26	0,5768	57	0,5846	64
Castelo	0,7368	9	0,7633	45	0,6691	17	0,7179	20	0,3104	31	0,5206	5	0,6568	46	0,8116	17
Colatina	0,7619	3	0,8194	16	0,6906	9	0,7384	14	0,3694	15	0,5156	7	0,5500	62	0,6327	52
Conceição da Barra	0,5264	64	0,7301	61	0,6028	46	0,6811	38	0,2714	44	0,3485	69	0,6264	50	0,4472	74
Conceição do Castelo	0,7159	17	0,7560	49	0,6229	37	0,6620	45	0,2436	59	0,4418	40	0,3410	75	0,6612	48
Divino de São Lourenço	0,6576	42	0,7211	65	0,5496	69	0,5926	72	0,1802	75	0,3403	72	0,9317	6	0,8165	16
Domingos Martins	0,7378	8	0,8215	12	0,5877	49	0,6512	52	0,3302	28	0,4639	28	0,5961	55	0,5758	66
Dores do Rio Preto	0,6304	53	0,7622	46	0,5773	53	0,6547	47	0,2481	54	0,5130	8	0,9481	2	0,9524	1
Ecoporanga	0,6153	56	0,7698	38	0,5628	61	0,6402	57	0,2296	66	0,3257	73	0,8609	16	0,8094	19
Fundão	0,6370	49	0,7817	29	0,6776	15	0,7270	16	0,3521	21	0,4793	20	0,3948	74	0,3964	75
Guaçu	0,6361	50	0,7254	62	0,6404	26	0,6906	30	0,3307	27	0,4744	23	0,6289	48	0,7379	37
Guarapari	0,6969	28	0,8430	7	0,6843	10	0,7616	5	0,3713	14	0,5048	9	0,5268	65	0,5503	70
Ibatiba	0,6538	43	0,7782	34	0,5467	70	0,5948	72	0,2201	69	0,4995	10	0,5144	66	0,5896	63
Ibiraçu	0,6411	47	0,7781	35	0,6839	11	0,7538	8	0,3625	18	0,4992	11	0,5971	54	0,7647	28
Ibitirama	0,6188	55	0,7982	26	0,4872	76	0,5565	75	0,2194	70	0,3994	57	0,7942	24	0,7159	42
Iconha	0,7167	15	0,7613	47	0,6377	28	0,7021	26	0,3635	17	0,4957	12	0,6579	45	0,5960	61
Irupi	0,6487	46	0,7638	44	0,5067	75	0,5840	74	0,3534	20	0,4861	17	0,8369	19	0,8696	6
Itaguaçu	0,7597	4	0,8749	1	0,6239	36	0,6950	27	0,2592	50	0,4567	30	0,8002	23	0,8036	20
Itapemirim	0,6754	34	0,7239	63	0,5850	50	0,6644	44	0,2699	45	0,3908	60	0,5714	58	0,5928	62
Itarana	0,7740	1	0,8035	22	0,6216	38	0,6772	41	0,2520	53	0,4514	32	0,8073	21	0,8432	11
Lúna	0,6487	46	0,6724	73	0,5450	72	0,6135	60	0,2602	49	0,4892	15	0,5688	59	0,6759	46
Jaguaré	0,5408	61	0,7797	33	0,5836	51	0,6521	51	0,2610	48	0,4130	50	0,4993	68	0,4607	73
Jerônimo Monteiro	0,7114	21	0,7365	58	0,6449	21	0,6903	31	0,2579	51	0,4430	39	0,8130	20	0,8691	7
João Neiva	0,6658	38	0,8362	9	0,7158	6	0,7544	7	0,3754	13	0,4874	16	0,5303	63	0,6134	57
Laranja da Terra	0,7469	5	0,8017	23	0,5710	57	0,6447	55	0,1904	74	0,4009	55	0,8705	14	0,8223	14
Linhares	0,6093	57	0,7813	31	0,6582	18	0,7203	19	0,3042	34	0,4775	22	0,5501	61	0,5316	72
Mantenópolis	0,5837	60	0,7083	67	0,5662	6	0,6250	65	0,2803	41	0,3859	61	0,7633	31	0,8268	13

Continua

Tabela 3 – Municípios segundo posição nos índices de saúde, educação, renda e violência – década 90 e 2000

Continuação

Municípios	IDSAU				IDEDU				IDREN				IDVIO			
	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição
Marataízes	0,6754	34	0,7489	51	0,6282	34	0,7176	21	0,3674	16	0,4349	44	0,7496	33	0,8431	12
Marechal Floriano	0,7378	8	0,8254	10	0,6191	39	0,6790	40	0,3777	12	0,4949	13	0,5291	64	0,5797	65
Marilândia	0,6606	41	0,8528	5	0,6405	25	0,6891	34	0,3051	33	0,4473	37	0,9050	11	0,8186	15
Mimoso do Sul	0,7332	12	0,7661	43	0,6084	44	0,6857	36	0,2313	65	0,4006	56	0,6268	49	0,6426	50
Montanha	0,7145	18	0,7319	60	0,6089	43	0,6688	43	0,2950	38	0,3769	64	0,7631	32	0,7608	29
Mucurici	0,7222	13	0,7989	25	0,5662	59	0,6287	62	0,2550	52	0,2814	77	0,9173	8	0,7435	35
Muniz Freire	0,6645	40	0,6794	71	0,5613	63	0,6333	60	0,2431	60	0,4674	27	0,7375	38	0,8007	21
Muqui	0,7168	14	0,7683	40	0,6447	22	0,7160	22	0,2453	57	0,4493	35	0,9079	10	0,7480	32
Nova Venécia	0,6934	29	0,7215	64	0,6304	32	0,7032	25	0,2803	42	0,4389	42	0,7702	29	0,7534	31
Pancas	0,6606	41	0,6740	72	0,5600	65	0,6163	68	0,2263	67	0,3456	70	0,5599	60	0,6244	55
Pedro Canário	0,5317	62	0,7041	68	0,5750	56	0,6437	56	0,2872	39	0,3446	71	0,4222	73	0,6060	59
Pinheiros	0,7119	20	0,7764	37	0,5907	48	0,6530	50	0,2848	40	0,3537	67	0,7045	40	0,6962	45
Piúma	0,7007	26	0,8204	14	0,6813	12	0,7507	10	0,3609	19	0,4787	21	0,9281	7	0,7280	39
Ponto Belo	0,7222	13	0,7099	66	0,5757	54	0,6535	49	0,3324	26	0,3122	75	0,9428	4	0,9026	3
Presidente Kennedy	0,6753	35	0,5288	77	0,5538	68	0,6255	64	0,2376	63	0,3227	74	0,8438	17	0,8106	18
Rio Bananal	0,6370	49	0,8149	17	0,5803	52	0,6447	55	0,2423	61	0,4553	31	0,8413	18	0,7980	23
Rio Novo do Sul	0,7136	19	0,7962	28	0,6439	23	0,6890	35	0,3001	37	0,4365	43	0,8058	22	0,6050	60
Santa Leopoldina	0,7740	1	0,8143	18	0,5386	73	0,6128	70	0,2079	73	0,3535	68	0,6089	51	0,5358	71
Santa Maria de Jetibá	0,7740	1	0,8134	19	0,5313	74	0,5906	73	0,2454	56	0,4306	46	0,7414	37	0,7468	34
Santa Teresa	0,7707	2	0,8618	2	0,6449	20	0,6893	33	0,3039	35	0,5186	6	0,7103	39	0,7394	36
São Domingos do Norte	0,6773	31	0,6686	74	0,6161	40	0,6542	48	0,4307	3	0,4026	53	0,7472	34	0,5674	67
São Gabriel da Palha	0,6758	33	0,7387	57	0,6297	33	0,6806	39	0,2697	46	0,4901	14	0,6868	42	0,7938	24
São José do Calçado	0,7356	10	0,7422	55	0,6308	30	0,7153	23	0,2728	43	0,4491	36	0,6556	47	0,7844	25
São Mateus	0,5299	63	0,7482	52	0,6570	19	0,7269	17	0,3459	23	0,4392	41	0,6079	52	0,6266	54
São Roque do Canaã	0,7707	2	0,8440	6	0,6306	31	0,6931	29	0,3977	7	0,4628	29	0,9328	5	0,8849	4
Serra	0,6674	37	0,7816	30	0,7235	4	0,7713	3	0,3941	8	0,4819	19	0,2694	76	0,2582	76
Sooretama	0,6341	51	0,7461	54	0,5603	64	0,6334	59	0,3982	6	0,3717	65	0,6023	53	0,6634	47
Vargem Alta	0,7332	12	0,8582	4	0,6035	45	0,6509	53	0,2473	55	0,4502	33	0,6927	41	0,7209	41
Venda Nova do Imigrante	0,7164	16	0,8195	15	0,6776	14	0,7449	13	0,3420	24	0,5274	4	0,4781	71	0,6113	58
Viana	0,6749	36	0,7673	41	0,6783	13	0,7366	15	0,3374	25	0,4434	38	0,4390	72	0,5551	68
Vila Pavão	0,6934	29	0,8011	24	0,5559	66	0,6280	63	0,3805	11	0,3853	62	0,8969	12	0,8536	10

Continua

Tabela 3 – Municípios segundo posição nos índices de saúde, educação, renda e violência – década 90 e 2000

Conclusão

Municípios	IDSAU				IDEDU				IDREN				IDVIO			
	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição	Década 90	Posição	2000	Posição
Vila Valério	0,6656	39	0,7544	50	0,5455	71	0,6182	67	0,3932	9	0,4099	51	0,7770	28	0,8590	8
Vila Velha	0,7450	6	0,7768	36	0,8036	2	0,8348	2	0,5314	2	0,6274	2	0,4876	70	0,6160	56
Vitória	0,7078	23	0,8205	13	0,8534	1	0,8926	1	0,6064	1	0,7306	1	0,0394	77	0,1948	77
Espírito Santo	0,6764		0,7594		0,6901		0,7454		0,30,32		0,4835		0,5275		0,5628	

Fonte: IPES

Tabela 4 – Municípios segundo nível de crescimento do IDS entre a década de 90/2000

Municípios	IDS década 90		IDS 2000		Crescimento	
	Valor	Posição	Valor	Posição	%	Abs.
Conceição do Castelo	0,4809	75	0,6302	52	31,06	0,1494
Ibatiba	0,4837	74	0,6155	62	27,25	0,1318
Pedro Canário	0,4540	77	0,5746	71	26,56	0,1206
Atílio Vivacqua	0,5273	66	0,6589	33	24,94	0,1315
Ibiraçu	0,5711	44	0,6990	9	22,38	0,1278
Jaguaré	0,4712	76	0,5764	70	22,33	0,1052
Venda Nova do Imigrante	0,5535	54	0,6758	19	22,09	0,1223
Lúna	0,5057	72	0,6127	64	21,17	0,1071
Alto Rio Novo	0,5355	60	0,6448	41	20,41	0,1093
Dores do Rio Preto	0,6010	20	0,7206	3	19,90	0,1196
Vitória	0,5518	55	0,6596	32	19,55	0,1078
São Gabriel da Palha	0,5655	50	0,6758	18	19,51	0,1103
São Mateus	0,5352	61	0,6352	49	18,69	0,1001
Afonso Cláudio	0,5251	68	0,6232	58	18,68	0,0981
Castelo	0,5933	27	0,7034	6	18,55	0,1101
Linhares	0,5304	64	0,6276	54	18,33	0,0972
Rio Bananal	0,5752	36	0,6782	15	17,91	0,1030
Vargem Alta	0,5692	46	0,6701	23	17,73	0,1009
João Neiva	0,5718	43	0,6729	20	17,67	0,1010
Guaçuí	0,5590	52	0,6571	34	17,55	0,0981
Viana	0,5324	62	0,6256	55	17,51	0,0932
São José do Calçado	0,5737	38	0,6727	21	17,26	0,0990
Baixo Guandu	0,5689	47	0,6667	28	17,19	0,0978
Muniz Freire	0,5516	56	0,6452	40	16,97	0,0936
Guarapari	0,5698	45	0,6649	29	16,69	0,0951
Ibitirama	0,5299	65	0,6175	61	16,53	0,0876
Mantenópolis	0,5484	59	0,6365	47	16,07	0,0881
Itaguaçu	0,6108	15	0,7076	5	15,85	0,0968
Fundão	0,5154	69	0,5961	66	15,66	0,0807
Santa Teresa	0,6074	17	0,7022	7	15,61	0,0948
Irupi	0,5864	31	0,6759	17	15,25	0,0895
Colatina	0,5930	28	0,6765	16	14,09	0,0836
Barra de São Francisco	0,5588	53	0,6369	46	13,97	0,0781
Marechal Floriano	0,5659	49	0,6447	42	13,93	0,0788
Mimoso do Sul	0,5499	57	0,6237	56	13,42	0,0738
Marataizes	0,6051	19	0,6861	12	13,38	0,0810
Alegre	0,5891	30	0,6678	25	13,36	0,0787
Itarana	0,6137	14	0,6938	11	13,05	0,0801
Águia Branca	0,5727	42	0,6471	37	12,98	0,0744
Itapemirim	0,5254	67	0,5930	67	12,86	0,0676
Jerônimo Monteiro	0,6068	18	0,6847	14	12,84	0,0779
Pancas	0,5017	73	0,5651	75	12,63	0,0634
Santa Maria de Jetibá	0,5730	40	0,6454	39	12,63	0,0723
Bom Jesus do Norte	0,6466	4	0,7260	1	12,28	0,0794
Laranja da Terra	0,5947	24	0,6674	26	12,23	0,0727
Ecoporanga	0,5671	48	0,6363	48	12,19	0,0691
Marilândia	0,6278	9	0,7020	8	11,81	0,0742
Cachoeiro de Itapemirim	0,5830	32	0,6514	36	11,74	0,0684
Anchieta	0,5982	21	0,6684	24	11,73	0,0702
Serra	0,5136	70	0,5732	72	11,61	0,0596
Domingos Martins	0,5629	51	0,6281	53	11,57	0,0652

Continua

Tabela 04 - Municípios segundo nível de crescimento do IDS entre a década de 90/2000

Municípios	IDS década 90		IDS 2002		Crescimento	
	Valor	Posição	Valor	Posição	%	Abs.
Vila Velha	0,6419	6	0,7137	4	11,19	0,0719
Vila Valério	0,5953	23	0,6604	31	10,92	0,0650
Nova Venécia	0,5936	26	0,6542	35	10,22	0,0607
Sooretama	0,5487	58	0,6036	65	10,01	0,0549
Aracruz	0,6078	16	0,6635	30	9,17	0,0557
Cariacica	0,5902	29	0,6428	44	8,92	0,0526
Conceição da Barra	0,5067	71	0,5517	77	8,88	0,0450
Santa Leopoldina	0,5324	63	0,5791	69	8,78	0,0467
Boa Esperança	0,5761	35	0,6233	57	8,20	0,0473
Pinheiros	0,5730	41	0,6198	59	8,18	0,0468
Iconha	0,5939	25	0,6388	45	7,55	0,0448
Muqui	0,6287	8	0,6704	22	6,64	0,0417
Montanha	0,5954	22	0,6346	50	6,59	0,0392
Divino de São Lourenço	0,5798	33	0,6176	60	6,53	0,0378
São Roque do Canaã	0,6829	1	0,7212	2	5,60	0,0383
Vila Pavão	0,6317	7	0,6670	27	5,59	0,0353
Alfredo Chaves	0,6504	3	0,6858	13	5,44	0,0354
Piúma	0,6678	2	0,6945	10	4,00	0,0267
Apiacá	0,6253	10	0,6459	38	3,30	0,0206
Rio Novo do Sul	0,6158	12	0,6317	51	2,57	0,0158
Brejetuba	0,5735	39	0,5816	68	1,40	0,0080
Ponto Belo	0,6432	5	0,6445	43	0,20	0,0013
Mucurici	0,6152	13	0,6131	63	-0,33	-0,0021
Presidente Kennedy	0,5776	34	0,5719	74	-0,99	-0,0057
Água Doce do Norte	0,5747	37	0,5627	76	-2,09	-0,0120
São Domingos do Norte	0,6178	11	0,5732	73	-7,23	-0,0447
Espírito Santo	0,5493		0,6378		16,10	0,0885

Fonte: IPES

Tabela 5 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho do IDS – década de 90/2000

Municípios	IDS década 90	Ranking	Municípios	IDS 2000	Ranking
São Roque do Canaã	0,6829	1º	Bom Jesus do Norte	0,7260	1º
Piúma	0,6678	2º	São Roque do Canaã	0,7212	2º
Alfredo Chaves	0,6504	3º	Dores do Rio Preto	0,7206	3º
Bom Jesus do Norte	0,6466	4º	Vila Velha	0,7137	4º
Ponto Belo	0,6432	5º	Itaguaçu	0,7076	5º
Vila Velha	0,6419	6º	Castelo	0,7034	6º
Vila Pavão	0,6317	7º	Santa Teresa	0,7022	7º
Muqui	0,6287	8º	Marilândia	0,7020	8º
Marilândia	0,6278	9º	Ibiraçu	0,6990	9º
Apiacá	0,6253	10º	Piúma	0,6945	10º
São Domingos do Norte	0,6178	11º	Itarana	0,6938	11º
Rio Novo do Sul	0,6158	12º	Marataízes	0,6861	12º
Mucurici	0,6152	13º	Alfredo Chaves	0,6858	13º
Itarana	0,6137	14º	Jerônimo Monteiro	0,6847	14º
Itaguaçu	0,6108	15º	Rio Bananal	0,6782	15º
Aracruz	0,6078	16º	Colatina	0,6765	16º
Santa Teresa	0,6074	17º	Irupi	0,6759	17º
Jerônimo Monteiro	0,6068	18º	São Gabriel da Palha	0,6758	18º
Marataízes	0,6051	19º	Venda Nova do Imigrante	0,6758	18º
Dores do Rio Preto	0,6010	20º	João Neiva	0,6729	19º
Anchieta	0,5982	21º	São José do Calçado	0,6727	20º
Montanha	0,5954	22º	Muqui	0,6704	21º
Vila Valério	0,5953	23º	Vargem Alta	0,6701	22º
Laranja da Terra	0,5947	24º	Anchieta	0,6684	23º
Iconha	0,5939	25º	Alegre	0,6678	24º
Nova Venécia	0,5936	26º	Laranja da Terra	0,6674	25º
Castelo	0,5933	27º	Vila Pavão	0,6670	26º
Colatina	0,5930	28º	Baixo Guandu	0,6667	27º
Cariacica	0,5902	29º	Guarapari	0,6649	28º
Alegre	0,5891	30º	Aracruz	0,6635	29º
Irupi	0,5864	31º	Vila Valério	0,6604	30º
Cachoeiro de Itapemirim	0,5830	32º	Vitória	0,6596	31º
Divino de São Lourenço	0,5798	33º	Atílio Vivacqua	0,6589	32º
Presidente Kennedy	0,5776	34º	Guaçu	0,6571	33º
Boa Esperança	0,5761	35º	Nova Venécia	0,6542	34º
Rio Bananal	0,5752	36º	Cachoeiro de Itapemirim	0,6514	35º
Água Doce do Norte	0,5747	37º	Água Branca	0,6471	36º
São José do Calçado	0,5737	38º	Apiacá	0,6459	37º
Brejetuba	0,5735	39º	Santa Maria de Jetibá	0,6454	38º
Santa Maria de Jetibá	0,5730	40º	Muniz Freire	0,6452	39º
Pinheiros	0,5730	40º	Alto Rio Novo	0,6448	40º
Água Branca	0,5727	41º	Marechal Floriano	0,6447	41º
João Neiva	0,5718	42º	Ponto Belo	0,6445	42º
Ibiraçu	0,5711	43º	Cariacica	0,6428	43º
Guarapari	0,5698	44º	Iconha	0,6388	44º
Vargem Alta	0,5692	45º	Espírito Santo	0,6378	
Baixo Guandu	0,5689	46º	Barra de São Francisco	0,6369	45º
Ecoporanga	0,5671	47º	Mantenópolis	0,6365	46º
Marechal Floriano	0,5659	48º	Ecoporanga	0,6363	47º
São Gabriel da Palha	0,5655	49º	São Mateus	0,6352	48º
Domingos Martins	0,5629	50º	Montanha	0,6346	49º
Guaçu	0,5590	51º	Rio Novo do Sul	0,6317	50º

Continua

Tabela 5 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho do IDS – década de 90/2000

Municípios	IDS década 90	Ranking	Conclusão	
			IDS 2000	Ranking
Barra de São Francisco	0,5588	52°	Conceição do Castelo	0,6302 51°
Venda Nova do Imigrante	0,5535	53°	Domingos Martins	0,6281 52°
Vitória	0,5518	54°	Linhares	0,6276 53°
Muniz Freire	0,5516	55°	Viana	0,6256 54°
Mimoso do Sul	0,5499	56°	Mimoso do Sul	0,6237 55°
Espírito Santo	0,5493		Boa Esperança	0,6233 56°
Sooretama	0,5487	57°	Afonso Claudio	0,6232 57°
Mantenópolis	0,5484	58°	Pinheiros	0,6198 58°
Alto Rio Novo	0,5355	59°	Divino de São Lourenço	0,6176 59°
São Mateus	0,5352	60°	Ibitirama	0,6175 60°
Viana	0,5324	61°	Ibatiba	0,6155 61°
Santa Leopoldina	0,5324	61°	Mucurici	0,6131 62°
Linhares	0,5304	62°	Íluna	0,6127 63°
Ibitirama	0,5299	63°	Sooretama	0,6036 64°
Afonso Cláudio	0,5274	64°	Fundão	0,5961 65°
Atilio Vivacqua	0,5273	65°	Itapemirim	0,5930 66°
Itapemirim	0,5254	66°	Brejetuba	0,5816 67°
Fundão	0,5154	67°	Santa Leopoldina	0,5791 68°
Serra	0,5136	68°	Jaguaré	0,5764 69°
Conceição da Barra	0,5067	69°	Pedro Canário	0,5746 70°
Íluna	0,5057	70°	Serra	0,5732 71°
Pancas	0,5017	71°	São Domingos do Norte	0,5732 71°
Ibatiba	0,4837	72°	Presidente Kennedy	0,5719 72°
Conceição do Castelo	0,4809	73°	Pancas	0,5651 73°
Jaguaré	0,4712	74°	Água Doce do Norte	0,5627 74°
Pedro Canário	0,4540	75°	Conceição da Barra	0,5517 75°

Fonte: IPES

Mapa 1 – IDS/ES – índice de desenvolvimento social – década de 90/2000

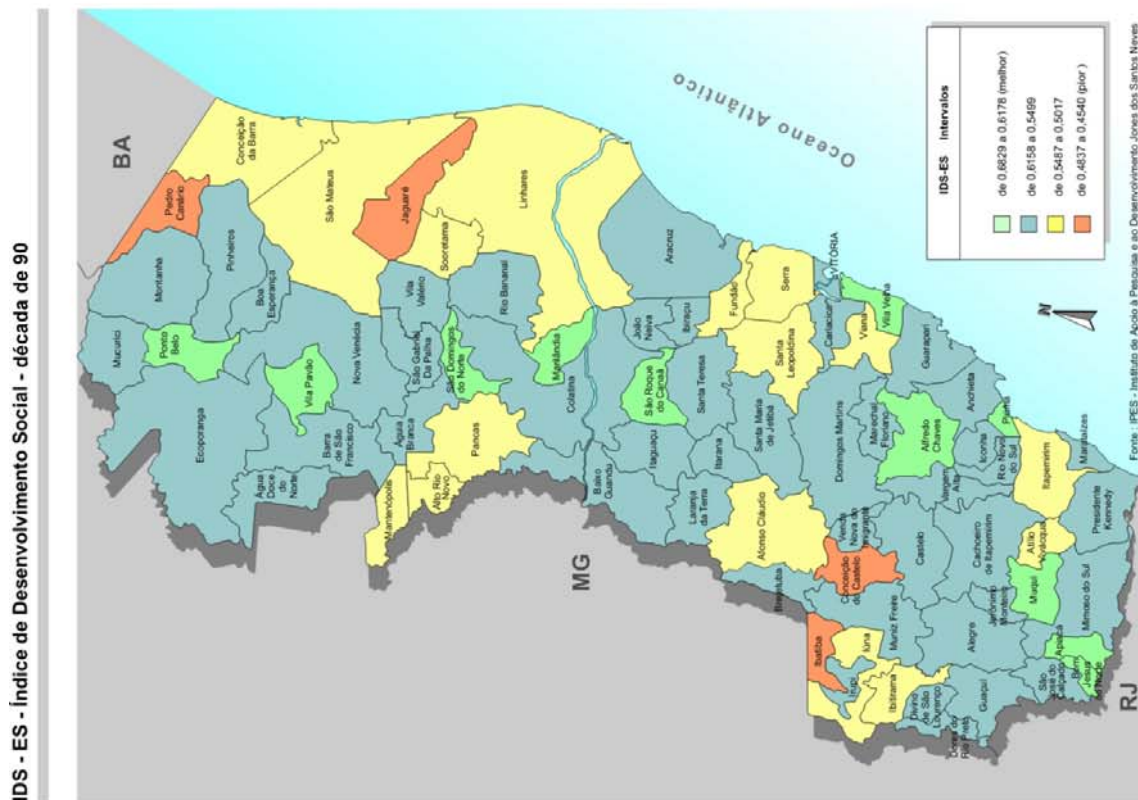
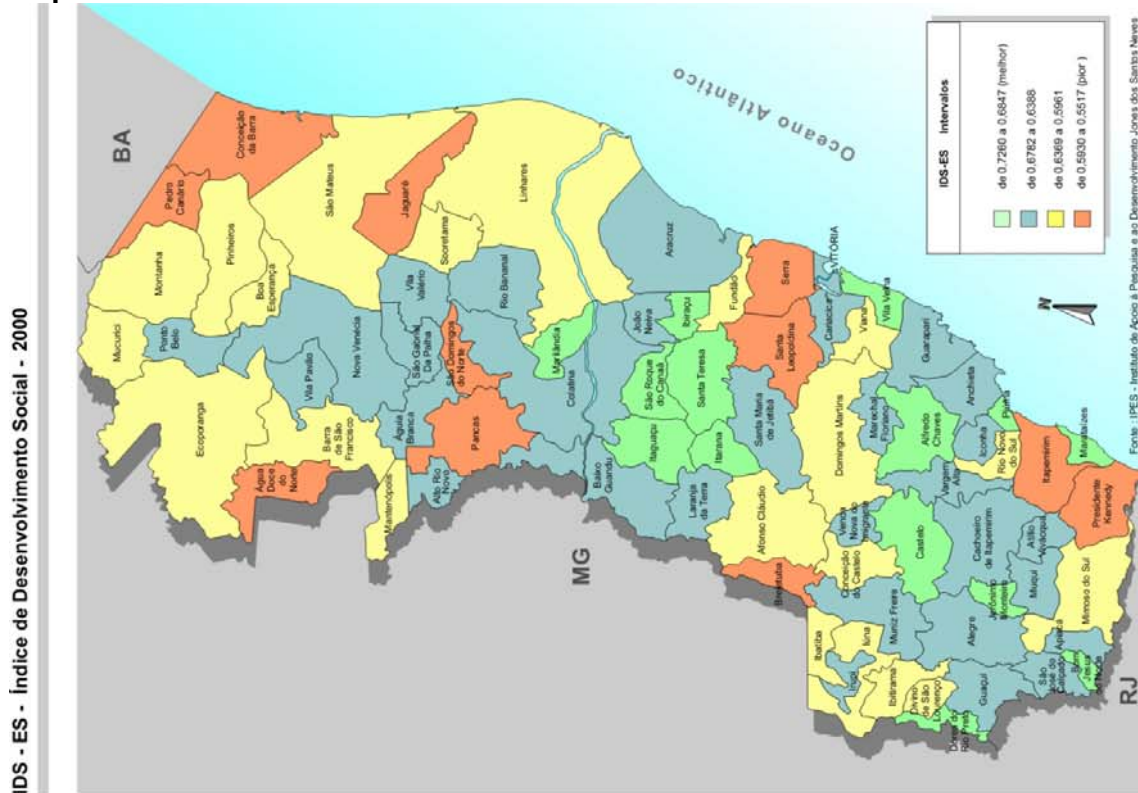


Tabela 6 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – saúde – década de 90/2000

Municípios	IDSAU década 90	Ranking	Municípios	IDSAU 2000	Ranking
Itarana	0,7740	1°	Itaguaçu	0,8749	1°
Santa Leopoldina	0,7740	1°	Santa Teresa	0,8618	2°
Santa Maria de Jetibá	0,7740	1°	Alfredo Chaves	0,8597	3°
Santa Teresa	0,7707	2°	Vargem Alta	0,8582	4°
São Roque do Canaã	0,7707	2°	Marilândia	0,8528	5°
Colatina	0,7619	3°	São Roque do Canaã	0,8440	6°
Itaguaçu	0,7597	4°	Guarapari	0,8430	7°
Laranja da Terra	0,7469	5°	Atílio Vivacqua	0,8403	8°
Vila Velha	0,7450	6°	João Neiva	0,8362	9°
Afonso Cláudio	0,7431	7°	Marechal Floriano	0,8254	10°
Brejetuba	0,7431	7°	Anchieta	0,8219	11°
Domingos Martins	0,7378	8°	Domingos Martins	0,8215	12°
Marechal Floriano	0,7378	8°	Vitória	0,8205	13°
Castelo	0,7368	9°	Piúma	0,8204	14°
São José do Calçado	0,7356	10°	Venda Nova do Imigrante	0,8195	15°
Apiacá	0,7347	11°	Colatina	0,8194	16°
Atílio Vivacqua	0,7332	12°	Rio Bananal	0,8149	17°
Mimoso do Sul	0,7332	12°	Santa Leopoldina	0,8143	18°
Vargem Alta	0,7332	12°	Santa Maria de Jetibá	0,8134	19°
Mucurici	0,7222	13°	Bom Jesus do Norte	0,8115	20°
Ponto Belo	0,7222	13°	Baixo Guandu	0,8056	21°
Muqui	0,7168	14°	Itarana	0,8035	22°
Iconha	0,7167	15°	Laranja da Terra	0,8017	23°
Venda Nova do Imigrante	0,7164	16°	Vila Pavão	0,8011	24°
Conceição do Castelo	0,7159	17°	Mucurici	0,7989	25°
Montanha	0,7145	18°	Ibitirama	0,7982	26°
Rio Novo do Sul	0,7136	19°	Águia Branca	0,7968	27°
Pinheiros	0,7119	20°	Rio Novo do Sul	0,7962	28°
Jerônimo Monteiro	0,7114	21°	Fundão	0,7817	29°
Anchieta	0,7113	22°	Serra	0,7816	30°
Vitória	0,7078	23°	Linhares	0,7813	31°
Alfredo Chaves	0,7037	24°	Aracruz	0,7812	32°
Cariacica	0,7030	25°	Jaguaré	0,7797	33°
Piúma	0,7007	26°	Ibatiba	0,7782	34°
Bom Jesus do Norte	0,6983	27°	Ibiraçu	0,7781	35°
Guarapari	0,6969	28°	Vila Velha	0,7768	36°
Nova Venécia	0,6934	29°	Pinheiros	0,7764	37°
Vila Pavão	0,6934	29°	Ecoporanga	0,7698	38°
Cachoeiro de Itapemirim	0,6860	30°	Cariacica	0,7692	39°
São Domingos do Norte	0,6773	31°	Muqui	0,7683	40°
Espírito Santo	0,6764		Viana	0,7673	41°
Alegre	0,6759	32°	Cachoeiro de Itapemirim	0,7661	42°
São Gabriel da Palha	0,6758	33°	Mimoso do Sul	0,7661	42°
Itapemirim	0,6754	34°	Irupi	0,7638	43°
Marataízes	0,6754	34°	Castelo	0,7633	44°
Presidente Kennedy	0,6753	35°	Dores do Rio Preto	0,7622	45°
Viana	0,6749	36°	Iconha	0,7613	46°
Serra	0,6674	37°	Total do Estado	0,7594	
João Neiva	0,6658	38°	Conceição do Castelo	0,7560	47°
Vila Valério	0,6656	39°	Vila Valério	0,7544	48°
Muniz Freire	0,6645	40°	Marataízes	0,7489	49°

Continua

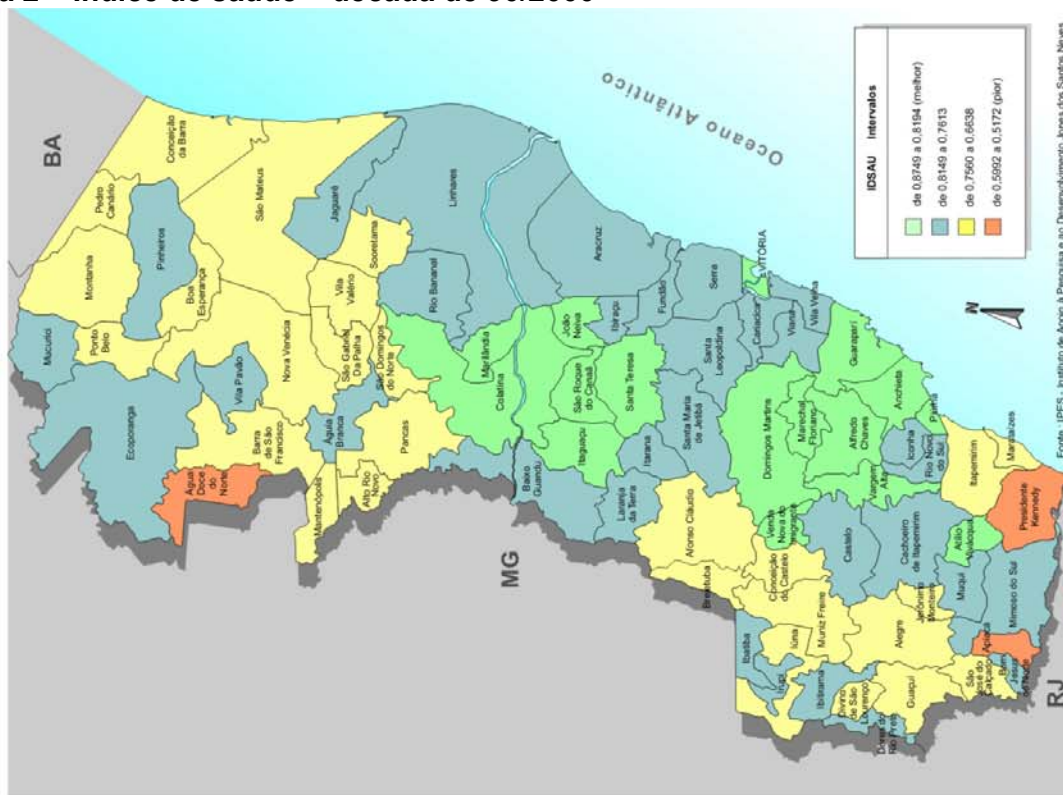
Tabela 6 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – saúde – década de 90/2000

Municípios	IDSAU década 90	Ranking	Conclusão		
			Municípios	IDSAU 2000	Ranking
Marilândia	0,6606	41°	São Mateus	0,7482	50°
Pancas	0,6606	41°	Boa Esperança	0,7465	51°
Divino de São Lourenço	0,6576	42°	Sooretama	0,7461	52°
Ibatiba	0,6538	43°	São José do Calçado	0,7422	53°
Água Branca	0,6528	44°	Alegre	0,7390	54°
Boa Esperança	0,6492	45°	São Gabriel da Palha	0,7387	55°
Irupi	0,6487	46°	Jerônimo Monteiro	0,7365	56°
Íluna	0,6487	46°	Afonso Cláudio	0,7346	57°
Ibiraçu	0,6411	47°	Montanha	0,7319	58°
Aracruz	0,6406	48°	Conceição da Barra	0,7301	59°
Fundão	0,6370	49°	Guaçuí	0,7254	60°
Rio Bananal	0,6370	49°	Itapemirim	0,7239	61°
Guaçuí	0,6361	50°	Nova Venécia	0,7215	62°
Sooretama	0,6341	51°	Divino de São Lourenço	0,7211	63°
Baixo Guandu	0,6322	52°	Ponto Belo	0,7099	64°
Dores do Rio Preto	0,6304	53°	Mantenópolis	0,7083	65°
Barra de São Francisco	0,6216	54°	Pedro Canário	0,7041	66°
Ibitirama	0,6188	55°	Barra de São Francisco	0,6984	67°
Ecoporanga	0,6153	56°	Alto Rio Novo	0,6861	68°
Linhares	0,6093	57°	Muniz Freire	0,6794	69°
Alto Rio Novo	0,6055	58°	Pancas	0,6740	70°
Água Doce do Norte	0,5946	59°	Íluna	0,6724	71°
Mantenópolis	0,5837	60°	São Domingos do Norte	0,6686	72°
Jaguaré	0,5408	61°	Brejetuba	0,6638	73°
Pedro Canário	0,5317	62°	Apiacá	0,5992	74°
São Mateus	0,5299	63°	Presidente Kennedy	0,5288	75°
Conceição da Barra	0,5264	64°	Água Doce do Norte	0,5172	76°

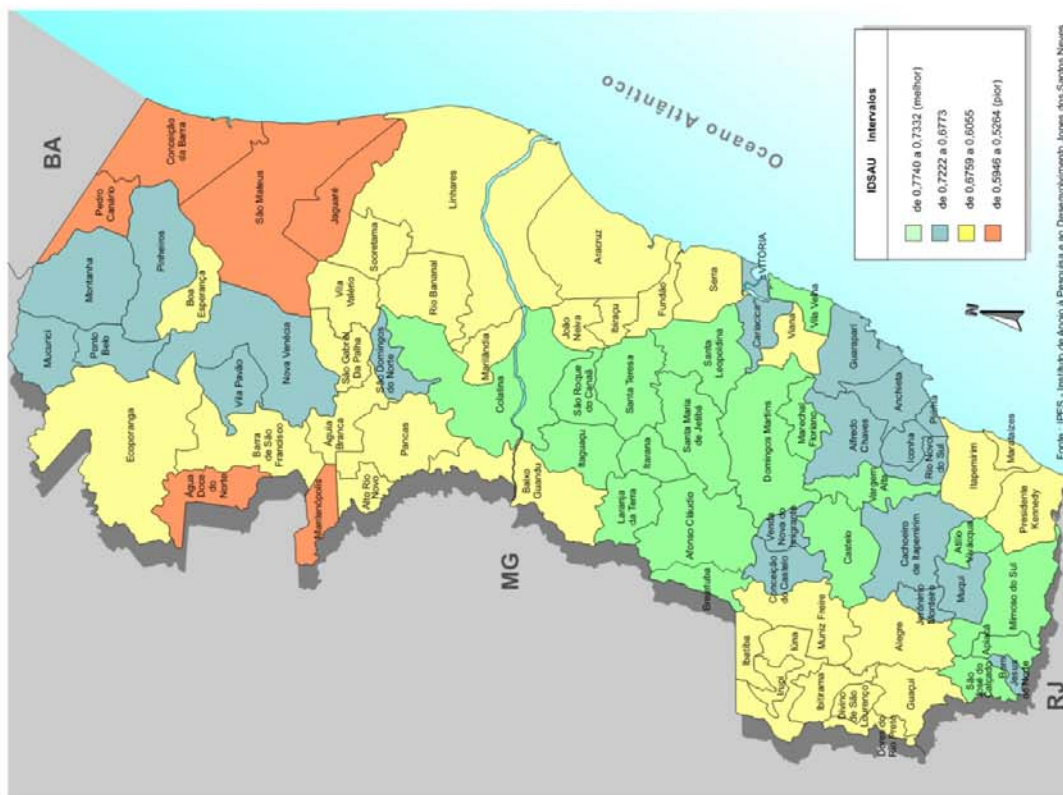
Fonte: IPES

Mapa 2 – Índice de saúde – década de 90/2000

IDS-ES - Índice de Saúde - IDSAU - 2000



IDS-ES - Índice de Saúde - IDSAU - década de 90



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Tabela 7 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – renda – década de 90/2000

Municípios	IDREN década 90	Ranking	Municípios	IDREN 2000	Ranking
Vitória	0,6064	1º	Vitória	0,7306	1º
Vila Velha	0,5314	2º	Vila Velha	0,6274	2º
São Domingos do Norte	0,4307	3º	Cachoeiro de Itapemirim	0,5285	3º
Cachoeiro de Itapemirim	0,4179	4º	Venda Nova do Imigrante	0,5274	4º
Aracruz	0,4138	5º	Castelo	0,5206	5º
Sooretama	0,3982	6º	Santa Teresa	0,5186	6º
São Roque do Canaã	0,3977	7º	Colatina	0,5156	7º
Serra	0,3941	8º	Dores do Rio Preto	0,5130	8º
Vila Valério	0,3932	9º	Guarapari	0,5048	9º
Cariacica	0,3809	10º	Ibatiba	0,4995	10º
Vila Pavão	0,3805	11º	Ibiraçu	0,4992	11º
Marechal Floriano	0,3777	12º	Iconha	0,4957	12º
João Neiva	0,3754	13º	Marechal Floriano	0,4949	13º
Guarapari	0,3713	14º	São Gabriel da Palha	0,4901	14º
Colatina	0,3694	15º	Iúna	0,4892	15º
Marataízes	0,3674	16º	João Neiva	0,4874	16º
Iconha	0,3635	17º	Irupi	0,4861	17º
Ibiraçu	0,3625	18º	Bom Jesus do Norte	0,4858	18º
Piúma	0,3609	19º	Total do Estado	0,4835	
Irupi	0,3534	20º	Serra	0,4819	19º
Fundão	0,3521	21º	Fundão	0,4793	20º
Anchieta	0,3488	22º	Piúma	0,4787	21º
São Mateus	0,3459	23º	Linhares	0,4775	22º
Venda Nova do Imigrante	0,3420	24º	Guaçuí	0,4744	23º
Viana	0,3374	25º	Anchieta	0,4738	24º
Ponto Belo	0,3324	26º	Aracruz	0,4729	25º
Guaçuí	0,3307	27º	Cariacica	0,4695	26º
Domingos Martins	0,3302	28º	Muniz Freire	0,4674	27º
Brejetuba	0,3291	29º	Domingos Martins	0,4639	28º
Alfredo Chaves	0,3164	30º	São Roque do Canaã	0,4628	29º
Castelo	0,3104	31º	Itaguaçu	0,4567	30º
Alegre	0,3073	32º	Rio Bananal	0,4553	31º
Marilândia	0,3051	33º	Itarana	0,4514	32º
Linhares	0,3042	34º	Vargem Alta	0,4502	33º
Santa Teresa	0,3039	35º	Alegre	0,4497	34º
Espírito Santo	0,3032		Muqui	0,4493	35º
Bom Jesus do Norte	0,3012	36º	São José do Calçado	0,4491	36º
Rio Novo do Sul	0,3001	37º	Marilândia	0,4473	37º
Montanha	0,2950	38º	Viana	0,4434	38º
Pedro Canário	0,2872	39º	Jerônimo Monteiro	0,4430	39º
Pinheiros	0,2848	40º	Conceição do Castelo	0,4418	40º
Nova Venécia	0,2803	41º	São Mateus	0,4392	41º
Mantenópolis	0,2803	41º	Nova Venécia	0,4389	42º
São José do Calçado	0,2728	42º	Rio Novo do Sul	0,4365	43º
Conceição da Barra	0,2714	43º	Marataízes	0,4349	44º
Itapemirim	0,2699	44º	Baixo Guandu	0,4344	45º
São Gabriel da Palha	0,2697	45º	Santa Maria de Jetibá	0,4306	46º
Boa Esperança	0,2646	46º	Alfredo Chaves	0,4304	47º

Continua

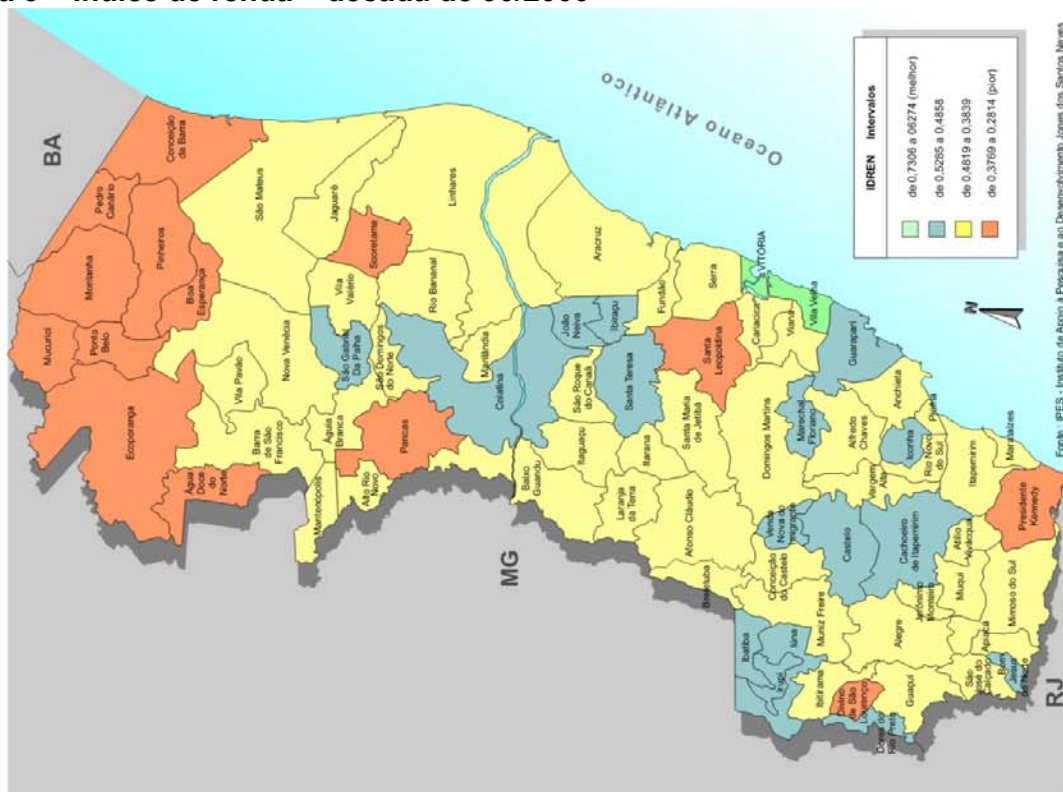
Tabela 7 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – renda – década de 90/2000

			Continuação		
Municípios	IDREN década 90	Ranking	Municípios	IDREN 2000	Ranking
Jaguaré	0,2610	47º	Afonso Cláudio	0,4203	48º
Iúna	0,2602	48º	Atilio Vivacqua	0,4177	49º
Itaguaçu	0,2592	49º	Jaguaré	0,4130	50º
Jerônimo Monteiro	0,2579	50º	Vila Valério	0,4099	51º
Mucurici	0,2550	51º	Barra de São Francisco	0,4071	52º
Itarana	0,2520	52º	São Domingos do Norte	0,4026	53º
Dores do Rio Preto	0,2481	53º	Brejetuba	0,4021	54º
Vargem Alta	0,2473	54º	Laranja da Terra	0,4009	55º
Santa Maria de Jetibá	0,2454	55º	Mimoso do Sul	0,4006	56º
Muqui	0,2453	56º	Ibitirama	0,3994	57º
Baixo Guandu	0,2453	56º	Apiacá	0,3988	58º
Conceição do Castelo	0,2436	57º	Águia Branca	0,3964	59º
Muniz Freire	0,2431	58º	Itapemirim	0,3908	60º
Rio Bananal	0,2423	59º	Mantenópolis	0,3859	61º
Atilio Vivacqua	0,2393	60º	Vila Pavão	0,3853	62º
Presidente Kennedy	0,2376	61º	Alto Rio Novo	0,3839	63º
Barra de São Francisco	0,2335	62º	Montanha	0,3769	64º
Mimoso do Sul	0,2313	63º	Sooretama	0,3717	65º
Ecoporanga	0,2296	64º	Boa Esperança	0,3621	66º
Pancas	0,2263	65º	Pinheiros	0,3537	67º
Apiacá	0,2217	66º	Santa Leopoldina	0,3535	68º
Ibatiba	0,2201	67º	Conceição da Barra	0,3485	69º
Ibitirama	0,2194	68º	Pancas	0,3456	70º
Alto Rio Novo	0,2159	69º	Pedro Canário	0,3446	71º
Afonso Cláudio	0,2152	70º	Divino de São Lourenço	0,3403	72º
Santa Leopoldina	0,2079	71º	Ecoporanga	0,3257	73º
Laranja da Terra	0,1904	72º	Presidente Kennedy	0,3227	74º
Divino de São Lourenço	0,1802	73º	Ponto Belo	0,3122	75º
Água Doce do Norte	0,1775	74º	Água Doce do Norte	0,3104	76º
Águia Branca	0,1718	75º	Mucurici	0,2814	77º

Fonte: IPES

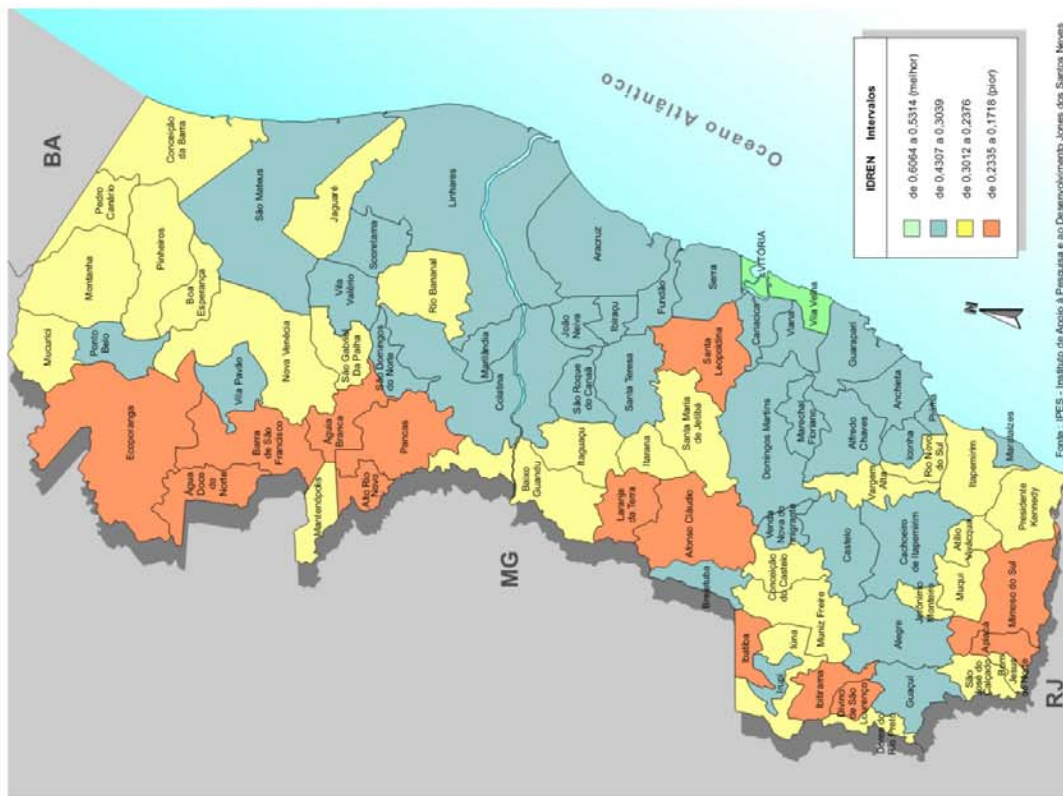
Mapa 3 – Índice de renda – década de 90/2000

IDS-ES - Índice de Renda - IDREN - 2000



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

IDS-ES - Índice de Renda - IDREN - década de 90



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Tabela 8 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – educação – década de 90/2000

Municípios	IDEDU década 90	Ranking	Municípios	IDEDU 2000	Ranking
Vitória	0,8534	1º	Vitória	0,8926	1º
Vila Velha	0,8036	2º	Vila Velha	0,8348	2º
Bom Jesus do Norte	0,7245	3º	Serra	0,7713	3º
Serra	0,7235	4º	Aracruz	0,7629	4º
Cachoeiro de Itapemirim	0,7160	5º	Guarapari	0,7616	5º
João Neiva	0,7158	6º	Cachoeiro de Itapemirim	0,7583	6º
Aracruz	0,7047	7º	João Neiva	0,7544	7º
Cariacica	0,7000	8º	Ibiraçu	0,7538	8º
Colatina	0,6906	9º	Bom Jesus do Norte	0,7515	9º
Espírito Santo	0,6901		Piúma	0,7507	10º
Guarapari	0,6843	10º	Cariacica	0,7479	11º
Ibiraçu	0,6839	11º	Anchieta	0,7471	12º
Piúma	0,6813	12º	Total do Estado	0,7454	
Viana	0,6783	13º	Venda Nova do Imigrante	0,7449	13º
Venda Nova do Imigrante	0,6776	14º	Colatina	0,7384	14º
Fundão	0,6776	14º	Viana	0,7366	15º
Anchieta	0,6731	15º	Fundão	0,7270	16º
Castelo	0,6691	16º	São Mateus	0,7269	17º
Linhares	0,6582	17º	Atilio Vivacqua	0,7257	18º
São Mateus	0,6570	18º	Linhares	0,7203	19º
Santa Teresa	0,6449	19º	Castelo	0,7179	20º
Jerônimo Monteiro	0,6449	19º	Marataízes	0,7176	21º
Muqui	0,6447	20º	Muqui	0,7160	22º
Rio Novo do Sul	0,6439	21º	São José do Calçado	0,7153	23º
Atilio Vivacqua	0,6419	22º	Alegre	0,7062	24º
Marilândia	0,6405	23º	Nova Venécia	0,7032	25º
Guaçuí	0,6404	24º	Iconha	0,7021	26º
Alfredo Chaves	0,6387	25º	Itaguaçu	0,6950	27º
Iconha	0,6377	26º	Alfredo Chaves	0,6944	28º
Apiacá	0,6331	27º	São Roque do Canaã	0,6931	29º
São José do Calçado	0,6308	28º	Guaçuí	0,6906	30º
São Roque do Canaã	0,6306	29º	Jerônimo Monteiro	0,6903	31º
Nova Venécia	0,6304	30º	Baixo Guandu	0,6900	32º
São Gabriel da Palha	0,6297	31º	Santa Teresa	0,6893	33º
Marataízes	0,6282	32º	Marilândia	0,6891	34º
Alegre	0,6276	33º	Rio Novo do Sul	0,6890	35º
Itaguaçu	0,6239	34º	Mimoso do Sul	0,6857	36º
Conceição do Castelo	0,6229	35º	Apiacá	0,6818	37º
Itarana	0,6216	36º	Conceição da Barra	0,6811	38º
Marechal Floriano	0,6191	37º	São Gabriel da Palha	0,6806	39º
São Domingos do Norte	0,6161	38º	Marechal Floriano	0,6790	40º
Baixo Guandu	0,6143	39º	Itarana	0,6772	41º
Boa Esperança	0,6124	40º	Boa Esperança	0,6693	42º
Montanha	0,6089	41º	Montanha	0,6688	43º
Mimoso do Sul	0,6084	42º	Itapemirim	0,6644	44º
Vargem Alta	0,6035	43º	Conceição do Castelo	0,6620	45º

Continua

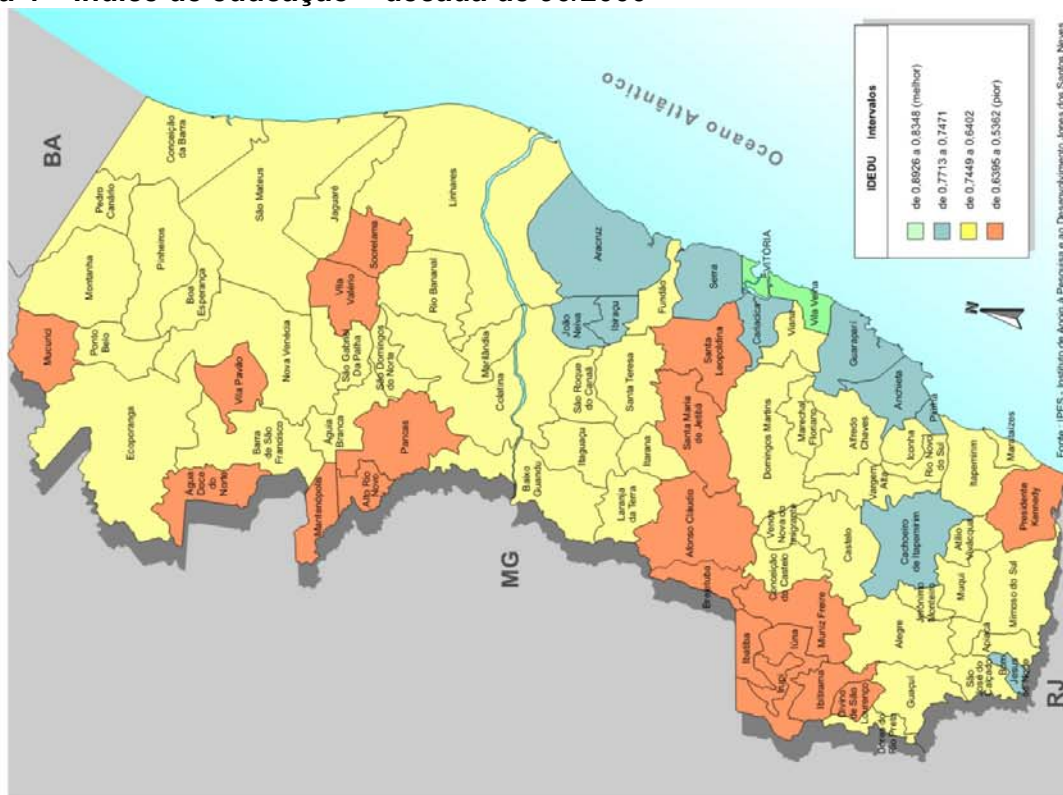
Tabela 8 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – educação – década de 90/2000

Municípios	IDEDU década 90	Ranking	Conclusão		
			Municípios	IDEDU 2000	Ranking
Conceição da Barra	0,6028	44°	Barra de São Francisco	0,6611	46°
Barra de São Francisco	0,6013	45°	Dores do Rio Preto	0,6547	47°
Pinheiros	0,5907	46°	São Domingos do Norte	0,6542	48°
Domingos Martins	0,5877	47°	Ponto Belo	0,6535	49°
Itapemirim	0,5850	48°	Pinheiros	0,6530	50°
Jaguaré	0,5836	49°	Jaguaré	0,6521	51°
Rio Bananal	0,5803	50°	Domingos Martins	0,6512	52°
Dores do Rio Preto	0,5773	51°	Vargem Alta	0,6509	53°
Ponto Belo	0,5757	52°	Águia Branca	0,6475	54°
Águia Branca	0,5753	53°	Rio Bananal	0,6447	55°
Pedro Canário	0,5750	54°	Laranja da Terra	0,6447	55°
Laranja da Terra	0,5710	55°	Pedro Canário	0,6437	56°
Afonso Cláudio	0,5670	56°	Ecoporanga	0,6402	57°
Mucurici	0,5662	57°	Alto Rio Novo	0,6395	58°
Mantenópolis	0,5662	57°	Sooretama	0,6334	59°
Ecoporanga	0,5628	58°	Muniz Freire	0,6333	60°
Água Doce do Norte	0,5620	59°	Afonso Claudio	0,6332	61°
Muniz Freire	0,5613	60°	Mucurici	0,6287	62°
Sooretama	0,5603	61°	Vila Pavão	0,6280	63°
Pancas	0,5600	62°	Presidente Kennedy	0,6255	64°
Vila Pavão	0,5559	63°	Mantenópolis	0,6250	65°
Alto Rio Novo	0,5544	64°	Água Doce do Norte	0,6244	66°
Presidente Kennedy	0,5538	65°	Vila Valério	0,6182	67°
Divino de São Lourenço	0,5496	66°	Pancas	0,6163	68°
Ibatiba	0,5467	67°	Iúna	0,6135	69°
Vila Valério	0,5455	68°	Santa Leopoldina	0,6128	70°
Iúna	0,5450	69°	Ibatiba	0,5948	71°
Santa Leopoldina	0,5386	70°	Divino de São Lourenço	0,5926	72°
Santa Maria de Jetibá	0,5313	71°	Santa Maria de Jetibá	0,5906	73°
Irupi	0,5067	72°	Irupi	0,5840	74°
Ibitirama	0,4872	73°	Ibitirama	0,5565	75°
Brejetuba	0,4770	74°	Brejetuba	0,5362	76°

Fonte: IPES

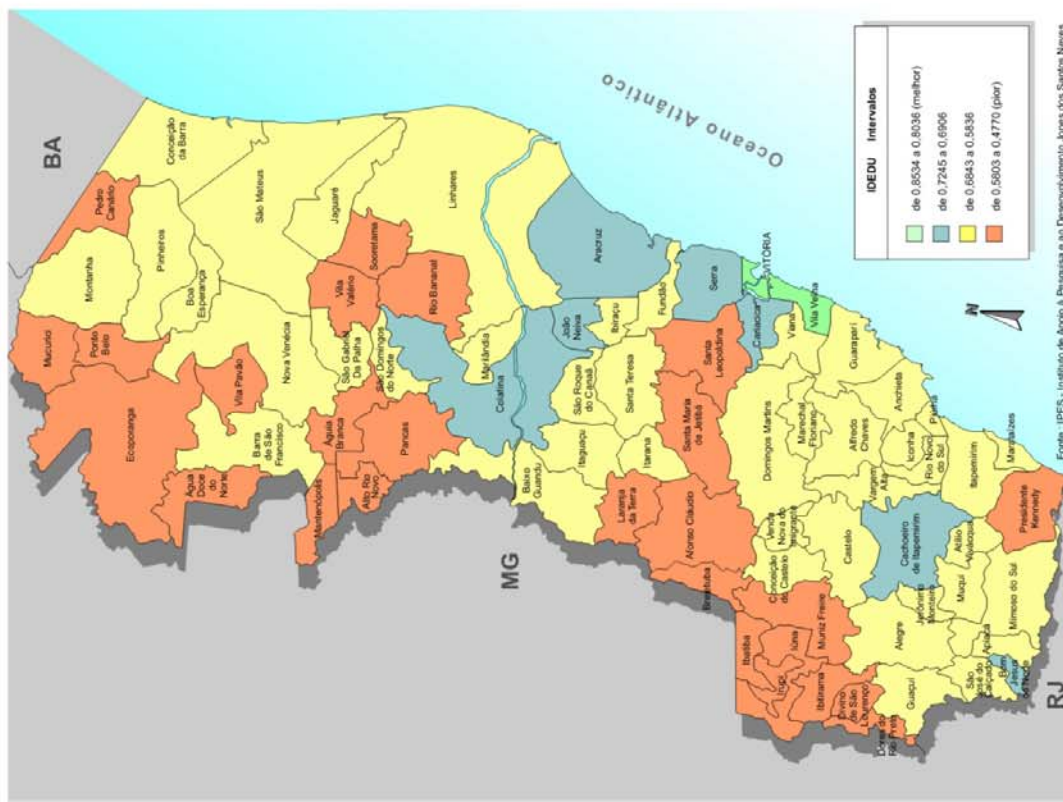
Mapa 4 – Índice de educação – década de 90/2000

IDS-ES - Índice de Educação - IDEDU - 2000



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

IDS-ES - Índice de Educação - IDEDU - década de 90



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Tabela 9 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – violência – década de 90/2000

Municípios	IDVIO década 90	Ranking	Municípios	IDVIO 2000	Ranking
Água Doce do Norte	0,9648	1º	Dores do Rio Preto	0,9524	1º
Dores do Rio Preto	0,9481	2º	Apiacá	0,9040	2º
Alfredo Chaves	0,9429	3º	Ponto Belo	0,9026	3º
Ponto Belo	0,9428	4º	São Roque do Canaã	0,8849	4º
São Roque do Canaã	0,9328	5º	Alto Rio Novo	0,8697	5º
Divino de São Lourenço	0,9317	6º	Irupi	0,8696	6º
Piúma	0,9281	7º	Jerônimo Monteiro	0,8691	7º
Mucurici	0,9173	8º	Vila Valério	0,8590	8º
Apiacá	0,9118	9º	Bom Jesus do Norte	0,8551	9º
Muqui	0,9079	10º	Vila Pavão	0,8536	10º
Marilândia	0,9050	11º	Itarana	0,8432	11º
Vila Pavão	0,8969	12º	Marataízes	0,8431	12º
Águia Branca	0,8910	13º	Mantenópolis	0,8268	13º
Laranja da Terra	0,8705	14º	Laranja da Terra	0,8223	14º
Bom Jesus do Norte	0,8623	15º	Marilândia	0,8186	15º
Ecoporanga	0,8609	16º	Divino de São Lourenço	0,8165	16º
Presidente Kennedy	0,8438	17º	Castelo	0,8116	17º
Rio Bananal	0,8413	18º	Presidente Kennedy	0,8106	18º
Irupi	0,8369	19º	Ecoporanga	0,8094	19º
Jerônimo Monteiro	0,8130	20º	Itaguaçu	0,8036	20º
Itarana	0,8073	21º	Muniz Freire	0,8007	21º
Rio Novo do Sul	0,8058	22º	Água Doce do Norte	0,7989	22º
Itaguaçu	0,8002	23º	Rio Bananal	0,7980	23º
Ibitirama	0,7942	24º	São Gabriel da Palha	0,7938	24º
Baixo Guandu	0,7839	25º	São José do Calçado	0,7844	25º
Barra de São Francisco	0,7788	26º	Barra de São Francisco	0,7809	26º
Boa Esperança	0,7782	27º	Alegre	0,7763	27º
Vila Valério	0,7770	28º	Ibiraçu	0,7647	28º
Nova Venécia	0,7702	29º	Montanha	0,7608	29º
Alto Rio Novo	0,7662	30º	Alfredo Chaves	0,7585	30º
Mantenópolis	0,7633	31º	Nova Venécia	0,7534	31º
Montanha	0,7631	32º	Muqui	0,7480	32º
Marataízes	0,7496	33º	Águia Branca	0,7477	33º
São Domingos do Norte	0,7472	34º	Santa Maria de Jetibá	0,7468	34º
Alegre	0,7457	35º	Mucurici	0,7435	35º
Brejetuba	0,7449	36º	Santa Teresa	0,7394	36º
Santa Maria de Jetibá	0,7414	37º	Guaçuí	0,7379	37º
Muniz Freire	0,7375	38º	Baixo Guandu	0,7369	38º
Santa Teresa	0,7103	39º	Piúma	0,7280	39º
Pinheiros	0,7045	40º	Brejetuba	0,7242	40º
Vargem Alta	0,6927	41º	Vargem Alta	0,7209	41º
São Gabriel da Palha	0,6868	42º	Ibitirama	0,7159	42º
Aracruz	0,6721	43º	Boa Esperança	0,7155	43º
Anchieta	0,6596	44º	Afonso Cláudio	0,7048	44º
Iconha	0,6579	45º	Pinheiros	0,6962	45º
Castelo	0,6568	46º	lúna	0,6759	46º

Continua

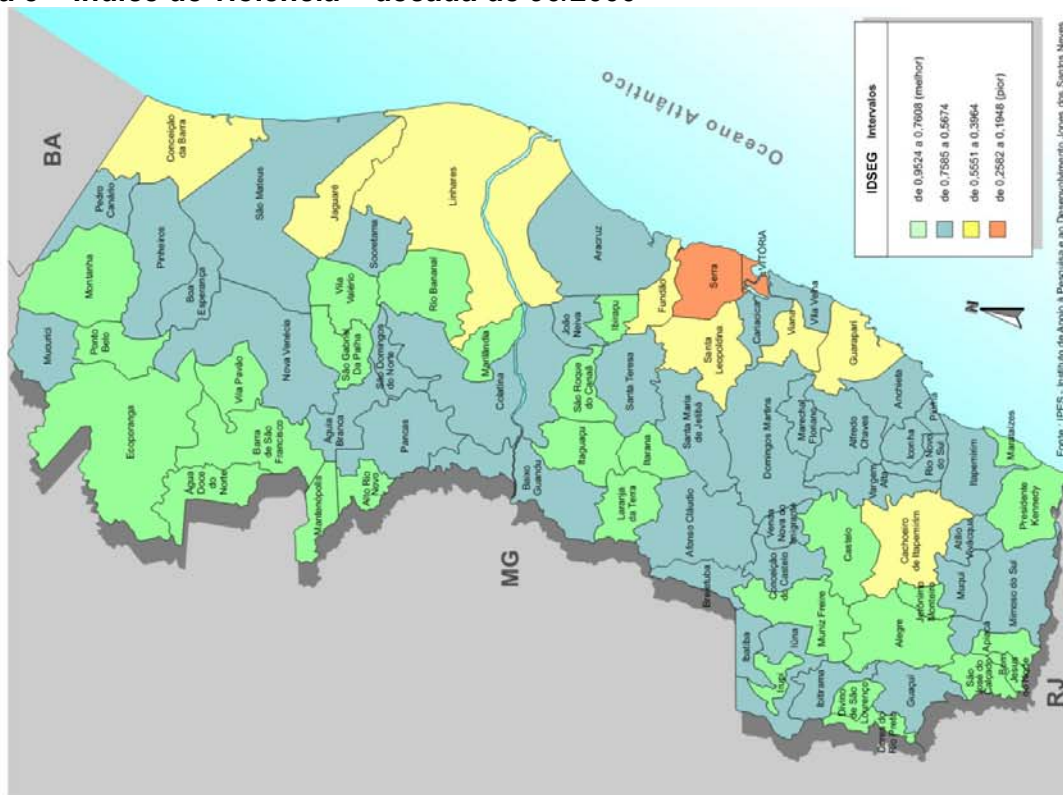
Tabela 9 – Ranking dos municípios segundo grupos de desempenho – violência – década de 90/2000

Municípios	IDVIO década 90	Ranking	Conclusão		
			Municípios	IDVIO 2000	Ranking
São José do Calçado	0,6556	47°	Sooretama	0,6634	47°
Guaçuí	0,6289	48°	Conceição do Castelo	0,6612	48°
Mimoso do Sul	0,6268	49°	Atílio Vivacqua	0,6518	49°
Conceição da Barra	0,6264	50°	Mimoso do Sul	0,6426	50°
Santa Leopoldina	0,6089	51°	Aracruz	0,6371	51°
São Mateus	0,6079	52°	Colatina	0,6327	52°
Sooretama	0,6023	53°	Anchieta	0,6307	53°
Ibiraçu	0,5971	54°	São Mateus	0,6266	54°
Domingos Martins	0,5961	55°	Pancas	0,6244	55°
Afonso Cláudio	0,5844	56°	Vila Velha	0,6160	56°
Cariacica	0,5768	57°	João Neiva	0,6134	57°
Itapemirim	0,5714	58°	Venda Nova do Imigrante	0,6113	58°
Lúna	0,5688	59°	Pedro Canário	0,6060	59°
Pancas	0,5599	60°	Rio Novo do Sul	0,6050	60°
Linhares	0,5501	61°	Iconha	0,5960	61°
Colatina	0,5500	62°	Itapemirim	0,5928	62°
João Neiva	0,5303	63°	Ibatiba	0,5896	63°
Marechal Floriano	0,5291	64°	Cariacica	0,5846	64°
Espirito Santo	0,5275		Marechal Floriano	0,5797	65°
Guarapari	0,5268	65°	Domingos Martins	0,5758	66°
Ibatiba	0,5144	66°	São Domingos do Norte	0,5674	67°
Cachoeiro de Itapemirim	0,5120	67°	Total do Estado	0,5628	
Jaguaré	0,4993	68°	Viana	0,5551	68°
Atílio Vivacqua	0,4950	69°	Cachoeiro de Itapemirim	0,5527	69°
Vila Velha	0,4876	70°	Guarapari	0,5503	70°
Venda Nova do Imigrante	0,4781	71°	Santa Leopoldina	0,5358	71°
Viana	0,4390	72°	Linhares	0,5316	72°
Pedro Canário	0,4222	73°	Jaguaré	0,4607	73°
Fundão	0,3948	74°	Conceição da Barra	0,4472	74°
Conceição do Castelo	0,3410	75°	Fundão	0,3964	75°
Serra	0,2694	76°	Serra	0,2582	76°
Vitória	0,0394	77°	Vitória	0,1948	77°

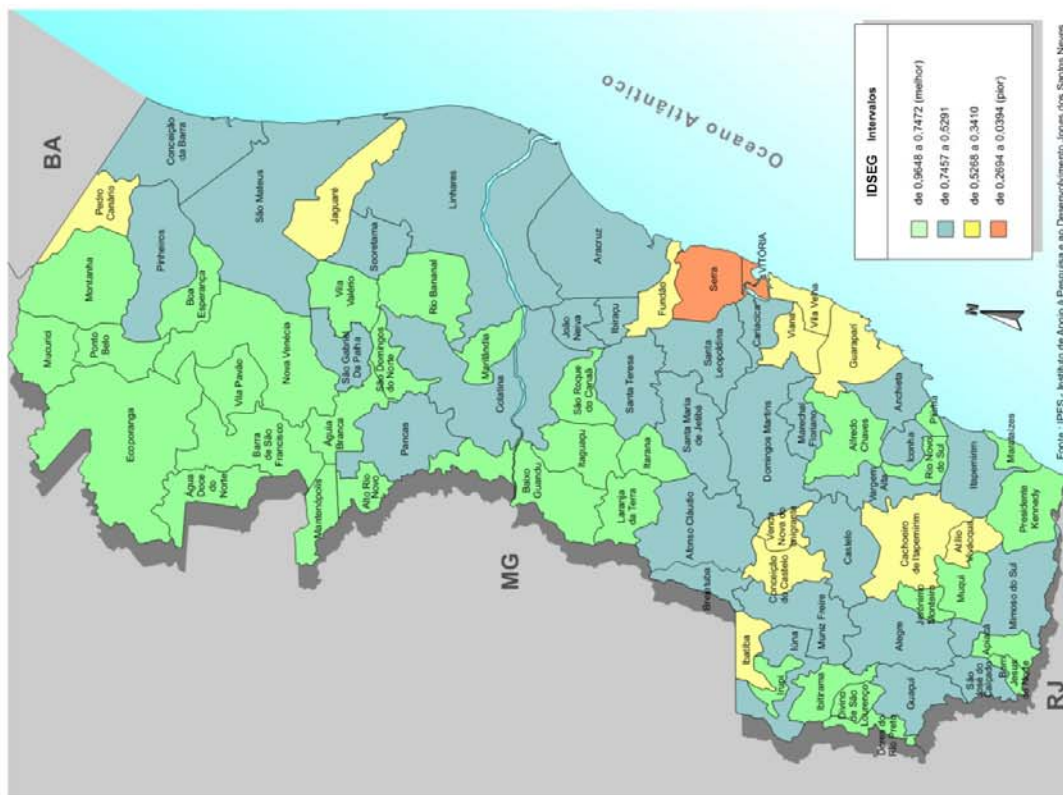
Fonte: IPES

Mapa 5 – Índice de violência – década de 90/2000

IDS-ES - Índice de Violência - IDVIO - 2000



IDS-ES - Índice de Violência - IDVIO - década de 90



Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Fonte: IPES - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

2.5 Definição dos indicadores

Os indicadores utilizados neste estudo foram organizados segundo as dimensões saúde, educação, renda e segurança.

Dimensão saúde

Indicadores:

Coefficiente de mortalidade infantil – é a probabilidade de uma criança morrer antes de completar o primeiro ano de vida, expressa por 1.000 crianças nascidas vivas.

Esperança de vida ao nascer – é dada pelo número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

Dimensão educação

Indicadores:

Taxa de analfabetismo – é dada pelo percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade incapazes de ler ou escrever um bilhete simples em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Taxa de escolarização – é dada pelo percentual de pessoas de 5 a 19 anos de idade que freqüentam escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Número médio de anos de estudo – é dado pela média ponderada de anos de estudo da população de 25 anos e mais de idade.

Dimensão renda

Indicadores:

Renda familiar *per capita* média – é a razão entre o somatório da renda pessoal de todos os indivíduos e o número total destes indivíduos na unidade familiar. Os valores da renda familiar estão expressos em salários mínimos de setembro de 2000.

Grau de indigência – em 1991, é medido pelo percentual de famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atendam às necessidades nutricionais recomendadas pela FAO/ OMS/ ONU, para a família como um todo. Em 2000, é medido pelo percentual de famílias cuja renda *per capita familiar* era de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de setembro de 2000. Esse conceito foi utilizado pelo Ipardes para cálculo do grau de pobreza dos municípios do Paraná.

Dimensão violência

Indicador:

. Coeficiente de mortalidade por causas violentas – é a razão entre os óbitos por causas externas¹ (por município de ocorrência) e a população, expressos em

¹ óbitos por causas externas – correspondem aos óbitos decorrentes de acidentes de transportes, homicídios, suicídios, acidentes de trabalho e outras causas violentas.

100.000 habitantes. Dada a grande oscilação dos dados referentes a registros de óbitos por causas externas, optou-se por considerar a média dos coeficientes do triênio 1996-1998 para o IDS em 1991 e para 2000 dos coeficientes do triênio 2000-2002, como forma de reduzir possíveis distorções.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. *Índice de qualidade de vida municipal 1996*. Maceió, 1999. 60p.

ATLAS de desenvolvimento humano no Brasil: guia de uso do CD-ROM. Brasília : PNUD, 1998.

DESENVOLVIMENTO humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília : PNUD; Rio de Janeiro : IPEA : IBGE, 1998. 140p. il.

DESENVOLVIMENTO Humano e condições de vida: indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980 – 1991. Belo Horizonte : FJP : IPEA, 1996. (PNUD: Coleção desenvolvimento humano).

FAMÍLIAS pobres do Estado do Parana / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Curitiba: IPARDES, 2003.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO **IQM: índice de qualidade dos municípios 1998**. Rio de Janeiro, 1998. 56p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. **Estrutura econômica e social dos municípios do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1999.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES – IPES. **Índice de desenvolvimento urbano**. Vitória, 1999.

O MAPA da fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios). Brasília, IPEA, 1993. (Documento de política, 17).

PARTE II - ANÁLISES DA REALIDADE SOCIAL

A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NA RMGV²

G. Caliman, F. Milanezi, A. Dalton³

A situação da criança e do adolescente no Brasil e sua relação com as Políticas Públicas estão inseridas numa estrutura social marcada por acentuadas desigualdades sociais, que, ao longo do tempo, vêm se agravando. No atual contexto da realidade brasileira essas desigualdades se distinguem pela exclusão da população do trabalho formal, pelo aumento da economia informal, pela aceleração dos processos de marginalização e pela obstrução do acesso aos bens e serviços necessários para suprir as necessidades humanas básicas. São inúmeras as questões que devem ser enfrentadas para diminuir as desigualdades sociais, iniciando por uma melhor distribuição dos recursos formativos (escolaridade) e de renda (ocupação), e que permitam que o cidadão tenha acesso a uma melhor qualidade de vida.

Um olhar histórico sobre a política do atendimento dado à infância no Brasil mostra como tal história é marcada por fortes e inúmeras contradições legais, sociais e culturais. Tal itinerário histórico é caracterizado por um descaso constante que teceu uma rede de relações marcadas pela injustiça social para com a infância e a juventude. As políticas sociais ficaram, na maioria das vezes, à mercê de processos e práticas compensatórias, que obstaculizam a implantação de uma política de acesso aos bens sociais, materiais e culturais que visam assegurar e garantir o provimento do bem-estar e dos direitos sociais na infância.

No final da década de 80 o Brasil constrói, através de seu Parlamento, em conjunto com a sociedade civil organizada, a Constituição da República Federativa. A nova Constituição trouxe um novo norte para as políticas sociais, consagrando-as nos princípios da descentralização político-administrativa e difundindo-as na estratégia de municipalização e de participação popular.

A Constituição de 1988, ainda em vigor, é a oitava do país, a primeira após o histórico golpe de 1964, quando o processo de ditadura se fortificou e tolheu a possibilidade de participação social da sociedade civil. Como resultado de um processo historicamente complexo, mas rico em lutas pela participação social, o país faz a passagem de uma democracia representativa para uma democracia participativa. Os aspectos social e político, antes controlados pelo regime, subtraídos das mãos do povo e estigmatizados como geradores de “subversão social”, passam das mãos do controle político-militar para o domínio dos cidadãos. O processo

² A pesquisa foi realizada nos anos de 2000 e 2001, com as instituições registradas nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra. Os dados estatísticos foram trabalhados no Centro de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Salesiana de Roma.

³ Esta pesquisa está sendo promovida pelo grupo de estudos TEIA (Tecnologia e Estudos da Infância e Adolescência) da Faculdade Salesiana de Vitória. Geraldo Caliman é doutor em Educação (Pedagogia Social) pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma, onde foi professor por dez anos. Atualmente vice-diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da FSV e diretor do TEIA. Fabricia Milanezi é professora do curso de Serviço Social e doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca. Andréa Dalton é estudante de Serviço Social, onde faz Iniciação Científica.

constitucional de 1988 representa o ponto mais alto de tal reação ao regime ditatorial e ao mesmo tempo representa o novo tempo em que a sociedade civil passa a ter, como nunca antes, um papel central na condução do processo democrático. Foi a partir desse momento que se abriu a possibilidade histórica para a regulamentação da política de atendimento à criança e ao adolescente, vistos agora como pessoas, como sujeitos e como cidadãos, conforme preconiza o artigo 227⁴ da Constituição.

A inclusão de novas linhas de ação da Política da Proteção Integral,⁵ contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exigem uma reestruturação dos serviços da “política de atendimento” à criança e ao adolescente no âmbito das políticas sociais. Tal inclusão decorre de um processo de reconhecimento e de garantia dos direitos que suprem as necessidades de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

A compreensão da situação da criança e do adolescente, e as políticas públicas brasileiras formuladas para enfrentá-la, requer um desfilamento da dinâmica societária geradora de exclusão social que vem se configurando ao longo do recente processo histórico. É necessário verificar em que medida os serviços e os programas sociais conferidos pelo poder público atendem aos desafios colocados pela realidade social, ou seja, em que medida eles garantem a consolidação de políticas estáveis de atendimento.

Tendo em conta a complexidade da consolidação de tais políticas de atendimento, dadas as suas várias dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, propomos neste estudo discutir alguns temas que emergem nos espaços da ativação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente e da Doutrina da Proteção Integral. A referência para tal discussão provém da necessidade de confrontarmos os resultados parciais da presente pesquisa,⁶ que tem como objetivo identificar, mapear e analisar os serviços à Infância e à Juventude em quatro municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória.

A pesquisa iniciou-se no município de Vitória, estendendo paulatinamente para outros municípios da Grande Vitória. Foram pesquisadas 113 instituições, sendo que 58 delas se situam no município de Vitória; 16 no município de Cariacica; 11 no município de Serra e 28 no município de Vila Velha, de maneira a apresentar um

⁴ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

⁵ São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

⁶ Executada pelo núcleo de estudos e pesquisas sobre a infância e adolescência, denominado TEIA – Tecnologia e Estudos da Infância e Adolescência da Faculdade Salesiana de Vitória. O TEIA é constituído por uma equipe de pesquisadores, professores e alunas de Iniciação Científica, e visa promover o estudo, o debate e a divulgação de informações relacionadas à infância, considerando as diversidades sociais, culturais, étnicas e econômicas de nossa sociedade. Uma de suas prioridades é estimular o desenvolvimento da pesquisa e da ação social e educativa no âmbito da infância e da juventude.

mapa dos serviços à infância e à adolescência que se desenvolvem no âmbito da assistência social e da pedagogia social, dentre outras áreas.

Este texto está organizado tendo como primeiro momento uma discussão teórica sobre a Política de Proteção Integral, em período que se inicia em 1990 e se estende até os dias atuais. Num segundo momento apresentamos alguns dos resultados da pesquisa de campo realizada nos anos de 2000 e 2001, que indagou sobre a estrutura de atendimento das instituições que prestam serviço à criança e ao adolescente dos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra. Entre as variáveis abordadas pela pesquisa, ressaltamos o número de instituições, sua natureza jurídica, o perfil dos usuários e os principais serviços prestados por elas.

1. Crianças e adolescentes na doutrina da proteção integral

No Brasil a Doutrina da Proteção Integral foi legitimada com a Convenção Internacional pelos Direitos da Criança e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Doutrina da Proteção Integral busca garantir a efetivação dos direitos, através de uma política de atendimento que vise à assistência e à educação infantil a partir de uma visão integral da criança e do adolescente. A efetivação da política vai além da obrigatoriedade da lei, pois está condicionada pelo contexto social, político e econômico, que dificulta muitas vezes o cumprimento da Proteção Integral.

A Proteção Integral tem como premissa todo o universo das crianças e dos adolescentes. O acesso da população infanto-juvenil aos bens e serviços sociais, educativos e assistenciais estava limitado, até a implementação da doutrina, a uma parcela da população. Entretanto, a política de atendimento apresentada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente abre um leque de discussões sobre a efetivação dessas políticas públicas para todo o universo infanto-juvenil, justamente porque tem como objetivo e obrigatoriedade a garantia do atendimento universal, ou seja, a toda criança e a todo adolescente, independente de sua classe social, de seu gênero, de sua etnia ou de outra variável condicionante.

2. Um olhar sobre os condicionamentos do contexto social

São muitos os condicionamentos do contexto em que vivem as nossas crianças. Vejamos alguns deles, relativos à desigualdade de renda, à participação na escolaridade, à mortalidade infantil, à vitimização de jovens, ao desemprego e à pobreza.

Ao mesmo tempo em que o Brasil apresenta uma economia potente em âmbito mundial e encontra-se entre um dos quatro países de maior concentração de renda, contraditoriamente caracteriza-se por uma expressiva desigualdade de classes. Enfim, é uma nação formada por muitos “brasis”, manifestando acentuada pobreza e intensas desigualdades, que se reproduzem nos aspectos racial, sexual, religioso, étnico, como também nas disparidades de participação nos recursos culturais, econômicos e jurídicos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no relatório de 2002 destaca que os 20% mais ricos ficam com 63,8% da

renda nacional, enquanto os 20% mais pobres, com somente 2,5%. O mesmo relatório apontou também que 98% das crianças entram no ensino fundamental, mas só 15% continuam no ensino médio.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil no ano 2000 é de 31 casos até um ano de vida, e é considerada alta comparada com a de Santa Catarina, que é de 16,8. No estado do Espírito Santo a mortalidade infantil é de 29 casos até um ano de vida (dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil). Se olharmos, por outro lado, a taxa de vitimização juvenil por homicídios de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil, apontado pelo Mapa da Violência III (2002) como uma das maiores do mundo, o Brasil tem uma taxa de 48,5 homicídios em 100 mil jovens, e o estado do Espírito Santo, 83,6 homicídios em 100 mil.

Teríamos ainda vários indicadores sociais que nos ajudariam a demonstrar o fenômeno da desigualdade e da pobreza de grande parte da população brasileira. Ressaltamos aqui mais um fenômeno na área ocupacional, que aliás não é novo, mas que tomou dimensões jamais vistas. Trata-se do desemprego, do subemprego, da “inclusão” de tantos trabalhadores na economia informal. Tais efeitos condicionantes constituem-se em molas mestras do que se convencionou chamar hoje “exclusão social”, e que acabam provocando processos marginalizantes cujos efeitos mais acentuados encontramos na forma do crescente envolvimento de faixas juvenis em modalidades de desvio comportamental e de delinquência. Seriam esses jovens cidadãos os mesmos que provavelmente um dia sonharam com uma vida digna e com uma efetiva participação social. Essas crianças e adolescentes, sujeitas a tal processo marginalizante, vítimas de um modelo excludente, expropriante, tornam-se o foco de atenção de nossa pesquisa.

É de conhecimento amplo que a pobreza, a fome e a miséria adquirem visibilidade e se amplificam em todo o território nacional. A fome, por exemplo, justamente por sua força de visibilidade, é tratada recentemente como prioridade de intervenção do Governo Federal. Nas condições em que vivem, os cidadãos são levados necessariamente a uma luta pela sobrevivência, travada no dia-a-dia, visando garantir suas necessidades fundamentais.

Este cenário condiciona a possibilidade de satisfação das necessidades básicas das crianças e adolescentes. É daí que nasce e é aí que se desenvolve uma gama de instituições que, em nome das crianças e dos adolescentes, representadas em sua maioria pelas forças da sociedade civil, desenvolvem e organizam os recursos destinados a aliviar as condições árduas sofridas pela infância.

3. Um olhar sobre a nova política de atendimento à infância no Brasil

Em novembro de 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma Convenção sobre os Direitos das Crianças, reafirmando as disposições contidas em tratados e declarações anteriores sobre os direitos humanos em geral. A Convenção, assinada pelo Brasil, assume também o compromisso de distinguir a infância como grupo privilegiado dentro do direito, quer pela vulnerabilidade própria da idade, quer pelo reconhecimento da existência de grupos de crianças que ainda vivem em situação particularmente difícil. Com a Convenção fica explicitado ao

mundo que toda criança tem reconhecidos os seus direitos fundamentais à vida, à liberdade, à saúde, à assistência, à educação e à proteção. Aos 13 de julho de 1990 é aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA – Lei 8069/90 – , que entra em vigor em outubro de 1990.

Embora a transformação social não ocorra a toque de leis, elas representam um meio de instituir as necessárias modificações com mais eficiência e eficácia. Segundo Gomes da Costa (1994), no ECA os direitos são expressos com enfoque radicalmente inovadores, rompendo com as formas assistencialistas, inquisitórias e estigmatizantes tradicionais, expressas no anterior Código de Menores, que vigorou de 1927 até 1990.

O intenso debate suscitado na década de 90 sobre a legislação de proteção à infância e à adolescência mostra que a aplicação da lei tem ocorrido lentamente em contraste com o andamento das políticas econômicas em favor das elites brasileiras. A complexidade do momento, caracterizada por um hiato entre a lei e a realidade de vida das crianças e dos adolescentes, tem comprometido as ações voltadas à área da infância e da juventude e a formulação das políticas públicas nesta área.

4. As políticas sociais e a efetivação da assistência social

Os avanços no âmbito jurídico suscitam mudanças também no âmbito da assistência social às crianças e aos adolescentes. Segundo Sartor (1997), as políticas sociais na área da infância e da juventude no contexto das novas configurações e tendências nacionais e internacionais pressupõem a discussão, no âmbito da assistência contemporânea, sobre o ressurgimento de velhos conceitos e práticas conservadoras, que se afirmam tanto no Brasil como no mundo, em detrimento de políticas concretizadoras de direitos sociais. As práticas de solidariedade social acabam algumas vezes motivadas mais por razões caritativas que por razões de direito.

Permanece, porém, o desafio de repensar a maneira de prover as políticas de atendimento para as famílias que vivem situações de exclusão social. As famílias das classes pobres têm cada vez menos acesso a bens (especialmente a terra) como também aos serviços sociais (saúde, alimentação, educação, etc.). O processo de desigualdade social que vinha se gestando no país se consolida, e os contrastes sociais vão se explicitando (LAUREL, 2000). É dentro dessas famílias que se encontram os sujeitos prioritários das políticas sociais, como também de nossa investigação. Acreditamos que as políticas sociais de atendimento destinado à população infanto-juvenil oriunda de famílias de baixa renda devem ser de emancipação e de construção do novo cidadão, como propõe o ECA.

Entretanto, Abranches (1985) destaca que “a política social surge no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição, que favorecem a acumulação em detrimento das necessidades sociais básicas e da igualdade”. As políticas atuais do Estado vêm dando uma atenção marginal às políticas sociais e se ocupando principalmente das atividades de suporte ao capital. A ampliação ou consolidação das políticas sociais em favor das classes subalternas mostra-se na contramão da política vigente, e tais

políticas se tornam cada vez mais restritas em sua abrangência: focalizadas, segmentadas e centralizadas nos grupos mais miseráveis.

Como relatado anteriormente, o "Estado mínimo" neoliberal vem reduzindo a sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais, delegando-a muitas vezes à sociedade civil. As políticas focalizadas, segmentadas e compensatórias são resultado do corte de verbas para a área social, do sucateamento dos equipamentos e da insuficiência de recursos humanos.

Poderíamos então levantar o questionamento em quais condições se efetiva a assistência social, a partir desse cenário de políticas restritas.

5. Os avanços dos direitos da criança e do adolescente

Ao nos referirmos à educação da Infância e da Adolescência, à prevenção dos problemas socioeducativos que lhes dizem respeito, não podemos nos furtar de levar em consideração a evolução dos direitos humanos nos últimos tempos, particularmente no âmbito da Infância. Essas mudanças representativas podem ser observadas na legislação internacional e nacional que acompanha esse âmbito (ONU, 1985; ONU, 1989; JEFFS, 1995; BOYDEN – BIRGITTA – MYERS, 1998; MYERS – BOYDEN, 1998). Tal desenvolvimento enfatizou três características relevantes: a primeira diz respeito às mudanças na área social e cultural no ato de reconhecimento da criança como pessoa humana em desenvolvimento; a segunda, aos avanços no campo jurídico no reconhecimento da criança como sujeito de direitos; a terceira, aos avanços políticos no reconhecimento da criança como cidadão. Deixando à parte as críticas que podem ser feitas a esse processo (THÉRY, 1987, p. 87-105),⁷ não se pode deixar de considerar tais mudanças no momento em que enfrentamos os argumentos ligados às políticas de atendimento da sociedade organizada, civil e politicamente em relação à infância.

Falamos não somente sobre a questão do direito à educação mas particularmente do direito à educação de qualidade. Falamos não somente do direito à vida, à saúde, à dimensão lúdica, mas da efetivação desses direitos em uma sociedade desigual e excludente, incapaz de oferecer à infância em dificuldade oportunidades de formação durante o período de desenvolvimento. Trata-se de realizar uma adequação da racionalidade interna do sistema social às exigências dos progressos emersos no direito das crianças e adolescentes, tendo em conta as três características acima mencionadas.

⁷ Existe, segundo o conceituado pesquisador, uma ideologia dos direitos da criança e do adolescente, segundo a qual o conceito de criança torna-se uma abstração, um absoluto. A criança, prevalecendo acima de qualquer consideração, torna-se "a" referência. A infância não é mais um fenômeno social, ou parte da sociedade, mas um valor supremo, metafísico. Nesta aproximação totalizante o problema da infância não é cultural, social, econômico, mas unicamente legal. THÉRY fala de uma ideologia do direito da infância enquanto alguns grupos não interpretam de maneira correta a novidade trazida pela evolução da legislação do menor, mas tendem a absolutizar as afirmações. Daí a necessidade de examinar criticamente os progressos citados para compreender o seu significado autêntico.

6. Mudanças sociais e culturais: reconhecimento da criança como pessoa

Percebe-se no Brasil uma dificuldade em visualizar a criança como sujeito em desenvolvimento. Historicamente elas foram vistas como “adultos em miniatura” ou como um “ser humano incompleto” (ARIËS, 1978). Tais referências, culturalmente aceitas e divulgadas, caem em flagrante desencontro com a doutrina da Proteção Integral, que concebe a criança como sujeito de direitos, cujo desenvolvimento integral necessita de uma especial atenção orientada aos processos da formação de seu ser enquanto pessoa.

Em novembro de 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma convenção sobre os Direitos das Crianças, reafirmando as disposições contidas em tratados e declarações anteriores sobre os direitos humanos em geral. A convenção assume também o compromisso de distinguir a infância como grupo privilegiado dentro do direito, quer pela vulnerabilidade própria da idade, quer pelo reconhecimento da existência de grupos de crianças que ainda vivem em situação particularmente difícil.⁸ Com a convenção fica explicitado ao mundo que toda criança tem reconhecido seus direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a saúde, a assistência, a educação e a proteção, como está inscrito na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), assinada em 1989, a qual destaca:

A humanidade deve dar à criança o melhor que lhe pode dar... A criança gozará de uma proteção especial e disporá de oportunidades e serviços, proporcionados pela lei e por outros meios, para que possa desenvolver-se física, mental, moral espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração.⁹

Ratificada por praticamente todas as nações e efetivamente implantada por elas, gerou no Brasil o fruto inovador do ECA.

7. Avanços jurídicos: reconhecimento da criança como sujeito de direitos

As crianças e os adolescentes são considerados sujeitos em formação e em desenvolvimento. Com o avanço jurídico, da proteção integral, a criança e o adolescente passam a ser vistos também como sujeitos em situação especial, e como tal, necessitando de tutela distinta em garantias e direitos, fazendo atentar para o princípio da equidade em que a preocupação deve ser: “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade”.

⁸ Os princípios básicos de proteção à infância, entretanto, já haviam sido reconhecidos pela declaração de Genebra aprovada em 1924 na quinta assembléia da Sociedade das Nações.

⁹ Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia das Nações Unidas, em 1989, e transformada em lei Internacional, foi ratificada pela quase totalidade do países desde então, inclusive pelo Brasil. Ela obriga os países signatários a proteger os direitos da criança. Um desses direitos, explicitado no artigo 32, é o de ter proteção contra o trabalho que ameace sua saúde, educação ou desenvolvimento.

A Convenção sublinha que a criança cessa de ser um objeto da lei, tornando-se um sujeito. Que a criança tenha direitos não é um fato novo; aquilo que ela não possui ainda é a capacidade de agir: tem os direitos mas não pode exercitá-los por completo. Um paradoxo de não fácil solução. Alguns direitos afirmados pela Convenção requerem esta capacidade de agir e, portanto, capacidade e responsabilidade jurídica: o direito de associação, de liberdade de expressão, etc.

Uma crítica que é feita em relação a esse paradoxo afirma que o fato de reconhecer a criança como sujeito significa reconhecê-la também como responsável pelas próprias ações e, portanto, tratá-la em pares condições com o adulto. Ver na criança um “adulto em miniatura” e não um sujeito em processo de desenvolvimento, parece ser um exemplo da ideologia neoliberal “laissez-faire”, pouco atenta às desigualdades e diferenças sociais.

8. Avanços políticos: reconhecimento da criança como cidadão

O conceito de cidadania reforça a necessidade de ver a criança não como cidadão “de segunda categoria” – o que acaba ocorrendo de fato pelas diversas formas de exploração às quais o público infante-juvenil está sujeito –, mas como cidadão verdadeiro, ou seja, tendo direitos ao desenvolvimento e ao bem-estar.

A partir do paradigma adotado pela sociedade e suas instituições, são criadas normas, leis, convenções, documentos para fundamentar e fazer valer os direitos humanos, respeitando e endereçando ao universo infante-juvenil os direitos fundamentais com proteção integral.

Uma característica da Convenção é a de não ser uma mera formalidade jurídica, mas um instrumento potente que requer respostas dos governos nas formas de organizações sistêmicas voltadas à promoção eficaz da qualidade da ação preventiva sobre a infância e a adolescência. Tal organização ocupa não somente o jurista, o político e o legislador, mas cada pessoa que se ocupa dos itinerários formativos (assistente social, educador social, pedagogo, pedagoga social), todas as instâncias de socialização (família, escola...), todo setor que participa na formação de uma pessoa em desenvolvimento.

O art. 29¹⁰ da Convenção é um exemplo da preocupação pela dimensão educativa: o texto não se limita a enunciar preceitos jurídicos, mas indica uma pedagogia do

¹⁰.1- Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de:

a) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo seu potencial; b) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua; d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos, e pessoas de origem indígena; e) imbuir na criança o respeito ao meio ambiente. 2- Nada do disposto no presente artigo ou no artigo 28 será interpretado de modo a restringir a liberdade dos indivíduos ou das entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1º do presente artigo e que a educação ministrada em tais instituições esteja acorde com os padrões mínimos estabelecidos pelo Estado.

desenvolvimento humano que envolve a comunidade inteira. Todas as ações referentes às crianças, desenvolvidas pelas instituições de serviço social e pelas instituições educativas, privadas ou públicas, pelas autoridades administrativas ou pelos corpos legislativos, devem ter como objeto de consideração primária os interesses e o bem-estar da criança.

Por sua vez, o ECA adotou a doutrina jurídica da Proteção Integral, que, de acordo com Liberati (1991), “é baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral”. A criança então, dentro de um processo em que é reconhecida como sujeito em formação e em desenvolvimento, passou a ser vista também como sujeito em situação especial, necessitando de tutela, distinta em garantias e direitos, fazendo atentar para o princípio da equidade.

Os direitos existem, segundo Dallari (1984), “porque todas as pessoas têm algumas necessidades fundamentais que precisam ser atendidas para que elas possam sobreviver e para que mantenham sua dignidade”. Direitos existem, portanto, para atender necessidades, principalmente as básicas. Nem todas as necessidades podem ser providas através do direito, mas quando se reconhecem as necessidades como “direitos” significa que estas são exigíveis, são reclamáveis.

Na promoção dos direitos, e especificamente o direito a uma vida digna para todas as crianças e adolescentes com proteção integral, há de visualizá-las como um todo, em que se objetiva o seu desenvolvimento social, assegurando que os mesmos sejam pessoas, sujeitos de direitos e cidadãos.

A criança é uma pessoa, um cidadão, um sujeito de direitos. Mas quem são os responsáveis pelos deveres?

Se as crianças são as detentoras dos direitos e têm um direito legal à garantia dos mesmos, é essencial que se identifiquem aqueles responsáveis pelo cumprimento desses direitos para que sejam responsabilizados e sensibilizados. Os governos são freqüentemente vistos como tendo esta responsabilidade primária. No entanto, embora possa ser o seu dever garantir os direitos, outros grupos e indivíduos na sociedade têm também um papel ativo, inclusive as próprias crianças e as suas famílias (SAVE THE CHILDREN, 2001).

Este círculo de responsabilidades pode ser representado através de um diagrama que demonstre às comunidades os interesses que influenciam as vidas das crianças. Nesse diagrama a criança encontra-se no centro, circunscrita por outros círculos de responsabilidade, tais como famílias, comunidade, instituições parceiras, programas e políticas nacionais, ambientes de política macroeconômica. É esse “círculo de responsabilidade”, tendo ao centro a criança, que deve trabalhar toda a ação preventiva, em seus diversos níveis, desde o mais amplo, de caráter estrutural, dirigido à grande população infanto-juvenil através das políticas sociais, assistenciais, de saúde, educação entre outros, até o mais restrito, de caráter cultural, através da prevenção do risco pessoal.

Todas as instâncias envolvidas nesse círculo de responsabilidades buscam a garantia e o acesso aos direitos da criança e do adolescente através da

implementação e desenvolvimento de uma série de projetos, programas e instituições que constituem uma frente ampla de atendimento. O artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a política de atendimento à criança e ao adolescente deverá ser feita através de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

Nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra existe um número significativo de instituições sociais (cf. gráfico 1). O desenvolvimento desse número expressivo de instituições é resultado da história das instituições na área de atendimento da criança e do adolescente, que se desenvolveu mais expressivamente no âmbito da sociedade civil organizada que do poder público governamental. A sociedade civil sempre esteve presente no atendimento à criança e ao adolescente, e teve sua participação legitimada no processo democrático da década de 80. Vale ressaltar a participação equitativa da mesma nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com o poder público governamental.

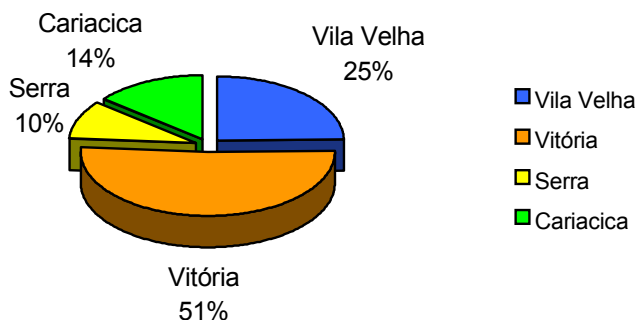
9. Serviços oferecidos pelas instituições à infância e à juventude

Os dados já sistematizados na pesquisa nos permitem problematizar as questões acima enunciadas e podem ser considerados uma expressão da política de atendimento à criança e ao adolescente.

Destacamos que através da pesquisa foi possível observar o número de instituições na área de atendimento da criança e do adolescente cadastradas nos conselhos de direitos dos municípios investigados; a natureza jurídica dessas instituições; os recursos institucionais; a organização dos serviços; dados estatísticos na instituição; quantos funcionários; quantos voluntários; quantos estagiários existem nas instituições e de quais cursos; o perfil dos usuários; renda *per capita* do usuário; renda mensal das famílias atendidas; critérios para inserção na instituição; tipos de serviços prestados diretamente pela instituição; tipos de encaminhamentos prestados; objetivo principal da instituição e quais as atividades desenvolvidas.

A maioria das instituições pesquisadas encontra-se no município de Vitória, seguido por Vila Velha, Cariacica e Serra. Os números das instituições variam, conforme os dados repassados em 2000 pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios descritos. Buscamos neste momento identificar o número de instituições cadastradas nesses conselhos e pesquisar o maior número possível delas. Foram pesquisadas 58 instituições em Vitória, 28 em Vila Velha, 16 em Cariacica e 11 em Serra, totalizando 113 instituições pesquisadas nos anos de 2000 e 2001.

Figura 1 – Instituições visitadas por município – 2000/2001 na Região Metropolitana da Grande Vitória



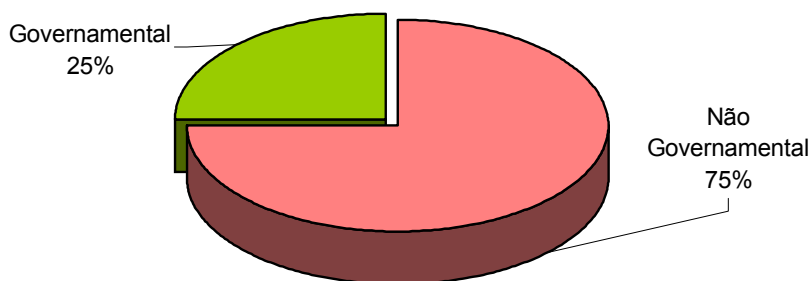
Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo.

Realizaram-se visitas em 113 instituições. A pesquisa alcançou um universo de 70% de instituições registradas nos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente.

A partir da análise das instituições buscamos verificar onde estão inseridas, tomando-se como critério de classificação seu aspecto de natureza jurídica.

Das instituições visitadas, 75% são de natureza jurídica não governamental e apenas 25% são governamentais (cf. gráfico 1). Sobre as instituições não-governamentais pesquisadas, destacamos que Vitória possui 45, Vila Velha 21, Serra 9 e Cariacica 12 (cf. gráfico 2).

Gráfico 2 – Instituição Segundo a Natureza Jurídica – 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo.

Entre as instituições que oferecem serviços à criança e ao adolescente, há predomínio das não-governamentais (cf. gráfico 2). Historicamente as instituições governamentais e as não-governamentais que atuam na área de atendimento da criança e do adolescente coexistem neste país (RIZZINI, 1995). Tal coexistência é legitimada na Constituição federal quando expõe, em seu artigo 227, o dever da sociedade de participar e garantir a efetivação dos direitos fundamentais direcionados à criança e ao adolescente. Porém, o dado exposto nos mostra que muitas vezes as instituições não-governamentais ou as instituições públicas não

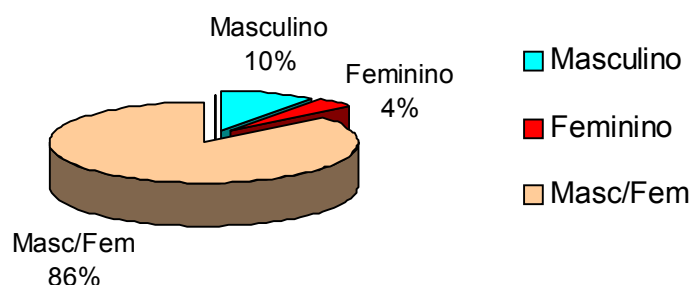
governamentais¹¹ estão assumindo a política de atendimento à criança e ao adolescente, com restrição à participação do Estado.

O que não fica explícito nesses dados é se as instituições governamentais em sua totalidade estariam registradas nos conselhos de direito. Tal questionamento nos leva a reforçar a necessidade de estabelecer debates acerca do que está exposto no parágrafo único do artigo 90¹² do Estatuto. Nesse parágrafo consta que as instituições, quer sejam governamentais, quer sejam não-governamentais, devem ter seus programas e projetos registrados nos conselhos municipais de direitos.

10. Perfil do usuário

Temos a possibilidade de distinguir o atendimento à criança e ao adolescente no que se refere ao perfil do usuário em relação à variável sexo. No que concerne às crianças de 0 a 12 anos incompletos, 86% das instituições atendem crianças de ambos os sexos, 10% atendem somente as do sexo masculino (abrigos destinados ao atendimento de meninos) e apenas 4% atendem somente as do sexo feminino (abrigos destinados ao atendimento de meninas).

Gráfico 3 – Perfil do Usuário Criança/Sexo - 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a oferta e serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

No que diz respeito às faixas de adolescentes que variam de 12 anos a 18 anos incompletos, verificamos poucas diferenças do perfil da infância atendida, como vimos acima (cf. gráfico 3).

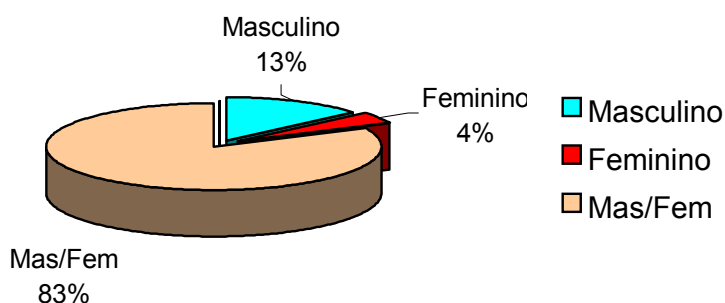
¹¹ Neste momento estamos revendo a definição da esfera pública; ao catalogarmos que as instituições não-governamentais poderiam também ser expressas como instituições públicas não-governamentais, estamos nos referindo a um espaço, instância, ou instituição que faz parte da esfera política de decisão. Reportamo-nos ao pensamento político clássico que tem na formação do Estado moderno a inclusão da sociedade civil organizada.

¹² “As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes [...]. Parágrafo Único: As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Vê-se que 83% das instituições visitadas atendem adolescentes de ambos os sexos, 13% atendem somente os do sexo masculino e 4% atendem os do sexo feminino (cf. gráfico 4).

À luz desses dados poderíamos fazer uma reflexão sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente.¹³ Um elemento que deve ser aprofundado sobre as linhas de ação da política de atendimento refere-se às políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem. Poderíamos indagar se a porcentagem destacada para atendimento de meninos e meninas separadamente atende quantitativamente esse público (cf. gráficos 3 e 4).

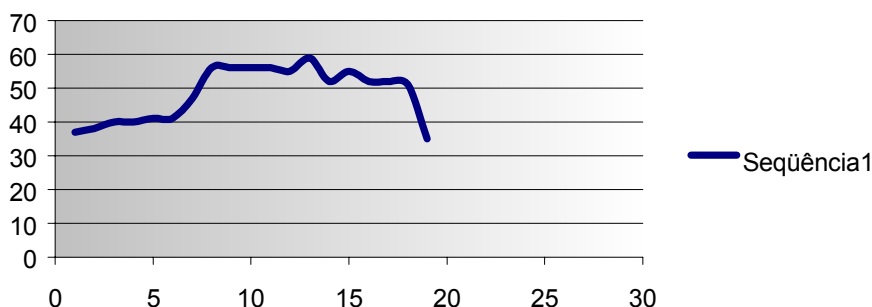
Gráfico 4 – Perfil do usuário adolescente / sexo – 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

Outro dado interessante observado refere-se à idade do público atendido. A maioria das instituições atende a faixa etária de 7 a 12 anos. Percebe-se, após essa faixa etária, uma queda brusca no atendimento numérico. Cabe aqui observar uma ausência de continuidade no atendimento. Tal diferença numérica sugere descontinuidade no atendimento, dado que reflete as condições em que se encontram a política de atendimento ao adolescente.

Gráfico 5 – Idade do usuário – 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

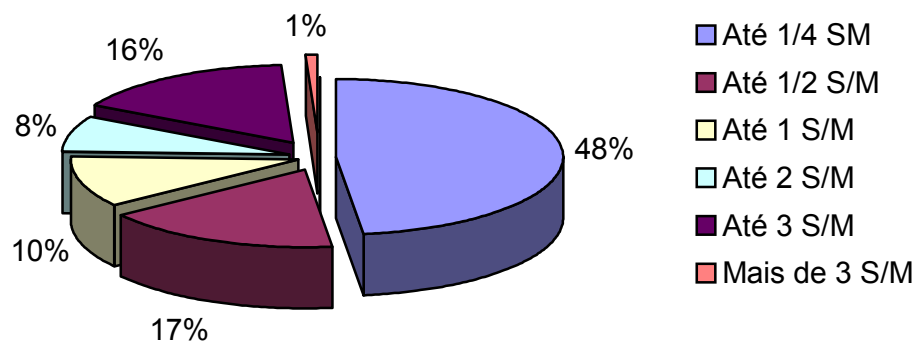
¹³ A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Verificando os usuários pela variável idade, observamos que há uma fragilidade na consolidação das políticas para adolescentes. Uma constatação dessa fragilidade pode ser demonstrada através da observação dos dados relativos à vitimização juvenil por homicídios de jovens entre 15 e 24 anos no estado do Espírito Santo, cuja taxa de homicídios chega a 83,6 homicídios em 100 mil, como já relatado anteriormente.

A ausência de políticas de atendimento para essa população, o atual cenário econômico e a luta pela sobrevivência contribuem para um caos no âmbito da organização social.

Em relação às condições econômicas desses usuários, verifica-se que a maioria vive abaixo da linha da pobreza (cf. gráfico 6).

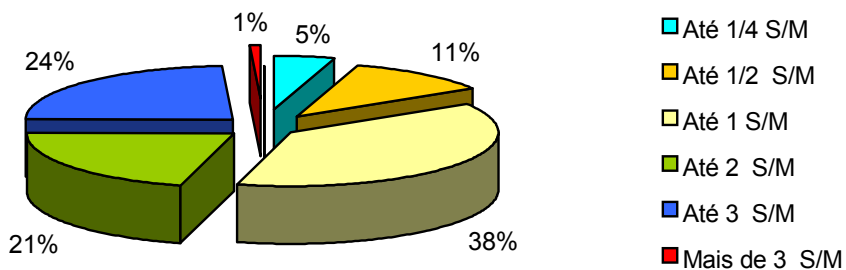
Gráfico 6 – Renda per capita da população usuária A - 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

Quarenta e oito por cento da população usuária possui renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; 17% recebe até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Dados que demonstram um alto grau de pobreza e desigualdade, presente entre os usuários.

O crescimento da pobreza e as retaguardas de atendimento têm sido pauta de agenda e de discussão em vários momentos. Como já relatado anteriormente neste estudo, os avanços do neoliberalismo, a minimização do atendimento pelo Estado, a ausência de uma política que proporcione o acesso ao trabalho, como também políticas públicas que atendam as necessidades humanas favorecem a pauperização da população e o aumento de instituições não-governamentais que venham atuar onde o Estado se omite.

Gráfico 7 – Renda familiar – 2000/2001

Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

Quanto à renda familiar dos usuários, das instituições visitadas, verificamos que 38% deles recebem até 1 salário mínimo, 11% recebem até $\frac{1}{2}$ de salário, 5% recebem até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Dados que confirmam mais uma vez as condições de desigualdades sociais em que se encontram esses usuários (cf. gráfico 7).

Fica o questionamento sobre quais os mínimos sociais a que a população juvenil tem acesso a partir da renda *per capita* e familiar apresentada (cf. gráficos 6 e 7) e ainda uma maior reflexão sobre o processo de empobrecimento e a redução no atendimento aos adolescentes.

Não cabe aqui conceituar pobreza ou mínimos sociais, porém é importante analisar a forma como essa população, muitas vezes em condições abaixo da linha da pobreza, consegue acesso às políticas sociais.

11. Serviços oferecidos

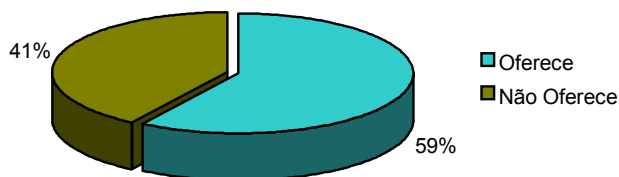
Apresentamos a seguir as políticas de desenvolvimento oferecidas pelas instituições pesquisadas às crianças e aos adolescentes. Sposati (1997) distingue as políticas sociais em dois grandes blocos. O primeiro bloco é o das políticas de proteção social, que visam garantir a redução de riscos sociais em busca de um padrão com qualidade de vida. O segundo bloco seria as políticas de desenvolvimento social que buscam garantir o acesso à educação, lazer, cultura, esporte, saúde, entre outras, todas atentas às necessidades humanas de desenvolvimento.

As instituições apresentam, na pesquisa, seus principais serviços oferecidos à população usuária. Destacamos as modalidades de educação, lazer, cultura, esporte, acompanhamento de medidas socioeducativas, serviços às vítimas de violência doméstica, prevenção e tratamento de tóxico-dependência e saúde. Acreditamos que outros serviços também podem ser oferecidos à população usuária, porém não apareceram na pesquisa de forma relevante que possibilitasse análise e aprofundamento.

Quanto ao item educação, verificamos que 59% das instituições oferecem serviços nesta área. Esses serviços, segundo consta na pesquisa, variam de instituição para instituição: acompanhamento escolar, apoio pedagógico, campanhas educativas,

oficinas, entre outros. Todas essas modalidades visam dar um suporte à educação formal, garantindo a permanência e o sucesso das crianças e dos adolescentes na escola (cf. gráfico 8).

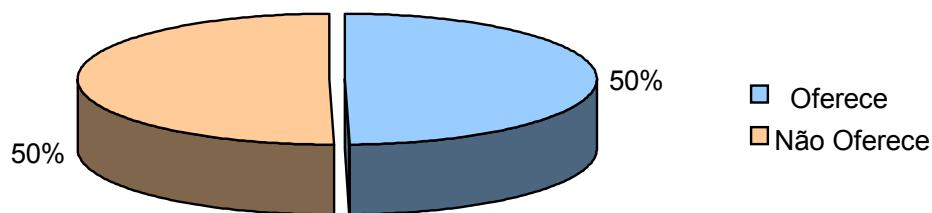
Gráfico 8 – Serviços oferecidos – educação - 2000/2001



Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

Outro dado relevante é o de que 50% das instituições pesquisadas oferecem serviços na área de lazer e de cultura. Fato que demonstra uma preocupação das instituições em garantir o atendimento das necessidades fundamentais para o desenvolvimento humano (acesso ao lazer e à cultura), previsto no capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (cf. gráfico 9).

Gráfico 9 – Serviços oferecidos – lazer / cultura – 2000/2001

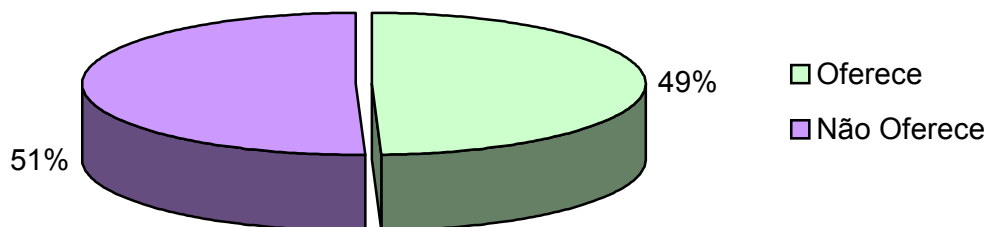


Fonte:

Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

As modalidades dos serviços oferecidos nas instituições no âmbito do lazer e cultura variam entre festas, danças típicas, oficinas de teatro, passeios a museus, teatros e cinema, jogos, brincadeiras, visitas a projetos específicos de cultura, lazer e arte desenvolvidos por outras instituições.

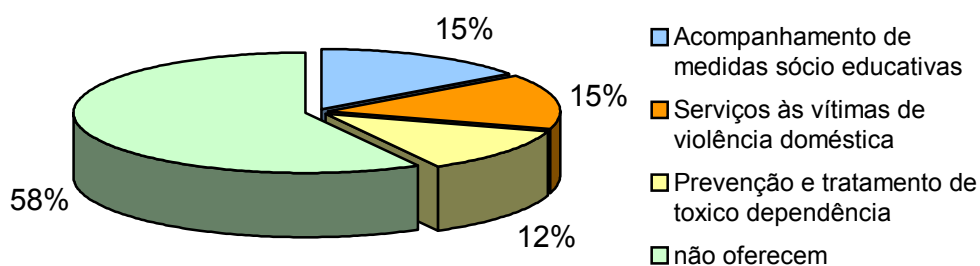
Outra modalidade de serviço oferecido pelas instituições é o esporte. Quarenta e nove por cento das instituições oferecem atividades na área de esporte (cf. gráfico 10).

Gráfico 10 - Serviços oferecidos - esporte – 2000/2001

Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

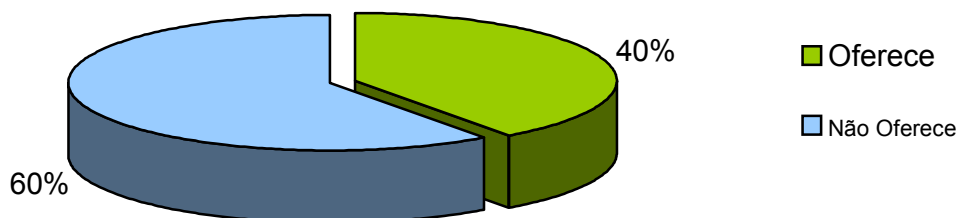
Entre as atividades esportivas oferecidas, destacamos o futebol, o vôlei, o basquete, o futsal, as ginásticas, a capoeira e a natação.

Dentre as instituições pesquisadas, 15% oferecem serviços na área jurídica, como atenção às medidas socioeducativas, à liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, como também serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica. Doze por cento das instituições oferecem serviços de prevenção ou tratamento da tóxico-dependência.

Gráfico 11 – Serviços oferecidos – 2000/2001

Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

Os serviços relacionados na área de saúde são realizados através de campanhas, palestras educativas, atendimento fisioterápico, atendimento com fonoaudiólogos, entre outros. Sessenta por cento das instituições oferecem algum serviço na área de saúde.

Gráfico 12 – Serviços oferecidos – saúde – 2000/2001

Fonte: Banco de Dados do TEIA sobre a Oferta e Serviços à Infância e a Juventude no Estado do Espírito Santo

O que se pode inferir com esses dados é que os serviços oferecidos pelas instituições pesquisadas atendem qualitativamente às demandas advindas da população infanto-juvenil. Analisando tais serviços, pode-se concluir que o cumprimento das políticas sociais visa atender aos objetivos explicitados por Sposati no que se refere aos dois grandes blocos: garantir o acesso à cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população. Permanece, porém, a dificuldade de que tais políticas consigam atender à totalidade do público infanto-juvenil. Outro ponto problemático refere-se à falta de condições objetivas de estrutura, garantidas por lei, para que crianças e adolescentes sejam efetivamente consideradas como prioridade absoluta, conforme destaca a doutrina de proteção integral.

12. Considerações finais

A presente pesquisa, portanto, ciente de seus limites, quer abrir caminhos para verificação de hipóteses mais significativas e aprofundadas.

Percebemos que houve, a partir da década de 80, que representa a passagem de uma democracia representativa a uma democracia participativa, um avanço significativo das modalidades de atendimento às necessidades das crianças e dos adolescentes, nas suas mais diversas formas e dimensões: educação, lazer, cultura, esporte, saúde, apoio jurídico etc. Por outro lado, notamos como a conjuntura social provocou uma deterioração das políticas públicas, condicionadas pelo modelo neoliberal de crescimento econômico: é sabido que tal modelo tende a provocar exclusão social entre as faixas populacionais mais frágeis.

Observamos também os esforços, principalmente da parte da sociedade civil organizada, no atendimento às demandas da população infanto-juvenil. Como demonstrado anteriormente (cf. gráfico 2), foram as instituições não-governamentais que tomaram frente nas respostas às prementes necessidades sociais.

Por fim, o texto mostra que tanto a efetivação da Proteção Integral quanto das políticas públicas na área da infância ainda são um desafio para a sociedade brasileira. O texto revela que ainda são restritas as políticas públicas na área de

atendimento da criança e do adolescente. Em outras palavras, a proteção integral continua sendo desrespeitada, encontrando-se o país distante da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança, do ECA, do atendimento universal e da visualização da criança como sujeito de direitos.

Sem pretensão de esgotar tal questão, acreditamos que foram levantados alguns elementos que auxiliam a produzir um diagnóstico desses serviços prestados pelas instituições pesquisadas. Entende-se, com isso, que devemos ampliar o debate sobre o enfrentamento das expressões da questão social como também problematizar a política de atendimento à criança e ao adolescente.

Referências

ABRANCHES, S. G. Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADERES. Agência de Desenvolvimento em Redes no Espírito Santo S.A. 1999.
ARIÈS, P. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

BOYDEN, J; BIRGITTA, L; MYERS, W. What works for working children. Florence: Unicef/Radda Barnen, 1998.

CALIMAN G.. "Pedagogia Sociale". In: PRELLEZO J.M.; NANNI, C.; MALIZIA, G. (Edd.). Dizionario di Scienze dell'Educazione. Turim: LDC/LAS/SEI, 1997.

_____. Desafios risco e desvios.: jovens trabalhadores em Belo Horizonte. Brasília: Universa/Unicef, 1998.

_____. Promuovere "resilience" come risorsa educativa: Daí fattori di rischio ai fattori protettivi, in "Orientamenti Pedagogici", 2000.

COSTA, A. C. G. Das necessidades ao Direito. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

DALLARI, D. O que são os direitos das pessoas. São Paulo: Brasiliense, 1984.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

HABERMAS, J. Direito e Democracia, entre facticidade e validade II. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

JEFFS T. Children's educational rights in a new era?, in: B. FRANKLIN B. – T. HAMMARBERT (Edd.), *The handbook of children's rights. Comparative policy and practice*. London/New York: Routledge, 1995, p. 25-39.

LAURELL, A C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBERATI. W. D. *O Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários*. Brasília: IBPS, 1991.

Mapa da Violência III. Unesco 2000.

MYERS W.; BOYDEN, J. *Child labour. Promoting the best interests of working children*. London: Save de Children, 1998.

ONU. *Convenzione sui diritti del fanciullo*. Assembleia Generale delle Nazioni Unite 20 novembre 1989, in M. R. SAULLE, *Codice internazionale....*

ONU. *Ensemble des règles minima des Nations Unies concernant l'administration de la justice pour mineurs (Règles de Beijing)*. Assembleia Generale delle Nazioni Unite 29 Novembre 1985. In: M. R. SAULLE., *Codice internazionale dei diritti del minore*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1992.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2002.

PRIORE, M. D. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto/Cedhal, 1991.

RIZZINI, I. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universitária Santa Úrsula, 1995.

SARTOR. C. S. D. *Crianças, adolescentes, família e políticas públicas: para além do faz-de-conta*. (O Social em Questão, nº 7). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2002.

_____. *Os caminhos da proteção da infância e juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SAVE THE CHILDREN. *Uma introdução à Programação para os Direitos da Criança: conceito e prática*. Londres: Save The Children, 2001.

SERPA. M. do C. A V. *Terceiro Setor: retrospectiva histórica, avanços e desafios*. Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social. (Coleção do Avesso ao Direito.) Vitória: CEAFF, 2004.

SPOSATI, A. et alli. *Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania*. In: *Serviço Social e Sociedade*, 1997.

THÉRY I. La convenzione ONU sui diritti del bambino: nascita di una nuova ideologia. In: MINISTERO DELL'INTERNO. Politiche sociali per l'infanzia e l'adolescenza. Milano: Unicopli, 1991.

¹A RELAÇÃO EDUCAÇÃO / TRABALHO - REPENSANDO O PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES

Eliana Moreira Nunes*
Sílvia Neves Salazar**
Ângela Maria Cândido***
Tatiana Darós Silva Sabará****

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a relação educação/trabalho, considerando duas dimensões. Por um lado, busca entender de forma ampla a relação educação/trabalho, ou seja, uma relação que ultrapassa a visão restrita da educação para o trabalho. Isto implica examinar esta relação do ponto de vista da inclusão econômica e social do adolescente. De outro, discute a forma como efetivamente esta relação se consolida na realidade social das instituições de Vitória que desenvolvem trabalhos nesta perspectiva. Tal análise se processa a partir da apresentação dos resultados de uma pesquisa realizada junto a nove instituições sociais de Vitória que desenvolvem a política de atendimento ao adolescente.

¹ Mestre em serviço social pela PUC/RJ e professora da Faculdade Salesiana de Vitória, desde set./2001.

**Doutoranda em serviço social pela PUC/RJ e professora da Faculdade Salesiana de Vitória, desde 2002.

***Aluna do 7º período do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana de Vitória, tendo participado da Iniciação Científica da referida pesquisa, período 2002/2 a 2003/1.

****Ex-Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana de Vitória, tendo participado da Iniciação Científica da referida pesquisa, período 2002/2 a 2003/1.

1. Introdução

Este estudo se propõe a realizar uma análise das instituições sociais de Vitória que desenvolvem programas voltados para a relação educação/trabalho direcionados ao atendimento de adolescentes. A pesquisa foi realizada com o apoio da Faculdade Salesiana de Vitória, no período 2001-2003, tendo como objetivo mapear as instituições sociais que desenvolvem programas ou frentes de trabalho com adolescentes. Constatou-se a existência de 42 instituições em Vitória. Foram selecionadas nove dessas instituições para pesquisa por amostragem para analisar como vêm sendo desenvolvidos os programas sociais na perspectiva da relação educação/trabalho.

Tomamos como eixo condutor de análise alguns aspectos centrais acerca do desenvolvimento dos programas sociais. O primeiro se refere à análise de como os programas na perspectiva da relação educação/trabalho garantem a inclusão social dos adolescentes na dimensão da cidadania. O segundo verifica se os programas vêm garantindo somente uma inclusão econômica, ou seja, identifica estratégias de sobrevivência econômica dos adolescentes e de suas famílias. E o terceiro elemento consiste em identificar quais dessas dimensões vêm sendo alcançadas.

Numa análise imediata nossa hipótese de trabalho volta-se para a idéia de que muitos programas sociais voltados para o atendimento dos adolescentes reduzem-se a uma dimensão paliativa, visto que se trata de programas que cumprem parcialmente as legislações voltadas para o atendimento do adolescente aprendiz, porém, sem acompanhamento na dimensão socioeducativa.

2. Uma breve contextualização do tema

Não podemos entender a relação educação/trabalho sem considerar a lógica e os principais fundamentos do sistema que rege essa relação. Nas sociedades capitalistas esta realidade está marcada pela necessidade de produção e reprodução da força de trabalho para preparar uma mão-de-obra que contribua direta ou indiretamente para reprodução do sistema, ou seja, o trabalho enquanto mercadoria, objeto a serviço do capital.² Porém, não podemos desconsiderar a dimensão do trabalho como essência da vida dos homens, visto que é uma atividade vital inerente ao ser humano, pois, através do trabalho, o homem modifica a realidade e se modifica. Logo, torna-se necessário entender esta dupla dimensão.

Nossa análise está pautada na contradição da dimensão da categoria trabalho. Para Frigotto (1999) “[...] o trabalho pode ser um princípio formador, educativo ou algo profundamente alienador e desumanizador”. Entendemos que o trabalho humano está associado ao processo de reprodução do homem, das suas necessidades e satisfações indispensáveis a sua manutenção; portanto, ele se torna um valor universal e necessário à sobrevivência humana, desde que se mantenham as mínimas condições para sua reprodução. Neste sentido, o trabalho representa a possibilidade de criação, projeção e emancipação humana.

² Discussão com base em K. Marx, especificamente Mario Manacorda (1991), em *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

Numa segunda perspectiva, o trabalho é visto como um objeto de acumulação de riqueza, exploração e alienação do sujeito. Está relacionado ao desenvolvimento de tarefas produtivas, repetitivas, impondo um processo de alienação, independente da capacidade de realização do homem e de suas necessidades básicas. Nesta modalidade de trabalho, independente da idade e da condição objetiva de elaboração, a lógica não está centrada no processo de criação, e sim de acumulação; logo, o processo educativo torna-se secundário.

Neste cenário podemos perceber que as transformações societárias vêm determinando um distanciamento do trabalho como manifestação do homem e fortalecendo a concepção de trabalho como mercadoria, reduzindo, portanto, seu sentido. Isto explica a desregulamentação das relações de trabalho, a perda dos direitos sociais, o enxugamento dos gastos sociais. Podemos perceber que a precarização do emprego e desestabilização dos trabalhadores em geral vem contribuindo também para a inserção precoce de adolescentes no mercado de trabalho, mesmo que estes estejam pouco qualificados.

O trabalho de crianças e adolescentes tem contribuído para uma dupla dimensão. Por um lado, um caráter de reprodução do capital com emprego de mão-de-obra barata e dócil. Por outro, a necessidade de sobrevivência, que leva as famílias dessas crianças e adolescentes a adotar medidas capazes de aumentar o orçamento familiar. Este processo aparece culturalmente ligado a outras dimensões, como educação, disciplina, agregação de valores, crenças e formação do caráter.

O trabalho especificamente para o adolescente deve constituir uma modalidade educativa. Autores como Gaudêncio Frigotto (2001) e Acácia Kuenzer (1997) compreendem o trabalho como uma categoria de constituição da sociedade, pois é através dele que se busca uma formação integral do indivíduo. Aqui está contemplada a dimensão mais ampliada do trabalho, articulada ao processo educativo. Conforme Kuenzer (1997), o princípio educativo no trabalho não deve ser reduzido a uma formação para o mercado de trabalho; deve antes atender à necessidade de formação histórico-crítica dos jovens, instrumentalizando-os para compreender as relações sociais em que vivem e participar mais efetivamente da sociedade como sujeitos, nas dimensões política e produtiva.

No campo da educação os autores fazem uma análise crítica sobre o atual modelo de escola, que prioriza uma série de conhecimentos formais em detrimento de uma educação ampla que contemple a dimensão da cidadania e a profissional. Neste aspecto, Kuenzer afirma que a educação deve ter, através do trabalho, de sua atividade teórico-prática, o papel fundamental de transformar a ordem natural em ordem social. Para Gaudêncio Frigotto as crianças e adolescentes que se inserem precocemente no mercado de trabalho não o fazem porque querem e sim porque necessitam.

Trabalham porque seus pais estão desempregados ou sub-empregados ou ganham um salário mínimo que não permite satisfazer as necessidades da família. Trata-se, todavia, de perceber que esta situação é resultado de uma sociedade que produz esta realidade (Frigotto, 1999, p. 13).

Neste contexto, evidencia-se que a inserção de adolescentes no mercado de trabalho não se dá por uma livre escolha, mas por extrema necessidade diante da realidade social excludente em que vivem. A realidade da família destes jovens retrata o processo de empobrecimento e múltiplas carências, o que implica a busca precoce de uma atividade laborativa que reforce o orçamento familiar.

Os valores que estão postos em nossa sociedade também contribuem para que se consolide a inserção de um grande número de adolescentes no mercado de trabalho. Historicamente considera-se a iniciação no trabalho como uma passagem da infância para a vida adulta; fase da existência humana que impõe ao indivíduo a incorporação de novas responsabilidades. Reafirma-se o trabalho como um valor social, capaz de ocupar o tempo ocioso dos jovens e ao mesmo tempo introduzi-los precocemente no mercado de trabalho, especialmente os filhos das classes trabalhadoras. Segundo Barros,

a Organização Internacional do Trabalho – OIT, estima que cerca de 150 milhões de crianças e adolescentes com idade abaixo de 18 anos trabalham em todo o mundo. A razão mais aparente desta situação é a necessidade das famílias de contarem com a mão-de-obra dos seus filhos para, juntos, constituírem uma renda que lhes permita sobreviver, posto que os regimes de assalariamento nos países subdesenvolvidos ou emergentes são aviltantes por não propiciarem a vida com dignidade para todos os trabalhadores e suas famílias (BARROS, 1999, p. 53).

Nota-se que o trabalho dos adolescentes continua representando uma possibilidade de reprodução social para as famílias excluídas de bens e serviços sociais mínimos, em detrimento do princípio educativo, no qual o trabalho deveria estar constituído. O trabalho revela, desta forma, mais uma estratégia de sobrevivência para o adolescente do que possibilidade de crescimento deste como pessoa.

No Brasil há 21.249.557 de pessoas na faixa etária de 12 a 18 anos; isto significa que um em cada oito brasileiros é adolescente (Censo, 2000). Existem em torno de 7 milhões de adolescentes cujos níveis de renda e escolaridade limitam as suas condições de desenvolvimento e comprometem a construção de seus projetos de futuro do país. (Seminário Nacional pela Cidadania dos adolescentes – Adolescência, Escolaridade, Profissionalização e Renda, 2002).

A Constituição federal de 1988, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, são as legislações brasileiras em vigor que regulamentam a profissionalização e a proteção dos adolescentes. Estas aceitam o trabalho do adolescente, desde que ressalvada a condição de aprendiz, a partir de um processo de acompanhamento educativo. Podemos destacar na Constituição federal de 1988, no que se refere à proteção do adolescente, elementos como o direito à educação e à profissionalização.

Para definir de forma mais precisa estas dimensões da educação e da proteção ao trabalho, a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, alterou os artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da CLT referentes à formação profissional e ao trabalho do menor, introduzindo modificações que buscam fomentar a aprendizagem no país, envolvendo tanto o empregador como as instituições responsáveis pela capacitação e formação do aprendiz. Percebemos um avanço no que se refere à garantia tanto da inserção do menor aprendiz no mercado de trabalho, como do

processo de aprendizagem desse menor. Na análise da relação educação/trabalho a Lei nº 10.097/2000 determina a inserção de todo adolescente em programas do Serviço Nacional de Aprendizagem ou sua admissão em entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional. Entre as principais alterações na Lei nº 10.097/2000, destacam-se as responsabilidades das empresas:

Art. 429 - "Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional."

Conforme a Lei nº 10.097/2000, é considerado aprendiz o adolescente entre 14 e 18 anos de idade, ressalvadas as seguintes condições: matrícula em escolas de ensino fundamental, empresas do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT) e ONGs, desde que essas instituições estejam devidamente regulamentadas. Prevê ainda que o trabalho do adolescente não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Tais exigências significam um avanço nas legislações voltadas para a proteção do adolescente trabalhador. Porém é preciso indagar sobre as condições de viabilidade de tais exigências, pois não está garantida a capacidade do Sistema S e das ONGs responsáveis pelo desenvolvimento de atividades educativas com os adolescentes de atendê-los em sua totalidade, tampouco se pode dizer com segurança que as empresas/instituições que recebem em seus quadros estes adolescentes estejam preparadas para essa tarefa.

Outra lei que vem regulamentar os direitos do adolescente no que se refere à proteção integral é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei federal nº 8969/90. Especificamente com referência à relação educação/trabalho o ECA define:

Artigo 68 - "O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental e não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada."

"§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo."

Com base nas legislações citadas não se coloca a possibilidade de trabalho para o adolescente sem que este esteja acompanhado por um processo educativo, em que esta última dimensão prevaleça sobre o trabalho. Logo, torna-se necessário conhecer a real situação em que os programas voltados para a relação educação/trabalho são implementados: se a partir do trabalho como um princípio educativo, ou se a partir de uma redução da relação educação/trabalho ao seu aspecto formal, como, por exemplo, apresentação do comprovante da matrícula escolar.

Na perspectiva ampla da relação educação/trabalho podemos perceber que na década de 90 ocorreu no Brasil um significativo avanço nas legislações sociais, particularmente no que se refere à proteção integral do adolescente. Porém, é

também nos anos 90 que ocorre uma nova configuração na realidade brasileira, a partir do quadro econômico, social e político adotado com o governo Collor, que introduz as idéias neoliberais e o processo de reestruturação produtiva como resposta à crise do capital, resultando no desmonte das conquistas sociais alcançadas pela sociedade brasileira nos anos 80/90.

3. O Reordenamento das políticas sociais

No Brasil contemporâneo o agravamento da questão social³ se aprofunda, particularmente perante o processo de exclusão social⁴ que se dá pela via da vulnerabilização do trabalho, decorrente da ofensiva do capital, que se traduz, especialmente, pela articulação das idéias neoliberais associada ao processo de reestruturação produtiva.

Para entendermos a adoção das idéias neoliberais, impõe-se a desmistificação dos elementos apontados para a crise fiscal do Estado. Tal crise, dentro da lógica neoliberal, pode ser enfrentada pela reforma estatal. Segundo Montaño,

Tal crise é identificada, segundo diferentes perspectivas, como resultado da perda de arrecadação do Estado – aumento da informalidade do trabalho, sem contribuir para os cofres públicos; aumento da evasão fiscal, supostamente impossível de controlar; relação trabalhadores passivos/trabalhadores ativos –, e/ou do elevado gasto (social) sem retorno – com políticas sociais, assistência, subsídios, compensações etc. (2002, p. 216).

No ponto em que o autor desenvolve a temática das “teses da escassez” e a da “crise fiscal do Estado” como pretexto da (contra) reforma estatal, ele se opõe a estas perspectivas de análise, ressaltando que “[...] o fundamento da crise fiscal do Estado tem mais a ver com o uso político e econômico que as autoridades, representantes de classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio) [...] (idem)”.

Montaño assinala que, para além das causas, o efetivo processo de crise fiscal tem “justificado” nos anos 80-90 a (contra) reforma do Estado, marcada pela

³ Robert Castel (1998) contribui nesta análise da complexificação da questão social, destacando três pontos que a cristalizam:

A desestabilização dos estáveis – é caracterizada pelos trabalhadores que tinham uma posição definida no mercado de trabalho e hoje se encontram fora do mercado. São segmentos que sofrem um processo de insegurança e ameaça de perder o emprego.

- A Instalação da precariedade – é caracterizada pela alternância, no tempo, entre pequenos empregos, trabalhos temporários, sem qualquer vínculo ou garantia trabalhista. Está relacionada à crescente flexibilização dos mercados de trabalho.
- Déficit de lugares ocupáveis na estrutura social – em função do desemprego e da precarização do trabalho, determinados segmentos, particularmente os jovens e velhos, não têm lugar na sociedade. Estes são classificados como trabalhadores excedentes, inúteis, sem qualificação. Logo, são considerados descartáveis na atual lógica da competitividade e do individualismo:

⁴Ver CARVALHO, Alba de (2002).

privatização de empresas públicas, reformas tributária, da previdência e da legislação trabalhista.

Ao desenvolver a discussão sobre a redução do papel do Estado na área social, Potyara relaciona o crescimento da pobreza e da desigualdade social como uma das consequências mais sérias do modo neoliberal de regular a economia e a sociedade. E tal situação é expressa primeiramente:

[...] pela diminuição da oferta de empregos, acompanhada das desigualdades de salários, como resultado da desregulamentação do mercado de trabalho e da diminuição da progressividade fiscal; isto é, da redução do encargo tributário direto, que onerava, progressivamente, quem possuía mais renda, e do aumento dos impostos indiretos, que incidia mais pesadamente sobre os trabalhadores e consumidores de baixa renda (POTYARA, 2001, p. 39).

No cenário atual percebemos a ausência de um Estado ativo na formulação de políticas sociais que efetivamente respondam às necessidades dos segmentos mais desfavorecidos da sociedade. Segundo Carvalho, o Estado brasileiro se configura como um “Estado do ajuste”, viabilizando a inserção submissa e subordinada do Brasil à nova ordem do capital. Segundo a autora, identificamos no Estado uma “[...] postura de abdicar de sua responsabilidade social, enveredado por políticas focalistas, marcadas pela seletividade, sem nenhuma perspectiva de uma real política de inclusão social” (CARVALHO, 2002, p. 53).

A preocupação que o Estado tem com as mudanças volta-se para uma reforma ajustadora, que prioriza a inserção do Brasil na economia global em detrimento da integração nacional. Logo, a globalização, que vem apoiada no discurso de “quebrar” as barreiras entre os países capitalistas, particularmente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, na verdade não garante uma homogeneidade de participação igualitária dos diferentes países, assim como não assegura uma política inclusiva. Pelo contrário, a globalização vem preservar a situação de hegemonia da economia norte-americana sobre as dos demais países capitalistas.

O papel do Estado nas questões sociais volta-se para a proteção dos indivíduos que não conseguem, por seus próprios esforços, suprir suas necessidades no livre jogo do mercado. Estes são os indivíduos considerados “incapazes”, “pobres coitados”, que precisam da *ajuda caridosa* do Estado para responder às suas necessidades básicas. Podemos perceber por onde caminham as ditas “políticas sociais”, que se mostram pouco eficazes na sociedade brasileira, prevalecendo os programas compensatórios, que apresentam um caráter residual, emergencial, em oposição ao seu suposto caráter universal. Reforça-se, assim, um processo de igualdade de oportunidades, e não o de igualdade de condições, a partir do momento em que a ênfase é dada à “possibilidade” que todos os indivíduos têm de escolher no livre mercado como querem satisfazer suas necessidades.

Apesar de pouco se preocupar com a questão da justiça social, voltando-se estritamente para as questões da eficácia do gasto social, o neoliberalismo não deixa de definir sua proposta para políticas sociais. Proposta todavia que se funda

na diminuição dos gastos sociais e na desativação dos programas sociais públicos. A ação do Estado no campo social se reduz à elaboração de programas assistenciais (auxílio à pobreza) e, quando necessário, complementa ações filantrópicas privadas e comunitárias. Assim, os três vetores a seguir, em que se estruturam as políticas sociais, refletem como elas vêm sendo pensadas no neoliberalismo (DRAIBE, 1993):

- *A descentralização* é concebida como um modo de aumentar a eficácia e eficiência, ampliando ainda as possibilidades de interação no plano local com os recursos públicos e não-governamentais para os financiamentos das atividades sociais. Este é um ponto a ser analisado mais profundamente, pois a eficácia desta dependerá da forma como é encaminhada, ao considerarmos que simplesmente a descentralização não garante uma administração eficaz;
- *A focalização* significa direcionar o gasto social a públicos específicos, através de critérios de seletividade, escolhidos por sua maior urgência e necessidade. Acredita-se que o Estado deva entrar apenas residualmente no campo da assistência social (programas dirigidos aos setores mais pobres da população). Assistimos hoje claramente a este processo, em que os mais variados programas sociais voltados para a população pobre são implementados, ficando alguns programas sociais restritos aos grupos de miseráveis, somente a indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza;
- *A privatização* é colocada com o objetivo de aliviar a crise fiscal, acreditando ser necessário deslocar a produção de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo.

Para além do aprofundamento da pobreza, que com certeza é um fator agravante que justifica o ingresso crescente de crianças e adolescentes oriundos das camadas pobres no mundo do trabalho, dada a sua necessidade concreta de redução da condição de pobreza familiar, destacamos a chamada fase da acumulação flexível como fator principal que também vem impondo radicais mudanças e novas formas de inserção no mundo do trabalho, inclusive de adolescentes.⁵

Atrelado a toda essa lógica do projeto neoliberal, o "novo" regime de acumulação flexível começa a ter, nos anos 80, forte impacto sobre o mundo da produção. A transição do fordismo para o regime de acumulação flexível não encontra entre os teóricos uma explicação consensual. O ponto em comum entre eles, marxistas, keynesianistas, monetaristas, é que significativamente o funcionamento do capitalismo mudou. Isto porque, com o agravamento da crise do capitalismo nos anos 80, o regime de acumulação flexível surge como resposta à evidente incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, sendo importante destacar a observação que Harvey (1992) faz de que não há, nos dias de hoje, prevalência de um ou outro regime de acumulação. O que se evidencia é que o fordismo e o taylorismo já não são únicos e passam a interagir com processos flexíveis de trabalho. No lugar da produção em massa, opta-se por atendimento prioritário de demandas específicas. Ao trabalhador impõe-se a

⁵ Vale ressaltar o destaque dado por Gaudêncio Frigotto, em que no cenário atual brasileiro priorizam-se as políticas focalizadas de inserção social, que acabam por reforçar a iniciação precoce do adolescente no trabalho (1999).

necessidade de entender o processo de trabalho como um todo, exige-se um trabalhador polivalente.

Dentre as várias transformações ocorridas nos anos 80, que trazem como marca essa flexibilização dos processos de trabalho, está o grande salto tecnológico, o desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica, que determinam no mundo da produção novos processos de trabalho. Assim, a lógica do mercado perpassa a todo momento as questões que envolvem o processo de trabalho, no sentido de garantir a qualidade para atender melhor as exigências individuais, conseqüentemente visando à expansão/crescimento do mercado.

Se, por um lado, a acumulação flexível responde com eficiência à crise do capital, por outro, traz sérias conseqüências para as camadas médias e baixas da população, na medida em que são criadas diversas modalidades de trabalho (precário, parcial, temporário, etc.), que têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração.

Como resultado brutal dessas transformações no processo produtivo, vivenciamos hoje o problema do desemprego estrutural, que atinge o mundo de forma global. Surgem, porém, novas formas de trabalho, impostas pelo processo de acumulação flexível. Neste processo, paralelamente à exigência de mão-de-obra mais qualificada, amplia-se também a demanda no setor de serviços, caracterizada por uma força de trabalho facilmente disponível. Conforme Antunes (1995), essas transformações acarretaram a redução do número de operários industriais, pois com o grande avanço tecnológico há um processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, que não atinge a massa da população. Exige-se um "novo" tipo de trabalhador, cada vez mais qualificado. O mercado, porém, não absorve integralmente esta mão-de-obra; o que, conseqüentemente, gera a crescente busca pela qualificação profissional no seu sentido mais amplo, num mercado altamente competitivo, onde as potencialidades individuais, segundo os neoliberais, representam medidas determinantes para a inserção de "alguns indivíduos" no mercado de trabalho, reforça o processo de inclusão/exclusão.

Podemos considerar que as desigualdades sociais têm como ponto de partida a crise no mundo do trabalho, pois, à medida que toda esta reestruturação produtiva impõe novas formas de trabalho, nem todas as pessoas têm as mesmas condições de melhorar a sua qualificação profissional nem o capital necessita de tanta mão-de-obra qualificada. Logo, o exército de reserva já está formado e, mais que isto, o desemprego estrutural está configurado. Porém, vale ressaltar que, sem prescindir totalmente da mão-de-obra pouco qualificada, percebemos que, contraditoriamente, as crescentes demissões que caracterizam o desemprego estrutural têm provocado, numa dimensão significativa, a inserção de crianças e adolescentes no setor de serviços através dos programas sociais. Há, portanto, que considerar o processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p. 42) importante para entendermos a emergência de outros segmentos no mercado de trabalho.

Neste cenário, ressaltamos especialmente a inserção de adolescentes através dos programas de iniciação ao trabalho que tomam crescentes proporções na realidade brasileira. Estes segmentos também em parte são incorporados às novas formas de

trabalho precário, parcial, temporário, terceirizado, que trazem em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas vigentes e a conseqüente regressão dos direitos sociais (ANTUNES, 1995, p. 44). Esta atual tendência se traduz na redução do número de trabalhadores fixos, contrapondo-se à crescente contratação de mão-de-obra temporária, que é incorporada e demitida facilmente sem maiores prejuízos. Neste aspecto podemos considerar o trabalho do adolescente, que vem crescentemente ocupando este lugar na atual lógica do capital. Desvendar a relação educação/trabalho nos programas de iniciação ao trabalho é entender que estes ocultam os interesses do capital que se encontram implícitos nessa relação.

Sabemos que a contratação de adolescentes não deve se dar nos mesmos moldes da contratação dos demais trabalhadores, pois aqueles são protegidos pela legislação social e devem participar de programas que visam à relação educação/trabalho. Acredita-se na idéia de que tais programas devem relacionar trabalho e educação, mas, na verdade, acaba-se valorizando o trabalho em detrimento do estudo. Esta lógica atende a uma necessidade do próprio capital, de reprodução de segmentos sociais que ocupem funções pouco qualificadas e que se caracterizam por uma força de trabalho com habilidade facilmente disponível, que reduz consideravelmente os gastos sociais.

Logo, os programas sociais voltados para a iniciação de adolescentes das classes subalternas ao trabalho respondem não só à necessidade concreta de redução da pobreza familiar, mas visam em primeiro lugar à reestruturação no campo da produção, que reorienta seu cunho social para o recrutamento de mão-de-obra pouco qualificada, mas que é necessária ao funcionamento do capital.

Apesar de tais programas se caracterizarem como compensação à pobreza, eles acabam amenizando temporariamente, durante a vigência da bolsa-auxílio que os jovens recebem, as condições de sobrevivência das famílias. Ao mesmo tempo estes programas atuam, já em curto prazo, como forma de reprodução das condições sociais destes segmentos, já que o "trabalho" pouco qualificado complementa uma educação precária, reforçando a degradação tanto da educação (com a evasão, a repetência), quanto do próprio trabalho, que não qualifica nem ganha o estatuto de trabalho assalariado, inserido no mercado. A noção de exclusão social aqui é marcante, pois retrata tanto estruturas de ensino diferenciadas que comprometem o direito à educação básica, um tipo de educação para cada tipo de trabalhador, quanto um quadro perverso de barateamento da mão-de-obra não especializada.⁶

Diante dessas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, procuraremos analisar os impactos de tais processos na sociedade brasileira, situando a realidade do estado do Espírito Santo, particularmente a de algumas instituições sociais de Vitória que desenvolvem programas/projetos na perspectiva da educação/trabalho voltados para adolescentes. Nesta análise, a preocupação central é traçar um panorama da direção que efetivamente os programas sociais desenvolvidos por algumas instituições de Vitória têm dado na perspectiva da relação educação/trabalho.

⁶ Para aprofundamento de tal discussão utilizamos os argumentos de Acácia Kuenzer em *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

4. A política de assistência social: situando os programas sociais voltados para adolescentes

Tomamos como dado que a construção dos direitos sociais não é um processo recente na história brasileira; este se relaciona especialmente à expansão do capital, à produção em massa e às lutas por direitos sociais. Logo, a precariedade e a vulnerabilidade dos que “vivem do trabalho”, nos termos de Antunes (1995), têm estimulado a luta pela conquista da proteção social, especialmente para aqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.⁷

O período da Modernidade⁸ tem se caracterizado pela posição que o mercado assume perante o indivíduo e suas necessidades. Nesse contexto o capital entende que o mercado é o principal canal de suprimento das necessidades do indivíduo, cabendo a este o esforço individual e a competição para ser inserido e acumular riqueza.

Na contramão deste processo estão os indivíduos em estado de exclusão social. Para Castels (1997)⁹ a exclusão social não é um fenômeno isolado das relações sociais; este processo pode ser identificado a partir de uma série de rupturas, atingindo os sujeitos que estão em estado de vulnerabilidade. Visando enfrentar a exclusão social, algumas alternativas têm sido construídas; no entanto, estas têm se constituído em intervenções pontuais que não garantem a inclusão destes sujeitos. Segundo Castels, as respostas encontradas tendem a ser localizadas no espaço e no tempo, visando enfrentar uma vulnerabilidade específica do indivíduo, ou seja, respostas pontuais num momento de crise, e não formas amplas que visam prevenir ou antecipar situações sociais, a partir de políticas sociais, especialmente públicas e universais. Logo, “o excluído é de fato um desfilado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de desequilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTELS, 1997, p. 22).

A Constituição federal brasileira de 1988, em seus artigos 203 e 204, e a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), definem a proteção social, mais especificamente pela via da assistência social como direito universal do cidadão e dever do Estado.

Potyara (1996, p. 62), discutindo a política de assistência social no Brasil, afirma que, apesar destas estarem asseguradas por Lei, estão atreladas ao projeto neoliberal, em virtude do qual o Estado tem realizado severos corte nos gastos sociais,¹⁰ ou seja, o Estado se retira da responsabilidade de promover as políticas sociais públicas e este passa a se responsabilizar pelos mínimos sociais, transferido-as à sociedade civil, especialmente com a reedição da filantropização,¹¹ cujo campo empresarial vem assumindo este discurso. Potyara (1996) acredita que este processo tende a garantir uma prática social mais assistencialista, já que estes

⁷ Para aprofundar esta análise sugerimos ANTUNES, R. (1995); NETO, J.P. (1996).

⁸ Para ampliar esta discussão sugerimos HARVEY, D. (1992).

⁹ Ver Robert Castels (1997), especialmente no capítulo “As armadilhas da exclusão”.

¹⁰ Ver LESBAUPIN (organizador) (1999).

¹¹ Ver Montano (2002). *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

serviços assumem a direção do não-direito, tornando as políticas sociais compensatórias e focalizadas, e servem para ajudar os pobres a enfrentar um estado de vulnerabilidade específica, ou a uma adversidade temporária.

Torna-se necessário definir exclusão e inclusão social, visando traçar, em linhas gerais, o perfil daqueles que estão contemplados pelas políticas sociais, bem como daqueles que são os despossuídos de direitos essenciais à sobrevivência humana. Segundo Carvalho, “[...] a exclusão social significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes sócio-relacionais, ficando o (indivíduo) imerso na precariedade de vida que não permite a realização humana” (2002, p. 48).

A Constituição federal de 1988 estabelece os princípios da cidadania ampla. No entanto, o processo de inclusão social configura-se pelo atendimento às necessidades básicas de sobrevivência humana.¹² Atualmente as políticas sociais que efetivam o atendimento aos segmentos sociais empobrecidos podem ser implementadas tanto pelo setor público governamental como não governamental, as ONGs, voluntários, terceiro setor, enfim, pela sociedade em geral. Porém, a ampliação destas instituições não governamentais contribui para diminuir a intervenção do Estado na área social. Assim, as políticas se tornam fragmentadas, focalizadas e visam amenizar os problemas de forma emergencial com políticas sociais descontínuas, caracterizando-se como instrumentos compensatórios. No quadro a seguir podemos visualizar a natureza das instituições pesquisadas, onde prevalece as instituições privadas/filantrópicas e as ONGs no desenvolvimento de programas sociais.

Tabela 1 - Natureza jurídica das instituições sociais pesquisadas

Natureza	Frequência	%
Pública	1	12,5%
ONGs	5	62,5%
Total	9	100%

Fonte: Instituições pesquisadas na cidade de Vitória

Do total de instituições visitadas, que correspondem a nove instituições, cinco destas são ONGs ligadas à filantropia, que são reconhecidas como agentes de educação profissional e, por conseguinte, tendo competência para a gestão de projetos de trabalhos educativos voltados para adolescentes, através de parcerias com empresas. Quanto às demais instituições, três são de caráter privado/filantrópica e uma pública em âmbito municipal.

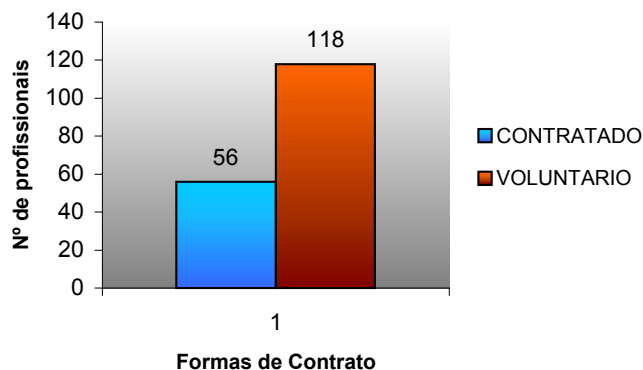
Percebe-se uma heterogeneidade/diversidade em relação à estrutura organizacional. Do ponto de vista da responsabilidade social pela implementação das políticas sociais voltadas para a relação educação/trabalho, nota-se participação

¹² POTYARA; PEREIRA. *Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

expressiva das instituições filantrópicas e das organizações não-governamentais, diante do retraimento do Estado.¹³

Quanto à contratação e à qualificação dos profissionais nas instituições pesquisadas, nota-se que todas possuem, no mínimo, um técnico de nível superior. Estes são, principalmente, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e administradores. Apresentando maior incidência de contratados os assistentes sociais, seguidos dos administradores. Isso demonstra que há uma tendência de qualificação dos programas, através da contratação de profissionais para o desenvolvimento das atividades.

Figura 1 – Formas de inserção dos profissionais nos programas



Fonte: Instituições pesquisadas na cidade de Vitória

Em relação à forma de inserção dos profissionais nos programas, conforme a tabela acima, nota-se um número significativo de profissionais voluntários em relação aos contratados. Os voluntários estão presentes em sete das nove instituições pesquisadas. Pensar as políticas sociais como direito significou um avanço em relação à concepção dos serviços sociais como caridade e bem-estar. Logo, desenvolver o trabalho na área social com base na filantropia tende a ser um retrocesso diante das conquistas realizadas com a Constituição federal de 1988. Outro aspecto refere-se à qualificação dos voluntários. É certo que apresentam compromisso pessoal e social, mas isso não significa necessariamente que possuam qualificação profissional. Além disso, o fato de serem eles voluntários impede que as instituições às quais estão ligados exijam sua permanência nela até a conclusão das atividades começadas. Nem sempre essas instituições poderão contar com eles nas tarefas de elaboração de propostas, avaliação e monitoramento dos programas.

Quanto à contratação dos profissionais para atuarem nos programas/projetos na área da educação/trabalho, verificamos que estes são em número insuficiente para a realização adequada do trabalho. Entre os profissionais contratados, há um total de

¹³ Aprofundar tal discussão da participação das ONGs e entidades filantrópicas na área social em QUIROGA, Ana. *Praia Vermelha: estudos de políticas e teoria social*. Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social - Vol 1, n.1 (1997) – RJ: UFRJ. Escola de Serviço Social, 1997.

12 assistentes sociais, 4 pedagogos, 4 psicólogos e 11 administradores de empresa e educadores sociais.

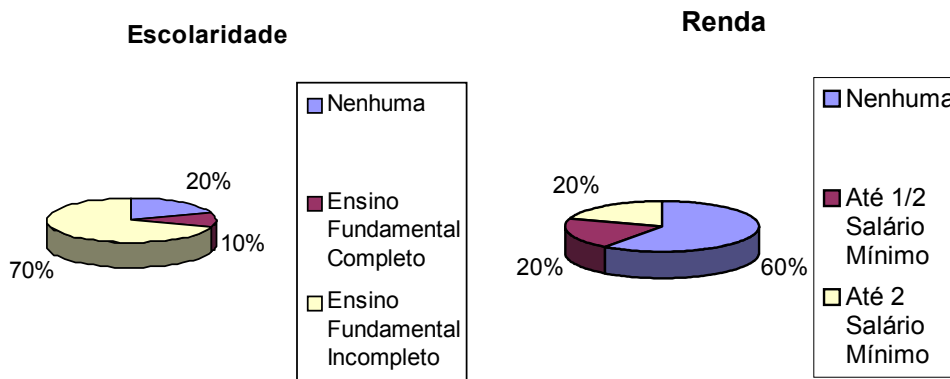
Na visão liberal, a exclusão de indivíduos e grupos do acesso a bens e serviços e de seu usufruto não é, propriamente, um problema social, mas individual, na medida em que, de acordo com essa concepção, a exclusão deriva de dificuldades de ordem pessoal e moral, principalmente a dificuldade do indivíduo de competir e se inserir numa economia de mercado.

Segundo Carvalho, os processos de exclusão social se dão pela via da vulnerabilidade do trabalho, decorrente da ofensiva do capital no programa estratégico de ajuste que constitui uma nova organização/desorganização do mundo do trabalho, fundada na flexibilização, na fragmentação e na exclusão social. Desta forma, os excluídos não estão fora da dinâmica da economia, da dinâmica do capital, visto que, de maneira marginal, o grande contingente de excluídos, perversamente, é incorporado ao consumo capitalista através de formas incipientes de trabalhos pontuais, itinerantes, extremamente precários. Daí o freqüente envolvimento desses segmentos com a rota do tráfico, a violência, a prostituição, vivendo no seu limite, numa situação de desamparo social, de ruptura de laços sociais (CARVALHO, 2002, p. 48).

De forma equivocada os direitos dos incluídos são vistos como benesses, e estes se contentam com ações precárias e se tornam agradecidos. Quanto aos excluídos, vão sobrevivendo sem direitos, sem trabalho e conseqüentemente com baixa perspectiva de inclusão social.

Os mínimos sociais, que foram estabelecidos pela LOAS/93 para atender as necessidades básicas, objetivamente contribuem para alargar os processos de exclusão para inclusão, tendo em vista a organização dos programas destinados a este segmento social. No entanto, o número total de necessitados supera a capacidade de absorção dos programas, na medida em que os recursos institucionais não viabilizam a inclusão nos programas sociais de todos os excluídos, criando-se assim critérios de elegibilidade.

Figura 2 - Critérios de inclusão nos programas



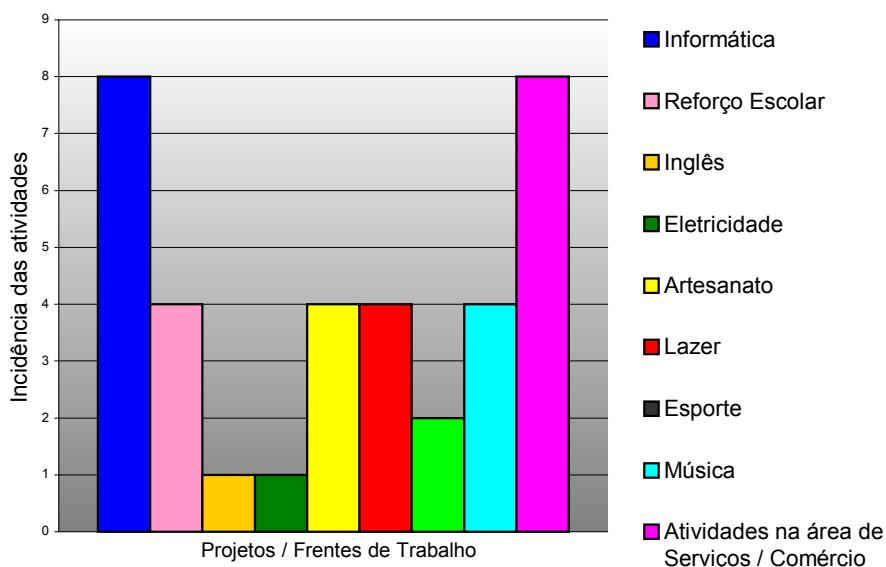
Para Potyara (2002), há de se estabelecer a diferença entre mínimos e básicos sociais, em função de estar o mínimo relacionado a menor, enquanto básico tem conotação mais abrangente, podendo ser o caminho para se chegar ao ótimo; ou seja, o atendimento às necessidades básicas torna-se uma estratégia para impulsionar o excluído a sair da situação de miserabilidade, enquanto os mínimos sociais colaboram com a sua sobrevivência.

5. A relação educação/trabalho: uma análise sobre o desenvolvimento de programas sociais na realidade de Vitória

Podemos observar, através dos dados levantados na pesquisa, que todas as instituições preocupam-se com o desenvolvimento da relação educação/trabalho. Tendo como base a coleta de dados efetuada nas nove instituições sociais, verificamos que são desenvolvidos dez projetos voltados para a capacitação e a inserção de adolescentes no mercado de trabalho, visto que em uma das instituições existem dois projetos nesta direção. As demais têm somente um projeto. Porém, pudemos constatar que tal preocupação ainda se reduz à matrícula escolar e à capacitação para o trabalho. Tal reducionismo refere-se a duas dimensões visíveis hoje na área social. O gasto social ainda é reduzido para os projetos sociais e o número de funcionários contratados é extremamente precário, prevalecendo os trabalhos voluntários, como vimos anteriormente.

Pudemos observar que o desenvolvimento da relação educação/trabalho nas instituições pesquisadas se dá através de diversos projetos ou frentes de trabalho voltados para várias áreas, porém o que mais se destacou foi a capacitação para o mundo do trabalho. Desta forma, as instituições pesquisadas realizam diversos cursos visando atender aos adolescentes, os quais destacamos na tabela a seguir.

Figura 3 – Atividades / cursos oferecidos aos adolescentes



Numa perspectiva ampla da relação educação/trabalho esta não pode ser reduzida ao processo de matrícula escolar ou aos cursos de profissionalização, que são uma etapa do processo de formação. Nessa perspectiva o trabalho não serve apenas aos interesses do mercado, mas constitui também um elemento educativo, de formação para a vida. Os adolescentes tornam-se sujeitos neste processo. Como já dito em Kuenzer (1997) e Frigotto(2001), a formação dos jovens envolve uma dimensão histórico-crítica que lhes possibilita ser sujeitos na sociedade, tanto no aspecto político como produtivo. Logo, a escola também cumpre um importante papel. É necessário redimensioná-la nesta perspectiva ampla da relação educação/trabalho, atribuindo aos jovens a capacidade de criação, de tomada de decisões, de construção do conhecimento teórico-prático, incidindo sobre a própria realidade social na qual estes segmentos estão inseridos.

A relação trabalho/educação nesses projetos tende a focar o trabalho como um fim em si mesmo, acarretando o aprofundamento da distância entre ensino escolar e ensino profissionalizante. Desta forma, a inevitabilidade do trabalho para jovens pobres parece retomada com a máxima de que “o trabalho é a melhor escola para os pobres” (MACEDO; SALGUEIRO, 1999, p. 89).

Outro elemento importante a ser considerado na relação educação/trabalho é a questão da educação pública que hoje serve aos adolescentes brasileiros das camadas empobrecidas. A escola pública voltada para estes segmentos da sociedade precisa ser melhor preparada para responder a realidade da população a que serve, visto que seus conteúdos tendem a ser formais e distantes da articulação das dimensões da cidadania e da profissionalização. Logo, as escolas reduzem-se, e de forma precária, para a inserção destes segmentos ao mercado de trabalho.

Desde o momento em que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de longa duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos. (FRIGOTTO, 1998, p. 12)

Podemos afirmar que, diante das legislações em vigor, houve avanço quanto à inserção dos adolescentes nos programas sociais, na medida em que se estabelece como exigência para participação dos programas a vinculação dos adolescentes ao ensino fundamental ou médio. Tal avanço não pode ser configurado como relação educação/trabalho, mas sim uma das dimensões que contribuem para a efetivação desta relação. E neste aspecto podemos perceber, de acordo com os dados levantados, que o público alvo atendido compreende adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos e que estão cursando no mínimo o ensino fundamental.

Tabela 2 – Caracterização dos adolescentes atendidos nos programas - 2003

Instituição	Nº de adolescentes atendidos	Faixa etária	Nº de adolescentes inseridos na escola	Nº de adolescentes inseridos em atividades laborativas
Instituição A	174	14-18	174	-
Instituição B	488	15-17	488	488
Instituição C	15	16-18	9	15
Instituição D	453	16-18	453	453
Instituição E	11	12-18	9	4
Instituição F	322	16-18	-	-
Instituição G	55	12-17	55	4
Instituição H	241	14-17	241	241
Total: 09 instituições	1.759		1.429	1.205

Fonte: Instituições pesquisadas na cidade de Vitória (junho/julho 2003)

No que se refere ao número de adolescentes inseridos em atividades laborativas, a Instituição A apresenta ausência de dados, pois sua preocupação central é o desenvolvimento de cursos profissionalizantes, numa parceria com outras instituições que têm por responsabilidade a inserção dos adolescentes nas atividades laborativas. Quanto à Instituição F, pudemos observar que ela se volta estritamente para o desenvolvimento de cursos de capacitação para o mundo do trabalho, que não exigem vínculo escolar nem se preocupam com a inserção dos adolescentes em atividades laborativas.

Em Vitória, o trabalho do adolescente se caracteriza por diversas formas diagnosticadas por relatórios da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), reuniões do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Como nos Conselhos de Direito e de Assistência Social, estas instâncias visualizam o trabalho do adolescente na cidade, desde ilegal e exploratório, até educativo e emancipador. Percebemos que as instituições pesquisadas vêm buscando desenvolver atividades que apontam para esta dimensão do trabalho como princípio educativo, porém várias limitações já apontadas anteriormente, como redução de recursos, limitação do quadro de técnicos, vêm dificultando o desenvolvimento das atividades nesta direção.

Quanto ao financiamento dos projetos, podemos perceber que estes têm origem diversificada: recursos próprios, convênios firmados entre as entidades e as empresas, e num segundo nível de incidência os recursos provêm de convênios públicos e doações. Uma das instituições não depende de verba direta do governo para desenvolver seus programas, pois é auto-sustentável; recebe forte apoio patrimonial de sua mantenedora, ligada a uma instituição religiosa, além de toda a infra-estrutura administrativa. Outra instituição de forte expressão no campo da educação/trabalho se mantém com as taxas cobradas nos cursos de aprendizagem profissional oferecidos por ela e com o recolhimento/arrecadação do comércio.

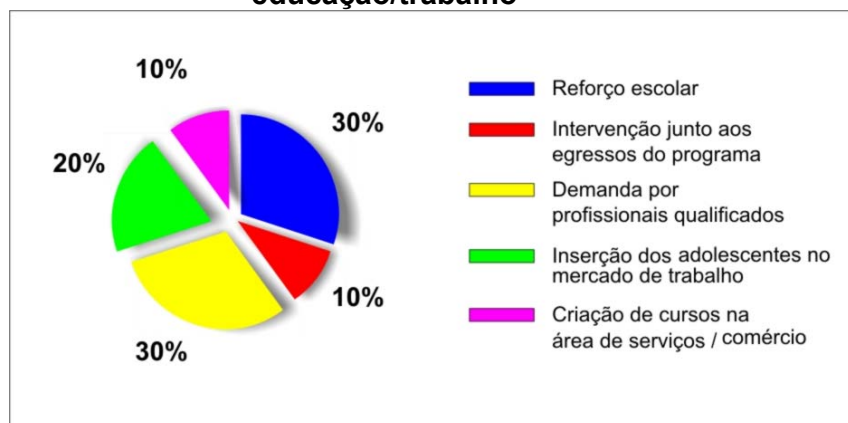
Tabela 3 – Financiamento dos programas sociais

Fontes	Incidência dos recursos
Recursos Próprios	5
Convênios Privados	5
Convênios Públicos	4
Doações	4
Sócios	1

Fonte: Instituições pesquisadas na cidade de Vitória

Esta diversificação da origem dos recursos institucionais para o desenvolvimento das atividades faz parte de um novo quadro que vem se configurando na realidade brasileira e toma particularidades nas instituições pesquisadas. Tal situação expressa o papel que essas instituições sociais (sejam elas ONGs, instituições filantrópicas ou privadas) vêm assumindo na implementação de serviços sociais perante o atual quadro de retraimento do Estado na área social,¹⁴ verificando-se que tal diversidade de recursos provém do Estado, mas também de várias outras fontes. Logo, percebemos que nesta lógica o Estado vem se distanciando de suas responsabilidades de financiamento e implementação no campo social, preferindo transferir essas responsabilidades a tais instituições.

No que se refere à análise dos dados, percebemos que, dentre as nove instituições avaliadas, seis apresentaram como demanda institucional na relação educação/trabalho a necessidade de maior investimento de recursos que possibilitem dar conta deste processo de aprendizagem. Tal demanda, expressa por um número significativo de instituições visitadas, reforça o que foi destacado anteriormente, quanto à redução da relação educação/trabalho à matrícula escolar e à preparação para o mercado de trabalho. Conforme tabela abaixo podemos visualizar as principais demandas institucionais.

Figura 4 – Demandas institucionais mais apontadas na relação educação/trabalho

Fonte: Instituições pesquisadas na cidade de Vitória

¹⁴ Diante da atualidade do tema das novas formas de financiamento e gestão de políticas sociais nos pautamos em vários artigos que apontam tal preocupação. Ver os artigos que se encontram na revista *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Vol. 1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-graduação, 1997.

Outro dado significativo que expressa como vários destes programas voltam-se para as camadas mais pobres, refere-se ao processo de seleção para inserção nos programas que visam à relação educação/trabalho. Tais critérios de elegibilidade variam de acordo com o projeto. Porém todos exigem renda familiar de no máximo dois salários mínimos, com exceção de uma instituição, que atende a Lei nº10.097/2000 (aprendizagem), cujo processo de seleção é realizado pela empresa, sem exigência de critérios de inserção.

O processo de investigação pautado na análise das instituições sociais que desenvolvem programas sociais visando à relação educação/trabalho nos levou a identificar a necessidade do aprofundamento teórico-metodológico, a partir de três categorias de análise: o papel do Estado, as novas configurações das políticas sociais, particularmente a política de assistência, e a análise da perspectiva da relação educação/trabalho nos programas sociais. Resgatar tais dimensões significa possibilidade de entender o atual quadro das instituições sociais e os desafios impostos por essa realidade.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo impõe novas determinações ao campo das políticas sociais e um reordenamento dos programas sociais. Os espaços das instituições sociais apresentam um grande potencial na direção da relação educação/trabalho, tendo em vista que estas instituições ocupam um lugar privilegiado na construção e implementação de programas que visem à relação educação/trabalho.

Analisar tais programas nos possibilitou perceber seus limites e possibilidades. Se, por um lado, tais projetos representam um avanço em relação à proteção social dos adolescentes, na medida em que se estabelece a relação educação/trabalho, por outro, ainda se verifica uma entrada precoce de jovens no mercado de trabalho, com baixa qualificação profissional; o que tende a reforçar a incorporação de uma mão-de-obra barata ao capital, na medida em que as classes subalternas necessitam da inserção de seus filhos no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar. Logo, estes programas podem tornar-se um mecanismo de reforço da precarização do trabalho. Portanto, esta pesquisa nos possibilitou identificar as principais lacunas existentes nos programas sociais que atuam nesta dimensão, vislumbrando novas possibilidades, como a provável capacidade de tais programas de vir a consolidar a efetiva relação educação/trabalho, ou seja, tendo o trabalho como um princípio educativo, na articulação da dimensão produtiva e da cidadania.

Percebemos que as lacunas identificadas nos projetos que visam à relação educação/trabalho referem-se, primeiramente, à concepção desta relação, que está reduzida à preparação para o mercado. Ainda que esta seja uma das dimensões a ser considerada no atual quadro da sociedade capitalista, não podemos reduzi-la sem considerar a necessidade de formar sujeitos sociais conscientes, capazes de construir respostas aos desafios colocados no contexto atual.

Outra dimensão levantada na análise dos problemas enfrentados nos programas sociais que visam à relação educação/trabalho volta-se para o financiamento das políticas sociais, especificamente as novas configurações do Estado na sua implementação e no seu financiamento. As fontes de recursos do Estado vêm diminuindo e sua responsabilidade de financiamento na área social vem sendo

repassada para a sociedade civil e o setor privado. O que tem significado uma precarização dos projetos sociais e um comprometimento da relação educação/trabalho, visto que tais projetos são desenvolvidos a partir de recursos institucionais que provêm da filantropia, conforme os dados levantados anteriormente.

Associado a esta dimensão verifica-se também que no quadro de profissionais das instituições há bem mais voluntários do que técnicos contratados. Isto leva a descontinuidade dos projetos e precarização de sua implementação, visto que as propostas de trabalho atendem parcialmente as demandas sociais dos programas na sua dimensão ampliada, a partir da competência teórica, política e técnica que contribuam para o desvendamento da realidade social, elaboração e gestão de projetos sociais, articulação política com outras instituições, captação de recursos para ampliação dos serviços sociais.

Esta pesquisa, ao traçar um panorama de como efetivamente vêm sendo desenvolvidos os programas sociais voltados para a relação educação/trabalho, contribuiu para a compreensão desta realidade social na qual os assistentes sociais estão inseridos. Apontamos também a necessidade de maior investimento nas instituições sociais de Vitória para auxiliar na construção e na implementação dos programas sociais, visando à ampliação da dimensão da relação educação/trabalho. Portanto, o conhecimento desta realidade nos impõe novas exigências e desafios para repensar o processo de inclusão social dos adolescentes, tendo como horizonte o trabalho como um princípio educativo.

Tendo em vista as lacunas identificadas na realidade social dos referidos programas, torna-se necessária a efetivação de políticas públicas, cuja função cabe ao Estado, que contribuam para o desenvolvimento dos programas nas várias instituições sociais de Vitória, considerando que a destinação dos recursos públicos para esta área pode produzir resultados mais eficazes e, assim, alterar o quadro da realidade social na área da educação/trabalho. Assim, busca-se a ampliação dos serviços sociais a partir da consolidação das políticas sociais visando mobilizar a rede de instituições sociais que desenvolvem programas nesta perspectiva.

Articulada a este processo de utilização qualificada dos recursos públicos apontamos a contratação de profissionais efetivos como medida importante para implementar programas e projetos sociais que levem em consideração: o perfil da população, a continuidade do trabalho evitando a sua fragmentação, a identificação das demandas sociais, a capacitação continuada dos profissionais das instituições.

Outro aspecto a ser considerado se refere ao impacto que os programas sociais têm sobre o processo de formação dos adolescentes. O desenvolvimento de trabalhos socioeducativos com os adolescentes que fazem parte dos programas institucionais a partir da relação educação/trabalho também é outra direção a ser tomada. A capacitação dos profissionais envolvidos no desenvolvimento dos programas e projetos através da compreensão da relação educação/trabalho visa a contribuir na reorganização dos projetos implementados.

Finalizando, neste estudo objetivamos desenvolver uma sistematização da prática nas instituições sociais voltadas para a implementação de programas na perspectiva

da relação educação/trabalho. Buscamos, assim, contribuir para a produção do conhecimento, visando à reorganização das propostas de trabalho nesta área. Reconhecemos os vários limites sociais e institucionais que perpassam as políticas sociais na realidade brasileira e, particularmente, a capixaba. Porém, perante o compromisso das instituições sociais e os sujeitos envolvidos neste processo, vislumbramos várias possibilidades de ampliação e melhoria dos serviços sociais na perspectiva da educação/trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo editorial / Coleção Mundo do Trabalho, 3. ed., 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2 ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: Senado, 1993.

CARVALHO, Alba Maria P. de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v. 6, n. 1. 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DRAIBE, Sônia. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. In: **Ciências Sociais Hoje**. Vértice/ANPOCS, 1989.

GARCIA, Joana. A filantropia empresarial – ou de como transformar o negócio em social. **Revista Praia Vermelha**: estudo de políticas e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, n. 5, 2001.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, p. 70-71, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Ed.Loyola, 1992.

MACEDO, M. A. De; SALGUEIRO, M. F. D. P. Inserção de adolescentes no mercado de trabalho – uma análise de experiência no Rio de Janeiro. In: **O Social em Questão**. v. 3 -, n. 3 -, 1999. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1991. (Biblioteca da educação. Série 1; v. 5.)

MONTAÑO. Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NOBUCCO, Kameyama. A nova configuração das políticas sociais. In: **Revista Praia Vermelha** – Estudo de políticas e teoria social. Rio de Janeiro, UFRJ. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, n. 5, 2001.

OLIVEIRA, Oris de. **O trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994.

OLIVEIRA, Edistia Maria A. P. de. **O único caminho para mim é aprender a trabalhar**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1994.

PEREIRA. Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

SPINDEL, Cheywa R. **Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEMINÁRIO NACIONAL PELA CIDADANIA DOS ADOLESCENTES – Adolescência, Escolaridade, Profissionalização e Renda, 2002, Brasília. Ed. Pesquisa/redação: Ação educativa, 2002. Impressão: CG Graphics Comunicação Visual.

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: O GRANDE DESAFIO DE NOSSO TEMPO

Raquel de Matos Lopes Gentili¹

1. Introdução

Os debates sobre as políticas de segurança pública, assim como os das lutas em defesa dos direitos humanos têm em comum a questão da violência. Mas tais debates não se constituem em tarefa fácil, tampouco tem sido suficiente a reafirmação das teses de que aos cidadãos cabem os direitos e ao Estado os deveres de cidadania.

A dinâmica social, em tempos de globalização, tem transformado muito rapidamente as relações sociais, e seus feitos são de tal monta, que, às vezes, tem-se a impressão de que quanto mais a civilização avança nos feitos científicos e tecnológicos, mais as relações entre os homens parecem conduzir a uma nova barbárie.

A violência está presente no cotidiano doméstico, de trabalho e nas mais diversas manifestações da vida social. Os jornais relatam cenas comuns, cujos embates cotidianos e desavenças geram conflitos, os quais parecem não suportar mais a mediação das diversas formas de comunicação até agora construídas. Parece que, de repente, todo tecido social se esgarça e a articulação da ordem se rompe.

Mais que uma questão referente a afetos e ódios pessoais ou ao esgarçamento das relações sociais, a violência, nos dias atuais, atravessa diametralmente a sociedade contemporânea, carregando novos significados. Um dos mais elementares direitos consagrados pela modernidade – o direito à vida – tem sido ameaçado por toda uma teia de relações que articulam as novas expressões de identidade individual e social. Cada vez mais absoluto, o mercado generaliza, inclusive, as relações sociais e as trocas simbólicas.

A condição do homem na sociedade moderna, que vem se transfigurando desde o seu advento, alterou substancialmente a relação entre as pessoas, bem como a tolerância em relação às diferentes formas, graus e práticas de violência. Entretanto, tais representações não impediram que também aumentem a sensação exposição às mesmas.

Ítalo Calvino (1990) descreve a condição moderna como se a vida transcorresse como “um anel mágico e vazio” que liga uns acontecimentos a outros na corrida de um desejo em direção “a um objeto que não existe”. A sociedade contemporânea está marcada pelo ritmo alucinante das inovações. Rapidez, concisão, turbilhão de imagens e de pensamentos e acontecimentos parecem não ter fim. Não há tempo para amadurecerem sentimentos e idéias.

¹ - Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Texto elaborado para ser apresentado ao Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – agosto de 2004

Toda vida se organiza impacientemente e isso resulta em *contingência efêmera*. A sensação de *risco* nessa *contingência* também se amplia pelo sentimento de insegurança provocada pela violência, pois a qualquer momento a vida pode ser interrompida por qualquer banalidade.

Condição moderna, vida efêmera e sensação de risco são os aspectos sobre os quais pretendo refletir, realizando uma aproximação teórica que articule alguns aspectos sobre a manifestação do fenômeno da violência, examinando como determinadas condições e mecanismos macro-sociais parecem favorecê-la. Serão exploradas algumas relações entre tais condições, a subjetividade emergente e a mortalidade juvenil nos dias atuais.

1 – Condições gerais na produção da violência

Um dos grandes desafios de nosso tempo reside na necessidade de entender o que há de novo nas formas violentas com as quais os homens se relacionam em seu cotidiano. Agentes e vítimas, envolvidos nas mesmas relações sociais, se incorporam aos processos que reproduzem a vida, o lucro, a competitividade, assim como a ambição e os sonhos por dias melhores.

Em sua análise sobre as raízes da violência, Ianni (2003) concebe a violência como uma força propulsora da “destruição criativa” que move, destrói, manipula, orienta e reorienta forças produtivas tradicionais, como capital, trabalho, tecnologia, mercado, planejamento, governos, classes sociais, valores simbólicos e culturais.

Em termos macro-sociais, a lógica que leva à fabricação de riqueza, à produção de bens sociais e de bens culturais e à integração social também favorece o surgimento de desigualdade, desintegração, diversidade, tensões e exclusões. Cria fruição e desencanto. Comércio, indústria, serviços, transporte, lazer, festividade, beleza, conforto e qualidade de vida convivem paralelamente, na mesma sociedade que gera a exclusão, desigualdade, criminalidade, terrorismo etc.

Para o autor, a forma como a violência aparece nas atuais relações entre Estado e sociedade tem levado a implicações teóricas e práticas complexas, que comprometem interesses econômicos e políticos legítimos das nações. Tal comprometimento se dá, por exemplo, pelo desmantelamento de projetos nacionais; pela desarticulação da sociedade civil consigo mesma; e pela *despolitização* de questões centrais para a vida de indivíduos e coletividade, como, por exemplo, a da formação da opinião pública.

Nesse sentido, Zaluar (1998) aponta ainda a fragilização das formas de cooperação e mutualismo, desrespeito ao direito alheio e dificuldade de solução de conflitos pela mediação da Lei e das normas civilizadas.

A violência dá materialidade a intolerâncias de diversas procedências: – nacionalidade, classe, gênero, etnia, lingüística e religiosa – e atinge os diferentes segmentos sociais. Desnudados, por meio de suas vítimas, os agentes que operam sua selvagem cadeia da violência, desconhecem nações, legislações alfandegárias, comerciais, financeiras, tributárias, trabalhistas, sociais e civis.

Até meados do século xx, as desigualdades sociais eram reconhecidas como condições que autorizavam e legitimavam outras representações sobre violência. Estas, porém, consideradas *positivas*, foram associadas à idéia de *revolução*, *liberação* ou mesmo de “justiça social auto-gerida por setores populares” (MARTUCELLI, 1999). Hoje, findas as referências utopistas que se encontravam em sua origem, as desigualdades permanecem e, apesar de perturbadoras e sediciosas, parecem invisíveis. Para a maioria das pessoas, a violência possui apenas a face mais óbvia e imediata, como ferimentos e mutilações de corpos.

Contemporaneamente, a violência revela-se como sofisticada expressão da barbárie que se volta contra as conquistas políticas, sociais, morais e estéticas da civilização recente. Está completamente ambientada na vida contemporânea e se materializa nas diversas formas de criminalidade, estampada diariamente nos jornais de todo o mundo. Não se trata de um fenômeno local ou nacional.

No Brasil, encontra-se imiscuída na maioria dos flagelos que afligem a atual juventude, como drogadição, criminalidade, acidentes de trânsito; sobrecarrega as mulheres no campo das relações familiares e de trabalho e vitimiza de forma fatal os homens. Os mecanismos que podem ser associados à sua origem são complexos e difíceis de controlar. Estabelecer evidências empíricas para evidenciar como essas relações ocorrem, tem sido um desafio para muitos pesquisadores.

A violência tanto significa condição como efeito de processos destrutivos e anti-sociais, que parecem minar cada vez mais as diversas formas de cooperação. Sendo a violência um fato multideterminado, trata-se de um drama muito complexo que atravessa sujeitos e sociedades. Interfere na economia, nas finanças, na vida social, na cultura. Atinge, inclusive, as novas expressões da subjetividade. Expressa toda uma civilização que convulsiona, em crise, nas mais diversas formas. Em âmbito planetário, o que não diminui sua dimensão local.

Mas não se trata de um fenômeno novo. A própria Bíblia, livro arquetípico da civilização ocidental, está repleta de narrativas de violência. Subjacentes a qualquer relato histórico dos homens existem feitos trágicos marcados pelo uso social e político da violência. A história da humanidade é relatada a partir de episódios violentos, como guerras, usurpações, saques e violações de toda ordem.

Trata-se de um campo onde se materializam, em ato, formas complexas das contradições e desigualdades entre poderes e forças humanas e sociais, por meio das quais pessoas, segmentos sociais ou instituições submetem de forma cabal o *outro* (diferente, rival, adversário, inimigo).

Arbitrária, trafegando num limite tênue, difícil e imprevisível de controle entre meios e fins, a violência pode potencializar a autoridade, o poder, o vigor e a força natural para subjugar pessoas, mas nunca poderá substituí-los propriamente (ARENDR, 1970).

O recurso de uso, seja pela forma legítima do Estado (aparatos de repressão), seja no atendimento a interesses privados, expressa a falência da autoridade, da política

e do poder, no caso do primeiro, e a negação da mediação das linguagens, das formas de comunicação e trocas simbólicas, em ambos.

A cada tempo, as sociedades se depararam com as mais variadas formas de violência, que explicitaram, de forma cruel, um conjunto de dramas humanos que atinge pessoas, classes sociais e nações inteiras em todo o mundo. Como expressão social ou política da agressividade humana, jogou um papel fundamental na estruturação da existência humana. Sendo manifestação de um dos impulsos básicos do homem, todo processo civilizatório pode ser visto da ótica de construção de estratégias para contê-la, discipliná-la e canalizá-la, possibilitando a manifestação das mais diversas formas de cultura, na acepção mais ampla que esse termo possa ter: artes, filosofia, ciências, tecnologias, legislações, costumes, tradições etc.

A formas atuais refletem as questões de nosso tempo. Não se refere a algo externo, fora da sociedade, que se encontra circunscrito a um *outro* que causa estranhamento. A qualquer momento, o vigor individual pode ser potencializado pelo recurso de um instrumento que transforma a *força das circunstâncias* (ARENDR, 1970) em arbitrariedade e violência. Basta para isso que se esteja exposto a uma área, situação ou atitude nas quais esteja presente o *risco*.

Para Martuccelli (1999), a violência constitui-se num dos *perigos* atuais, mas *sensação de perigo* na modernidade não está circunscrita a suas práticas *stricto sensu*. O indivíduo se sente exposto também a “novos perigos”, como riscos econômicos, tecnológicos, sanitários, entre outros. Cada vez mais a sociedade moderna se auto-representa como uma sociedade de riscos, que aumenta o sentimento de insegurança do indivíduo.

Situações como as que dão origem à corrupção de agentes políticos, movimentações financeiras ilegais, tráfico de drogas e armas, crimes contra vida e patrimônio etc. produzem sensações maiores ou menores de perigo, dependendo da percepção que o indivíduo possa ter sobre sua segurança individual ou social ou de como se sente em relação à sua inserção na sociedade. Tais situações ameaçam a sociedade como um todo, na medida em que não se reconhecem limites, fronteiras, responsabilidades cívicas, nem vidas humanas.

Recentemente têm sido publicados vários estudos que evidenciam a existência de uma economia ilegal associada a diversas manifestações da criminalidade. Constata-se que, mais difícil que conhecer os diferentes nexos de tais assuntos, tem sido controlá-los e combatê-los. Em entrevista recente ao jornal *Valor* (2004), Jean-Francois Thony, diretor de Assuntos Jurídicos do FMI, chama atenção para o risco que a economia ilegal acarreta para a *integridade* e *estabilidade* das instituições governamentais e financeiras, pela concentração de poder e riqueza que estas vêm acumulando.

Considerando os dados alarmantes divulgados pelas Nações Unidas sobre economia ilegal, a necessidade de intervenções dos países e de organismos internacionais, parece urgente. Cifras recentemente divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Comitê de Supervisão Bancária de Basileia informam que as operações ilegais do crime organizado constituem o *inimigo número um* deste início do século. Produz distintas afrontas à ordem social

constituída, dissemina uma cultura de violência e favorece o aumento da criminalidade letal.

Em relação ao montante de dinheiro movimentado, pode-se estimar uma variação entre US\$ 1 trilhão e US\$ 2,85 trilhões em todo o mundo. A variação pode ser mais ou menos elástica, conforme a perspectiva do analista; podendo chegar a corresponder entre 2% e 5% do PIB mundial (VALOR, 2004).

A economia ilegal possui uma logística complexa por transformar, por meio de operações contábeis diversas, os lucros ilegais em *dinheiro limpo*. Segundo as Nações Unidas, os cálculos para lucros globais de organizações criminosas transnacionais (incluindo tráfico de drogas, armas e outros) são da ordem de um trilhão de dólares, representando uma quantia equivalente ao Produto Nacional Bruto do grupo de países de baixa renda (com população total de 3 bilhões de habitantes).² Só a lucratividade do tráfico de drogas, em termos globais, poderia ser estimada em 3.000%, cujos “custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com distribuição (incluindo suborno) 3% em relação ao preço final da venda” (COGGIOLA, 1996, p. 45). A economia ilegal, entretanto, não se restringe à narcoeconomia. Possui distintas procedências, incluindo o dinheiro derivado da fuga de capitais (envolvendo vários setores produtivos da economia, como os provenientes de contrabando de armas, grãos, produtos eletrônicos, matérias-primas para a fabricação de armas nucleares e outros), assim como os derivados de serviços freqüentemente controlados por *máfias* (prostituição, hotéis, bingos, jogos de azar, casas de câmbio, tráfico de crianças e de órgãos humanos etc.) (MACHADO, 1996).

Fajnzylber (2000) no estudo *Determinantes Econômicos da Criminalidade*: notas para uma discussão, observa que a existência de altos índices de criminalidade gera um alto custo econômico, que onera muito os governos. Além de os gastos com políticas de segurança estarem crescendo (inclusive nos países desenvolvidos), existem outros gastos com saúde e com o desperdício das vidas perdidas que são derivados desse processo. Segundo o autor, além desses, é necessário considerar os custos intangíveis da criminalidade sobre o investimento, a produtividade, a acumulação de capital humano e social, redução da qualidade de vida etc.

2 – A produção da subjetividade em face da violência atual

A imprevisibilidade, uma característica da sociedade moderna, que parece ter se generalizado para todas as relações atuais, tanto econômicas, como espirituais, transformou radicalmente os códigos comunicativos societários em escala planetária, acelerados, principalmente, pelas possibilidades da sociedade informatizada.

As incertezas e a agitação da sociedade atual tornaram “a era do capitalismo” uma época sem precedentes. Nele todas as relações consagradas pelo tempo, crenças e opiniões estabelecidas foram alteradas. São testemunhas de um tempo que surpreendeu pela rapidez como as idéias e valores se volatilizam e envelhecem.

² - Reportagem do encarte EU & FIM DE SEMANA do jornal *Valor*, de Vasco Freitas Jr., “Os trilhões do crime organizado”, de sexta-feira e sábado, 30 de abril e 1º de maio de 2004, traz dados recentes sobre valores e atores do crime organizado a partir de entrevista realizada com autoridades financeiras de diversos organismos internacionais.

Essa percepção ficou consagrada na famosa formulação de que “tudo que é sólido desmancha no ar”³.

Uma das expressões do *risco moderno* aparece na transfiguração das relações entre o público em geral, os *sistemas peritos* e os *sistemas simbólicos* produtores de sentidos nas relações institucionais da modernidade. Apesar de tratada abstratamente pelos sistemas de comunicação ou de reflexão, a violência produz uma experiência irredutivelmente concreta.

As novas expressões simbólicas de liberdade parecem não mais se inserirem numa lógica ordenadora de escolhas e preferências. Alimentados pelos mecanismos do mercado, objetos e valores culturais são apresentados da mesma forma como as mercadorias em prateleiras de supermercado. Propaganda e publicidade organizam o consumismo, de forma que a identidade de consumidor sobrepuje a identidade de cidadão.

Na sociedade moderna, as trocas mercantis não se realizam apenas por necessidade material. Parecem estar sempre lembrando ao indivíduo que, sem seus artifícios (profusamente oferecidos, colados a novos significados), estaria destituído de condições mínimas de segurança emocional. Marx já chamara atenção para esse fenômeno na discussão do “fetiche da mercadoria” (1979).

Com o advento da globalização, as práticas competitivas ganharam relevo, e as relações da vida cotidiana e dos ambientes de trabalho atingem famílias, relações de amizade e de vizinhança. Os transtornos provocados pelas revoluções oitocentistas, e que marcaram o advento da era moderna, se intensificam com a globalização em face da rapidez alcançada pelas novas tecnologias de transporte e comunicação.

Em decorrência das interações do indivíduo nesse mundo novo, sua identidade realiza-se de forma instável, interferindo, inclusive, naquilo que ele reconhece como seu, assim como na produção de uma subjetividade submissa a *sintomas narcísicos*, caracterizada por representações que interiorizam e naturalizam injustiças e desigualdades, por concebidas como questões do “outro” e não do “nós”.

Costa (2003) entende que, numa tentativa de resguardar, antecipadamente, os resultados, o indivíduo se agarra ao que já conhece, na tentativa de evitar resultados inesperados. Ao fazer isso, sua ação no mundo tende a ser *repetitiva, previsível, sólida, invulnerável*, fixando-se em *identidades narcísicas*. Mantendo-se nesse estado de repetição conhecida, o indivíduo se submete a mecanismos poderosos, que funcionam como instrumentos de pressão sobre o consumo de mercadorias. Costa identifica esse processo como de *servidão voluntária*.⁴

A liberdade transformada em um grande e poderoso fetiche a todos submete indiscriminadamente. Nesse sentido, o modo de agir, sentir, pensar e desejar do indivíduo sobre as circunstâncias de sua vida depende de determinados fatores. Mercantilizam-se atos, serviços e fazeres da vida numa tentativa de resolver a

³ - Marshall Berman retoma a famosa formulação de Marx e Engels, em *O Manifesto do Partido Comunista* e demonstra como ela se constitui numa expressão síntese da sociedade contemporânea.

⁴ - COSTA, Jurandir Freire. *Não mais, não ainda: a palavra na democracia e na psicanálise*, 2003.

sensação de urgência para alívio do sentimento de solidão em meio à multidão, da falta de pertencimento a uma família, a um grupo de amigos ou mesmo à sociedade. Viver em liberdade de acordo com as circunstâncias, eis o custo que nem todos podem arcar.

Na cultura atual estão organizadas vivências que reforçam as identidades individuais, centradas em desejos particulares em detrimento das identidades coletivas, dando origem a fragilização de sentimentos de pertencimento das pessoas às instituições sociais. Essa realidade estabeleceu-se tão radicalmente que nenhuma instituição permaneceu incólume: classes, segmentos diversos, corporações, grupos primários e famílias foram atingidos pela dispersão e solidão decorrentes da multidão de indivíduos autocentrados.

A reversão desse quadro exige um esforço de reconstrução de novos sentidos para ações da vida pública. O esgaçamento das realidades, que provocaram a falta de interesse e investimento nas ações coletivas, demandam a elaboração de novas narrativas que re-signifiquem a produção da cultura, da política e dos afetos.

O ideal de liberdade como um “viver só e com privacidade” depositou na família o papel de construção das identidades coletivas, responsabilidades cívicas e de pertencimento social, para o qual já não consegue responder, uma vez que também foi atingida pela fluidez das novas relações.

A re-significação dos espaços públicos que se tem assistido nas últimas décadas, aniquilou referências de pertencimento que permitiam às pessoas se vissem como indivíduos-cidadãos de direitos de seu país, sua cidade, seu bairro, sua família. No cerne da crise contemporânea, uma questão afeta diretamente a juventude. Trata-se da deslegitimação da autoridade patriarcal do homem, sem que tenham sido satisfatoriamente resolvidos os problemas de educação e orientação das crianças e dos jovens. Ainda não se consolidaram os novos papéis familiares, porém a família encontra-se exposta às novas contingências competitivas, mercadológicas e de disputa de força e autoridade.

Na década de oitenta, uma geração após o movimento de emancipação feminina, a mulher consegue buscar sua sobrevivência na sociedade sem depender do homem provedor. Sua identidade não se determina mais em função de papéis femininos estabelecidos. As mulheres promoveram uma grande mudança social, que tem sido apropriada pelo capitalismo, e sua chegada no mercado de trabalho tem sido bem assimilada.

Isso, porém, não possibilitou uma emancipação equânime para mulheres de todas as classes sociais. No caso das mais pobres, principalmente, pagaram um preço alto ao sair de casa, sobretudo porque nem os homens, nem outras instituições sociais se ocuparam dos cuidados com a casa e com a família que tradicionalmente foram por elas realizados.

Ao ingressarem no mercado de trabalho conseguem obter ganhos que lhes permitem autonomia e emancipação em relação ao homem e passam a ter condições de realizar provimentos para sua família. Com isso se sobrecarregaram ou improvisaram ajuda dos próprios filhos pequenos ou dos avós.

A emancipação feminina também solapa a autoridade do homem como “chefe de família” ao ameaçar o lugar de único provedor econômico e cultural do grupo familiar. A autoridade deste passa a ser substituída pela de outro membro, geralmente da mulher, que passa a cumprir as obrigações coletivas, bem como os ritos decorrentes da autoridade familiar. Entretanto, segundo Guedes (1997), Sarti (1996) e outros, a autoridade masculina, nas camadas mais pobres da população, ainda se reafirma por meio de atividades que garantam e reafirmem seu papel como provedor da família.

Esse dilema mostra-se dramaticamente grave para jovens do sexo masculino que se encontram em situação potencialmente de *risco social*. Diante da ausência de um modelo de masculinidade, mediada pelo afeto e pela norma no interior da família, tal jovem pode sentir-se tentado a uma identificação com modelos masculinos mitificados, disponíveis nas figuras “poderosas” dos chefes do tráfico locais. São modelos de masculinidade que se afirmam pelo uso da força física, potencializada pela arma de fogo.

Para Zaluar (2002), a ocorrência das formas atuais de disseminação da violência entre homens jovens pobres e de baixa escolaridade reside no fato de possuírem estas poucas condições de competitividade em face do padrão atual de qualificação da mão-de-obra exigida para os *empregos formais*. Os jovens encontrariam na economia ilegal uma estratégia de acesso ao consumo e ao prestígio social, que de outra forma não conseguiriam, atraídos pelo mito moderno de obter riqueza e poder sem faina.

O *inculcamento* de valores de consumo de bens de luxo nas *identidades narcísicas* entre jovens parece ganhar força por meio das representações veiculadas pela cultura de massa e indústria de entretenimentos, que projetam e generalizam para toda a sociedade o modo de viver da elite, criando novos parâmetros externos de consumo que se oferecem como um objeto de desejo com uma força avassaladora sobre os jovens pobres.

Os maiores efeitos na elaboração da identidade juvenil nessa lógica são, de um lado, a inibição da capacidade de reflexão fora dos marcos da segurança da mesmice a que Costa se refere e, de outro, o a propulsão para rompê-los pelo atalho da ilegalidade.

Diferente do observado por Da Matta (1990), o “mundo da casa” não parece mais ter o significado de acolhimento e pertencimento de algumas gerações atrás. A família contemporânea já não tem conseguido oferecer suporte emocional e simbólico para seus membros. Assis (1999) já observara que a vida familiar, desde cedo, tem sido marcada pelo conflito. Não se pode generalizar em torno de um único padrão social para o mundo doméstico. Dilacerada pelas ambivalências que permeiam as relações geracionais e de gênero, a família nuclear deixou de ser um lugar idealizado de segurança, espaço de cooperação, de criação de laços de solidariedade e afetividade para milhares de jovens que se envolveram com a criminalidade.

Autores como Abramovay (1999) e Zaluar (1998) já demonstraram que as famílias desses jovens têm deixado importantes lacunas no processo de socialização, que, de alguma forma, são buscadas no espaço da rua. A história de muitos tem sido

marcada por conflitos, abandonos e omissões familiares. Para reafirmação da identidade buscam apoio, segurança e companheirismo nos grupos de amigos, mas o mundo formado pelas “galeras” é também de conflitos e ameaças.

No entendimento de Zaluar (1998), o dilaceramento das famílias, reforçado pela crise dos movimentos coletivistas, organizadores de identidades e de pertencimento culturais e de classe acarreta, na prática, um retrocesso no *processo civilizador*, que não estaria mais centrado em ações coletivas, organizadoras de interesses em comum, baseados no que Gohn (1995) denominou “força do princípio da solidariedade”.

A identidade deixou de ser construída a partir de referências compartilhadas pelas relações cooperativas geradoras de um pacto social em torno da “*ordem social*” e têm sido substituídas por hábitos e comportamentos que transformam as relações atuais num presente sem fim e num porvir destituído de virtudes generosas.

Mesmo assim, as representações idílicas da vida familiar como *locus* de sossego e despreocupação continuam existindo. Possivelmente ensejem um desejo renitente da alma humana de contar com um refúgio seguro no qual se proteja de conflitos e perigos.

3 – Determinantes econômicos e mortalidade juvenil

As reflexões teóricas anteriores ganham força quando associadas a indicadores produzidos pelos institutos de pesquisa oficiais, como Ipea, IBGE, Unesco. No caso da violência no Brasil para o período de 1980 a 2000, por exemplo, o IBGE identificou que 2,07 milhões de pessoas morreram por causas violentas isto é, em homicídios, suicídios, acidentes e outras causas não naturais, intrinsecamente associadas às condições que produzem a violência no país.

Nos últimos anos tem havido um volume crescente de mortes violentas. Em 1980 foram 13.910; em 1990 foram 31.989, e em 2000 chegou-se ao número de 45.343 pessoas. Nesses 20 anos, a taxa de mortalidade por homicídios no Brasil aumentou 130%, passando de um índice de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes. Segundo Celso Simões, demógrafo do IBGE, as altas taxas de violência estão associadas a altas taxas de desemprego.⁵

Cerqueira e Lobão (IPEA, 2003) e Coggiola (1996) parecem compartilhar de raciocínio semelhante. Os autores sugerem que não há como equacionar a questão da criminalidade sem que sejam superados os grandes problemas socioeconômicos, particularmente relacionados à desigualdade da renda e ao adensamento populacional, que criam um campo fértil para a expansão de *desajustes sociais*.

Está consagrado o reconhecimento de que os grandes problemas econômicos do país se relacionam tanto a altas taxas de desemprego, quanto à desigualdade de rendimento. Tal associação promove um profundo abismo entre os diferentes segmentos sociais, em decorrência das desigualdades de renda, que,

⁵ - Folha On Line. In: www.folha.br

inequivocamente, apontam para a existência de problemas sociais que precisam ser enfrentados e superados em vários campos da ação do Estado (aqui compreendido pelas esferas que constituem os poderes constituídos da República), bem como pelas intervenções da sociedade civil.

Em outro estudo, Mendonça, Loureiro e Sachsida, no texto “Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil” (IPEA, 2003), observaram que a *desigualdade social* é uma variável importante para se explicar o agravamento do fenômeno da criminalidade, porém tem sido difícil demonstrar os mecanismos pelos quais uma variável influencia a outra. Em seus estudos, destacam três aspectos que correlacionam desigualdade à criminalidade: a) a taxa de urbanização como forma de aprendizado ou entrada na criminalidade; b) a capacidade de consumo do agente econômico; c) o grau de insatisfação do mesmo em relação ao consumo (decorrente da diferença entre um nível referencial posto de forma exógena e aquele que sua renda permite alcançar) e, ainda, fatores relacionados ao grau de *interação social* entre os indivíduos.

Entretanto, no trabalho *Criminalidade e Interação Social* Mendonça, Loureiro e Sachsida (IPEA, 2003) sugerem que os crimes violentos respondem muito mais a questões que eles consideram como derivadas de ordem *familiar* que a determinantes econômicos. Para os autores, o alívio às restrições financeiras das famílias poderia reduzir a incidência de crimes não-violentos, mas não os violentos, que seriam decorrentes de fatores associados a transtornos mentais ou psicológicos, para os quais entendem que seria necessário medidas que aproximassem o indivíduo da família, comunidade ou da religiosidade.

No documento *Síntese dos Indicadores Sociais*, divulgados pelo IBGE em 2003, o panorama da criminalidade no Brasil não deixa dúvidas sobre a extensão e gravidade do fenômeno sobre a atual juventude masculina.

Nesse período, no Brasil, as taxas de mortalidade por homicídios com uso de armas de fogo aumentaram 95% entre homens de 15 a 24 anos. Em 2000, as maiores taxas de homicídios por arma de fogo foram no Rio de Janeiro, com 181,6 óbitos em 100 mil habitantes; Pernambuco, com 181,6; Espírito Santo, com 121,7; São Paulo, com 114,6, e Distrito Federal, com 112,7. Em 1991, foram vítimas de homicídio 5.220 homens nessa faixa de idade por uso de armas de fogo, e outros 12.233 foram mortos da mesma forma em 2000.⁶ Os estados que mais reduziram a mortalidade, e que já ostentavam os índices mais baixos país, foram Santa Catarina (que reduziu de 12 por 100 hab/mil) e Maranhão (que reduziu de 13,4 por 100 mil/hab para 7,7 por 100 mil/hab).

Segundo dados da Unesco (2004), a violência decorrente de homicídios contra jovens no período entre 1980 e 2002 foi responsável pelo incremento de 30 por 100 mil óbitos em 1980 para 54,5 óbitos em 100 mil jovens para 2002. As taxas para o restante da população mantiveram-se estáveis: passaram de 21,3 para 21,7 em 100 mil habitantes.

⁶ - Idem.

Comparando a incidência de homicídios contra jovens em relação à população total, verifica-se que na primeira o crescimento, em 2002, para todo o país foi de 39,9%, enquanto que para os segundos foi de apenas 3,3%.

Só na década compreendida entre 1993 e 2002, houve um incremento vertiginoso de mortalidade juvenil no Brasil a um taxa de 5,5% ao ano. A violência atinge principalmente a população de jovens negros e pardos. Na média brasileira, as taxas de homicídios contra esse segmento são 65,3% superiores às que atingem brancos. No Distrito Federal, Paraíba e Pernambuco, tal vitimização ultrapassa 300%. Entre os jovens de cor branca, as mortes violentas mais freqüentes são decorrentes de acidentes de transporte, responsáveis pela vitimização de 83,5% dos jovens.

Abramovay et al. (2002, p. 88-89), em estudo realizado com jovens pobres de Brasília, verificaram entre os depoimentos que há uma significativa perspectiva de vida breve entre os jovens com o perfil de vulnerabilidade social. Entre os entrevistados foi identificada uma convicção de que “dos trinta e cinco anos não passa”.

Alguém vai matar ou morrer num breve acerto de contas. Se for negro ou “fora da Lei” estará mais perto da morte nessa “guerra”. É como se ela já estivesse de alguma forma anunciada. Na guerra não declarada que existe na sociedade brasileira, o futuro dos jovens pobres se abrevia abruptamente, considerando que a atual taxa de longevidade⁷ do brasileiro para 2004 é de 68 anos.

Solapados pelo alto índice de desemprego, baixo prestígio social e pouca competitividade em face do mercado de trabalho cada vez mais especializado, milhares de homens, sobretudo os mais jovens, se aventuram nos caminhos da informalidade, da transgressão e da ilegalidade. Os empregos, quando existem, ocorrem de forma muito irregular.

Num perfil realizado sobre jovens vítimas fatais da violência no Espírito Santo⁸ constatou-se que as vítimas estavam entre os moradores de bairros mais pobres das maiores cidades do estado; na maioria, negros ou afro-descendentes; estudantes; trabalhadores em ocupações irregulares e baixa escolaridade. Alguns muito cedo deixam a escola, não chegando a completar o ensino fundamental, incluindo analfabetos. A escolaridade da maioria das vítimas contemplou somente o ensino da leitura e da escrita básicas.

Verifica-se que esse perfil não foge daquele que emerge dos dados gerais sobre escolaridade no Brasil. Observa-se uma queda no número de analfabetos no Brasil,⁹ mas esse quadro ainda atinge muitos jovens. Entre a população de 15 anos ou mais existiam em 1992, 17,2% e em 2002 apenas 11,8%. Mas na correlação entre escolaridade e rendimento para jovens de 18 a 24 anos, do estrato de renda mais baixo da população, apenas 26,9 possuem ensino fundamental.¹⁰

⁷ - Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) in <http://www.pnud.org.br/rdh/>

⁸ - GENTILLI, R; GOMES, A; & MONGIM, A. *Trajetória das jovens vítimas de homicídios na Grande Vitória*, 2004

⁹ - IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. 2004 In: www.ibge.gov.br

¹⁰ - Idem.

Ainda sobre a relação entre escolaridade e mercado de trabalho, o IBGE registrou que o desemprego foi maior para aqueles que tinham mais escolaridade: 10,6 para quem tinha 8 ou mais anos de estudo e 5,6% para quem tinha até 3 anos.¹¹ Tais dados parecem corroborar o sentimento detectado na pesquisa anteriormente citada de que estudar não possibilitaria nem acesso e possibilidade de emprego futuro, nem de ascensão social, ou mesmo se ofereceria como espaço de socialização.¹²

No Espírito Santo, a taxa global de mortalidade da população para 1980 foi de 630,7 em 100 mil óbitos. Verificou-se uma pequena queda para 568,7 em 100 mil para o ano de 2000. Entretanto, entre os jovens de 15 a 24 anos, essa mesma taxa apresentou um crescimento de 131,2, em 1980, para 168,5 em 100 mil óbitos no ano 2000.

Entre esses óbitos, em 1980, as causas externas (homicídios, acidentes em transporte, suicídios, envenenamentos, afogamentos e outros tipos de morte violenta) já representavam 55,3% do total de óbitos da população jovem. Em 2000 a mortalidade violenta elevou o percentual para 76% (IPES, 2002). Tal fator transformou as causas externas na principal causa de mortalidade para essa faixa etária e a terceira causa de mortalidade geral no estado em 2000 (IPES, 2002).

Observa-se que no ano de 2000, 83,2% das mortes da população em geral foram decorrentes de causas internas e 16,8% de causas externas, mas entre os jovens ocorreu uma inversão. Somente 24% de causas de mortalidade foram decorrentes de fatores internos e 76% foram provocadas por causas externas. Dessas últimas 49,4% foram em decorrência de homicídios; 16,5% de acidentes por transporte, 1% de suicídios e 9,1% de outros fatores externos. Os municípios do estado que registraram as mais altas taxas de mortalidade entre jovens, provocadas por causas externas em 2000, foram Serra, Cariacica, Vila Velha, Vitória e Guarapari, na região metropolitana, e Linhares e Cachoeiro de Itapemirim no interior do estado (IPES, 2002), tendência que se confirma em 2003.¹³

4 – Alguns desafios que essa realidade coloca

Para finalizar, vale ainda uma breve reflexão sobre as implicações do problema da violência. Esse revela um drama muito complexo, que envolve múltiplas expressões da realidade, abrangendo vários aspectos ligados à economia e finanças, à vida social e cultural, à organização familiar e à subjetividade, em termos planetários. Isto é, está totalmente imbricado à civilização atual.

Percebe-se que muitos são os fatores que concorrem para a constituição da violência como uma questão geral. Em termos macroeconômicos e de política internacional, verifica-se que a recente reestruturação da ordem mundial, sob a égide da globalização, ainda está encontrando dificuldade para que sejam estabelecidos os controles públicos sobre os atos ilícitos, tanto nacional, quanto internacionalmente.

¹¹ - Idem.

¹² - GENTILLI, GOMES & MONGIM, op. cit.

¹³ - Dados referentes às informações sobre mortes violentas no site <http://www.saude.es.gov.br/>

No âmbito da ação dos governos, verifica-se necessidade imperiosa cada vez maior de realização de investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, trabalho e segurança pública para que se possam efetuar intervenções no sentido de prevenir e combater a violência disseminada na sociedade brasileira.

Para a sociedade, os graves problemas com mortalidade violenta apresentam um sério desafio a ser enfrentado por todos, uma vez que se trata de ações que decorrem de escolhas fundadas em valores, visões, concepções. Trata-se fundamentalmente de um desafio cultural que envolve questões fundamentais para o ser humano e que dizem respeito tanto à preservação da vida, quando a sua qualidade.

Equipar e capacitar as polícias, melhorar a elucidação dos crimes, construir novos presídios e melhorar os processos de gestão da máquina no âmbito da segurança pública são tarefas imprescindíveis para reduzir os danos provocados pela violência e pela criminalidade. Evitá-las, entretanto, envolve ações muito mais amplas no campo da promoção da qualidade de vida e da educação para uma cultura de respeito aos direitos dos “*outros*” cidadãos, visto como integrantes de um universo de relações, nas quais estamos todos incluídos como parceiros de numa jornada de existência solidária.

Enfrentar o problema da violência generalizada, assim como a banalização dos valores referentes à vida humana envolve ações públicas que ofereçam expectativas de melhores dias futuros: acesso a um ensino de qualidade, atraente e agradável para seduzir jovens e adolescentes para freqüentarem os bancos escolares; formação das futuras gerações para a vida e para o ingresso com dignidade e qualificação no mercado de trabalho cada vez mais sofisticado e competitivo; melhorar os padrões de justiça social e a oferta de serviços de qualidade para os segmentos mais carentes da população etc.

Demandas legítimas da população por controle da violência urbana, funcionamento da justiça, garantia dos direitos humanos, melhoria dos serviços de saúde e a modernização do ensino público expressam uma sintonia fina dos cidadãos com os problemas desse novo tempo que os expõe aos riscos da modernidade. Entretanto, somente os investimentos dos governos em equipamentos para realizar tais atendimentos serão insuficientes para superação dos graves problemas atuais na área de segurança pública.

Enfrentar os desafios de reorganização dos atuais padrões de convivência social exige uma profunda reflexão sobre os preconceitos culturais difusos que negam direitos humanos e sobre as intolerâncias diárias que se manifestam em toda a vida social: nos novos arranjos familiares, nas relações de vizinhança, de gêneros, étnicas e geracionais; bem como nas práticas coletivas e públicas dos movimentos sociais e dos partidos políticos.

Há que se enfrentar ao mesmo tempo a profunda laicização da vida, a crise das utopias e a vitória do individualismo consumista, assim como a repercussão desses processos nos sentidos de pertencimento, na falta de perspectiva futura, nos cuidados dispensados pela sociedade à sua infância e juventude. Conhecer e superar tamanhos problemas não constitui tarefa fácil. Por sua dimensão, constitui

tarefa para todas as forças políticas modernas, progressistas da sociedade e coletivistas.

Toda a sociedade, por meios de seus mais diversos instrumentos de produção e difusão cultural; de organizações empresariais, não-governamentais, movimentos sociais, trabalhista, estudantis e outros, precisa tomar para si a tarefa histórica de refletir e modificar os padrões adotados pela civilização atual que negam a cooperação, a justiça e a democracia como valores fundamentais para a vida.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. Gangues, galeras, cegados e rapps: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ARENDT, Hannah. Da Violência. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1970.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo. Cia. Das Letras, 1986.

BERRY, Nicole. O sentimento de Identidade. Trad. Maria José R. Faria Coracini. São Paulo : Escuta, 1991.

BERTRAND, Michèle. “O homem clivado: a crença e o imaginário”. In: SILVEIRA, Paulo & DOREI, Bernard. Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo, Vértice, 1989.

CALVINO, Ítalo. Seis Propostas para o Próximo Milênio. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASTEL Robert. As metamorfoses da questão social. São Paulo, Cortez. 2000.

CERQUEIRA, Daniel & LOBÃO, Waldir. Criminalidade: Social versus Polícia. IPEA. Texto para discussão. N° 958. Rio de Janeiro, junho de 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. O tráfico Internacional de Drogas e a Influência do Capitalismo. In: Revista Adusp 7. Versão Eletrônica. Agosto de 1996.

www.adusp.org.br/revista/07

COSTA, Jurandir Freire da. Não mais, não ainda: a palavra na democracia e na psicanálise. <http://www.direitoshumanos.usp.br/bibliografia/jurandir.html>, 05/12/2003 às 12h e 40 min.

DA MATTA, Roberto. As raízes da Violência no Brasil In: PAOLI, Maria Célia et alli. A violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Carnavais, Malandros e heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990

DAMÁSIO, António. O Mistério da Consciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DATASUS. Estatísticas Vitais: Mortalidade em Geral – desde 1979. In: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/obtm.htm>

DURKHEIM, Émile. O Suicídio. São Paulo, Editora Abril (Coleção Os Pensadores) no. xxxiii, 1973.

FAJNZYLBER, Pablo. Determinantes Econômicas da Criminalidade: notas para uma discussão. Preparado para seminário no IPEA, Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 2000.

GENTILLI, Raquel, GOMES, Adriana, MONGIN, Andréa. Trajetória das jovens vítimas de homicídios na Grande Vitória. Relatório de Pesquisa. Faculdade Salesiana de Vitória. Vitória, 2004.

GUEDES, Simoni L. Jogo de corpo. Niterói: EDUFF, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento. Jones Santos Neves. Retrospectiva dos Indicadores de Criminalidade no Espírito Santo. Vitória, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento. Jones Santos Neves. Mortes Violentas de Jovens no Espírito Santo 1991 – 2000. Vitória, 2001.

Harvey, D. A condição Pós-Moderna. São Paulo, Brasiliense, 1989.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. Abril 2003. IBGE In: www.ibge.gov.br

IANNI, Octávio. “Raízes da violência” In: CAMACHO, Thimóteo (Org.). Ensaio sobre a violência. Vitória, EDUFES, 2003.

MACHADO, Lia O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? Em I. Castro e outros (org.). Brasil. In: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, p.15 a 64. Também no “site” www.igeo.ufrj.br/pesquisa/droga

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. Revista Tempo Social. USP, São Paulo, 11(1): 157-175, maio de 1999.

MARX, Karl. O Capital, vol. 1, livro 1. São Paulo, Civilização Brasileira, 1989.

MENDONÇA Mário Jorge Cardoso de; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorim; SACHSIDA, Adolfo. Criminalidade e Interação Social. Texto para discussão. N° 968. Rio de Janeiro. Junho de 2003. In: www.ipea.gov.br

_____. (b). IPEA. Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil. Rio de Janeiro, julho de 2003. Texto para discussão. N° 967. Rio de Janeiro. Junho de 2003. In: www.ipea.gov.br

MONTAGNA, Plínio. "Subjetivação contemporânea na metrópole". In: TASSARA, Eda (Org.) Panoramas Interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano. São Paulo. EDUC/FAPESP. 2001.

Noticiário Folha On Line: 600 mil foram vítimas de homicídios em 20 anos no Brasil. Repercutindo divulgação do IBGE dia 13/04/2004 In: www.folha.com.br

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

SARTI, Cíntia. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1996

VARGAS, R. (comp). Drogas, poder y region en Colombia, Bogotá, Cinep, 1994. Apud Machado. Op. cit.

FREITAS JR., Vasco. "Os trilhões do crime organizado" Jornal Valor eu & fim de semana de sexta-feira e sábado, 30 de abril e 1 de maio de 2004.

WASELFSZ, Jacobo. Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

WIERVORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Revista de Sociologia da USP, v. 9, n. 1, São Paulo, São Paulo, 1998.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (Coord.), SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.245-318.

QUANDO A ORDEM É MATAR: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS NA GRANDE VITÓRIA

Andréa Bayerl Mongim¹
Adriana Gomes²
Raquel Gentilli³

1. Introdução

Outras pesquisas (WAISELFISZ, 2002; IPES, 2001) já demonstraram estatisticamente que são os homens negros ou afro-descendentes de 15 a 25 anos as maiores vítimas de homicídios no Brasil. O estado do Espírito Santo, a capital Vitória e a região metropolitana da Grande Vitória acompanham essa tendência, como se pode observar, por exemplo, nos números divulgados por estudo do Ipes (2001).

Nesta pesquisa buscamos ir além dos números.⁴ A partir da análise da trajetória dos jovens vítimas de homicídio, no decorrer de suas curtas vidas, tivemos a intenção de compreender um pouco mais de seu universo. Para tanto, realizamos entrevistas abertas com familiares de jovens vitimizados, moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo.⁵

É importante observar inicialmente que corroboramos com Zaluar (1998), Misse (1995), Caldeira (2003), entre outros, que o fenômeno da violência não pode ser reduzido a causas objetivas, sociologicamente determinantes. Dessa forma, buscamos romper com teses que tratam o fenômeno da criminalidade reduzindo-o a determinantes econômicos. É certo que nas duas últimas décadas a pobreza se agravou e a desigualdade se exacerbou. No entanto, de forma isolada, não explicam o complexo processo de aumento da criminalidade violenta nesse mesmo período. A esse respeito, Zaluar (2000, p. 56) constrói o seguinte argumento:

Os níveis salariais no sudeste da Ásia são incrivelmente baixos, os operários não têm direitos trabalhistas como os operários brasileiros e, no entanto, os níveis de crimes violentos não aumentam como aqui. Na

¹ Mestre em Antropologia pela UFF e professora da Faculdade Salesiana de Vitória.

² Mestre em Psicologia Social pela UFES e professora da Faculdade Salesiana de Vitória.

³ Doutora em Serviço Social pela PUC – SP e professora da Faculdade Salesiana de Vitória.

⁴ Essa pesquisa só se tornou possível devido aos recursos da Faculdade Salesiana de Vitória, da ONG espanhola Jovenes del Tercer Mundo e da participação das alunas do curso de serviço social Luana Ribeiro da Trindade (bolsista de iniciação científica), Tatiana Darós, Maria Inês de Almeida, Ilza Carla Correa do Nascimento e Cristiane Vieira Bonfim, que intermediaram o processo de contato com as famílias.

⁵ A Região Metropolitana da Grande Vitória é constituída pela capital, Vitória, pelos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão. No quadro brasileiro de aumento do número de mortes violentas entre jovens nas capitais, Vitória aparece numa situação extremamente preocupante. De acordo com o Mapa da Violência, editado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), considerando o número de homicídios *per capita*, Vitória apresentava, em 1998, os maiores índices de violência do país. Na terceira edição deste Mapa, em 2000, perdeu apenas para Recife.

Inglaterra e na França do século XIX, quando a miséria era um dos temas literários prediletos e uma realidade visível nas ruas de suas cidades, a taxa de homicídio não passava de dois por cada cem mil habitantes. Todavia, no século XIII, antes das reformas institucionais que criaram o monopólio estatal da violência, ou seja, aquele que passou a controlar rigidamente as armas nas mãos dos cidadãos comuns, ao mesmo tempo em que formaram um corpo policial técnico e investigativo, essa taxa era maior do que nos Estados Unidos de hoje.

Complementando o que argumenta a autora, se a pobreza determinasse comportamentos criminosos, em outros lugares, no próprio Brasil, os homicídios também teriam taxas elevadas. No entanto, em lugares como o sertão nordestino morre-se de fome, de desnutrição, mas bem menos pelo disparo de uma arma. Nessa região somente o estado de Pernambuco registra um alto índice de homicídios. É também preciso lembrar que, embora a pobreza e a desigualdade sejam marcantes no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, a crescente violência, expressa principalmente nos homicídios entre jovens, é um fenômeno recente.

Necessário se faz, portanto, reconhecer os limites das explicações locais, situando o fenômeno num contexto internacional da globalização econômica, marcado pelos processos mundiais de difusão cultural, que impõem novos estilos de consumo e novos padrões de comportamento, incluindo o uso de drogas ilegais e novos hábitos de violência (ZALUAR, 1998).

É também fundamental observar que neste mundo globalizado, em que a circulação monetária e de mercadorias se processa numa velocidade estonteante, o tráfico internacional de drogas e de armas ganha novas proporções e direcionamentos.

A economia ilegal movimentava bilhões de dólares. Nas Nações Unidas, os cálculos para lucros globais de organizações criminosas transnacionais (incluindo tráfico de drogas), são da ordem de um trilhão de dólares, representando uma quantia equivalente ao Produto Nacional Bruto do grupo de países de baixa renda (com população total de três bilhões de habitantes). Só no que se refere à “lavagem de dinheiro”, a ONU estima que é processado um volume de US\$ 120 a US\$ 500 bilhões anuais através do sistema bancário mundial (MACHADO, 1996).

Para Coggiola (2004), o tráfico internacional movimentava US\$ 500 bilhões por ano. Este volume só é menor que o gerado pelo tráfico de armas. Representa ainda mais que o mobilizado pelo petróleo no mundo inteiro. Desse aspecto, as atividades ilegais mobilizam importante volume de capital, amplamente integradas à economia mundial, à competitividade capitalista, à estruturação de mercados, à logística de produção, à distribuição de drogas e à “lavagem do dinheiro”.

Pela soma de dinheiro mobilizado pelo negócio, torna-se necessária a aplicação dos lucros fabulosos em novos negócios ou no sistema financeiro legal ou em algum mecanismo não contabilizado pela estrutura formal. Este dinheiro mostra-se, portanto, conciliável com a lógica de produção e distribuição econômica, como qualquer outra mercadoria.

Notamos, portanto, que o crime-negócio interfere de forma complexa na economia mundial.

Em se tratando de Brasil, podemos observar que o país não pode ser considerado produtor de coca, como é o caso do Peru ou da Bolívia. No entanto, há indícios da existência de laboratórios de refino de pasta de coca, principalmente nas áreas próximas às fronteiras da Bolívia e do Peru. Entretanto, revela-se como um importante território para expansão de rotas de tráfico, devido a sua vastidão territorial e a dificuldades em guarnecer suas fronteiras. As cargas de cocaína que saem dos países andinos pelo Brasil utilizam-se de rotas que passam pelo interior de Rondônia, Mato-Grosso, São Paulo e Paraná, e o produto é exportado para os Estados Unidos e Europa pelos portos e aeroportos do Sul e Sudeste do país (ZALUAR, 1998). A partir dos anos 80, no quadro geral da política de combate às drogas por parte dos EUA, o tráfico pelo Caribe é intensamente reprimido. O Brasil torna-se uma nova opção de rota de tráfico mundial de drogas. Em consequência, o consumo interno é ampliado, bem como o crime-negócio a ele associado.

Estas considerações demonstram que na análise do processo de aumento exacerbado dos crimes violentos no meio urbano brasileiro, a partir dos anos 80, é imprescindível considerar o contexto apresentado acima. Se a pobreza e a desigualdade aumentam no período, adquirem novas configurações que se processam neste contexto global e nos impedem de vê-las como variáveis isoladas no complexo processo.

Dentro desta complexidade vale ainda ressaltar o argumento de Caldeira (2003, p. 55), quando considera que o agravamento do fenômeno da violência atual é também decorrente do seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que a sociedade expande sua cidadania política, ela deslegitima a cidadania civil; ou seja, enquanto são ampliados novos mecanismos de participação política, também são reforçados mecanismos de expropriação dos direitos dos cidadãos. Assim, o “aumento no crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos” (CALDEIRA, 2003, p.134).

Desta forma, é importante ressaltar que nosso propósito neste estudo é analisar a trajetória dos jovens vítimas de homicídio, tendo como pano de fundo o contexto discutido acima. Ou seja, partimos do entendimento de que as trajetórias individuais não podem ser compreendidas sem que sejam feitas as devidas interseções com as configurações sociais que se apresentam.

2. Antecipando a vida: considerações em torno de quem são e como morrem os jovens vitimizados

Os dados por nós coletados revelam que os jovens vítimas de homicídio são, na grande maioria, moradores pobres dos bairros da periferia da Grande Vitória. Negros ou afro-descendentes morrem quando têm entre 14 a 28 anos. Embora não exerçam atividades profissionais especializadas e apenas alguns poucos pertençam ao

mercado formal, são trabalhadores ou estudantes.⁶ Em geral, começam a trabalhar no mercado informal muito cedo. Ocupam-se normalmente de atividades como as de ajudante de pedreiro, pedreiro, braçal, carroceiro, catador de latinhas, vigilante, segurança, *office boy*, lavador de carros, auxiliar de serviços gerais, ou ajudante de mecânico. Também é muito cedo que deixam a escola, não chegando, na maior parte dos casos, a completar o ensino fundamental. No entanto, todos tiveram uma passagem pela escola e sabem ler e escrever. É importante ressaltar que a escola não contempla o que esses jovens aspiram, ou seja, ela não aparece nem como possibilidade de emprego e ascensão social nem como espaço de socialização.⁷

No plano afetivo, já tiveram algum tipo de relacionamento duradouro. Os mais novos, quando morreram estavam namorando há algum tempo a mesma pessoa. Os mais velhos chegam a constituir uma união estável. Alguns se tornam pais muito precocemente. Em alguns casos, não assumem uma relação com a mãe dos seus filhos, as quais, em geral, também são muito jovens. Em outros, unem-se a elas e fixam residência na casa dos pais. Observamos que, em algumas situações, com a morte do pai os filhos passam a ser criados pelas avós (dada muitas vezes a pouca idade da mãe e a ausência de renda fixa e formal); o que traz à tona uma problemática que merece ser estudada de uma forma mais específica; algo impossível de realizar nos limites aqui definidos.

É importante notar que as relações afetivas duradouras, muitas vezes, aparecem como uma estratégia de fuga do submundo das drogas, de pertencimento a um outro mundo, acolhedor, seguro, onde o afeto fala mais alto.

Ao relatar, por exemplo, a história de seu filho, uma das mães argumentou da seguinte forma:

Aí começou a namorar, até uma criança, a menina tinha 13 anos. Na quarta-feira da semana que ele morreu tinha feito um ano de namoro. E ela ia lá em casa, e eu gostava porque eu sabia, porque ele estando com uma namorada... Daí eu ficava mais despreocupada, aí ele já não era mais de sair, aliás, ele já não era muito de sair, ele não saía assim prá longe, aí depois que ele conheceu essa menina ele parou de sair, era mais assim, quando ele tava lá com ela os amigos iam chamar ele. Aí vão, vão que não sei o que, e ficava vaiando dele.

Nota-se, no entanto, que, se para a mãe o namoro representava o refúgio no lar, sossego, para o grupo de amigos significava o abandono da rua e seu fracasso como homem, crescido, adulto. Atitude, do ponto de vista dos amigos, vergonhosa e, por isso, merecedora de vaias. Pode-se observar que as vaias, neste caso, constituem uma forma de desafiar esse jovem a retornar ao mundo da rua. Lugar visto como o *locus* do perigo, da violência, mas também como o espaço onde é possível reafirmar a virilidade masculina, mostrando aos outros que o menino se transformou num homem.

Vale considerar como esses jovens antecipam os eventos importantes da vida. Buscam cedo uma união afetiva estável, tornando-se pais muito jovens. É também muito cedo que abandonam a escola e buscam inserir-se no mundo do trabalho,

⁶ Alguns poucos foram identificados como desempregados.

⁷ Mais adiante voltaremos a essa reflexão.

mesmo que essa inserção seja precária. O caráter precoce que adquirem esses importantes eventos da vida vale para a inserção no submundo das drogas. É simultaneamente que tudo isso acontece.

Ellias (1985), Thompsom (1979), entre outros, demonstraram que o tempo é uma construção simbólica. A forma como o concebemos e o contamos difere-se de sociedade para sociedade, de cultura para cultura. Assim, quando falamos que o tempo passa muito rápido, estamos na verdade dizendo que somos nós que passamos rápido por ele. É o fato de nos ocuparmos com múltiplas atividades que nos impede de ver o tempo passar. Ao contrário do que ocorre com os jovens vitimizados, as mulheres de classe média, como demonstrou, por exemplo, Mongim (1995), que buscam uma especialização profissional, constroem cada vez mais tardiamente o tempo de casar e ter filhos.⁸ Enquanto situam-se numa perspectiva de retardar o surgimento de uma nova vida, esses jovens, em alguns casos, antecipam-na sob o argumento de que a própria vida não durará muito. É como se a morte precoce estivesse de alguma forma anunciada.

Embora no presente estudo não tenhamos ouvido os próprios jovens se referirem a esse anúncio, outras pesquisas o fizeram. Por exemplo, no estudo feito por Abramovay et al (2002) com jovens da periferia de Brasília, os autores citam alguns depoimentos que expressam significativamente essa perspectiva de vida breve.

Dos trinta e cinco anos não passa. Ele que vai te matar ou alguém vai chegar e fazer o extermínio em você [...]. A maioria é assim. A maioria da gente que tem a cabeça estourada não passa disso não.

O futuro, se ele existe – não vou ter futuro não. É negro, fora da lei e perto da morte e depende de conseguir sair vivo de uma “guerra” e de poder sobreviver um novo dia. A vida toda é como se fosse um filme. Hoje em dia, você tá vivo, amanhã, vê esse quilo de bala perdida, você acabou. [...] A gente sai daqui, de repente tá rolando uma guerra ali. Pode uma bala pegar em mim. (ABRAMOVAY, M et al, 2002, p. 88- 89)

O homicídio desses jovens acontece, em geral, nas proximidades onde moram, no próprio bairro ou num bairro vizinho. Morrem nas madrugadas, principalmente nos finais de semana e feriados. Na grande maioria dos casos, a morte é provocada por disparos de revólver.

Essas primeiras considerações tiveram a intenção de nos aproximar um pouco mais do universo desses jovens, da trajetória que constroem no decorrer de suas vidas tão curtas. A seguir buscamos ampliar o nosso *zoom* e tornar mais visível a compreensão dos reflexos de uma sociedade violenta na construção destas trajetórias.

3. O universo familiar e o espaço público: assumindo uma trajetória de conflitos

A trajetória desses jovens é marcada pela presença da droga, seja ela ilícita ou lícita. Neste último caso, o álcool é o maior exemplo. Em geral, têm o primeiro contato com

⁸ Muitas, inclusive, recorrem ao congelamento de óvulos.

o álcool – mesmo que indireto – através do pai, irmãos ou outro parente do sexo masculino com quem convivem com maior proximidade, ainda crianças. A entrada no submundo das drogas – seja como usuário, seja a serviço do tráfico local – se dá muito cedo. Ouvimos relatos sobre casos de adolescentes com idade em torno de 12 anos sendo iniciados no mundo das drogas. O fato é, em geral, desconhecido pelos pais. Só mais tarde é que começam a perceber os primeiros sinais, que, mesmo assim, tendem a ser ignorados.

A esse respeito, essa irmã faz as seguintes considerações:

Mas, voltando um pouco atrás, e meu irmão quando meu pai tava doente...ele iniciou com as drogas. Começou a fumar com 12 anos, 12 pra 13 anos. Quando minha mãe descobriu, ele já tava usando droga. Na verdade, minha mãe descobriu que ele tava fumando, isso por volta de 14 pra 15 anos. Só que ele já tava usando drogas, né? Maconha, essas coisas... Só que minha mãe descobriu só do cigarro.

Esse ignorar por parte dos familiares demonstra uma questão que se apresenta como central. A percepção que se tem sobre a trajetória dos filhos ou irmãos vítimas de homicídio, no mundo da casa, parece profundamente separada da que é construída no espaço público. Em muitos relatos analisados, os familiares pareciam desconhecer a forma como esses jovens viviam “fora” do mundo da casa. Essa percepção só é modificada, muitas vezes, após a morte desses jovens.

Neste relato, por exemplo, essa separação fica evidente.

Essa amizade fez com que ele se envolvesse muito com confusões e em casa ele era um excelente filho pra mim, amoroso, carinhoso, mas fora de casa ele era um outro tipo de pessoa e até eu me lembro que isso gerou uma consequência muito grave na vida dele, né? Nunca pensei que meu filho fosse morto aos 19 anos de idade!

E tinha um mês que ele tava desempregado, né? Diz ele que o médico disse pra ele que ele não podia trabalhar porque ele era doente. Diz ele. Eu não sei!

O que ele fazia a gente não sabia. Tá entendendo? Sempre a gente via um pessoal meio suspeito, mas ele dizia: não tem galho não, são meus amigos.

A família nunca sabe da verdade que está acontecendo, não sabe! Você suspeita alguma coisa, mas você não tem certeza, né? O que aconteceu assim com ele, pra mim foi uma surpresa, como todo mundo aqui da rua fala que foi surpresa, porque eu conhecia aquele Jefinho que trabalhava com ele. Você tá entendendo? De repente sai no jornal que ele era assaltante, era traficante. Tá entendendo? Só ele mesmo poderia contar o que estava acontecendo realmente com ele... se ele estivesse vivo, né?

No mundo da casa esses jovens são, portanto, vistos como reprodutores da moral que alguns autores (GUEDES, 1997; SARTI, 1996; ZALUAR, 1985) – estudiosos da moral que rege as famílias de classes populares – denominaram moral do homem provedor. Aquele que reafirma a autoridade masculina pelo papel central de homem como provedor de teto, alimento e respeito.

No mundo da rua, essa percepção se modifica consideravelmente. Ao jovem é cobrado que reafirme a sua masculinidade através do uso da força, que tenha coragem o bastante para resolver os conflitos com socos, pontapés ou com o disparo de uma arma. É necessário que tenha capacidade de se adequar aos padrões de consumo agora exigidos pela globalização, como consumir drogas, usar calçados e roupas de marca.

4. O mundo da casa

O mundo da casa é, desde cedo, marcado pelo conflito. Concordando com Assis (1999), é importante observar inicialmente que não temos a intenção de criticar etnocentricamente a estrutura familiar. A proposta é analisar os conflitos que se manifestam nas relações construídas entre os membros destas famílias.

O jovem vitimizado, em geral, faz parte de uma família nuclear composta pelo pai, mãe, irmãos e irmãs.⁹ Apesar disso, é muito forte nos casos analisados a ausência do pai, tanto física como emocional. Nesses casos, é a mãe que assume a responsabilidade de prover a casa. Na maior parte dos casos analisados a mãe exerce algum tipo de função remunerada que garanta a sobrevivência da família.

A ausência do pai é verificada, principalmente, nos casos em que são acometidos por problemas de saúde, pelo desemprego ou pelo alcoolismo.

O relato a seguir expressa de forma significativa esse argumento:

Eu me casei em 1974. Tive 5 filhos. Durante 7 anos [...] então ele... devido a minha vida muito corrida no trabalho e tal. Ele era um dos mais responsáveis, por ser o mais velho, prá cuidar dos irmãos mais novos e durante a minha vida toda eu sempre tive muita dificuldade, porque, sendo mais pai e mãe do que tudo, eu tinha que trabalhar e trazer pra eles o alimento. Então a educação vem frágil nessa parte, tempo de pai e mãe de família era pouco.

– A senhora falou que desempenhou um papel de pai e mãe, né? A senhora foi separada?

Eu disse que desempenhei uma vida de pai e mãe porque minha vida como eu disse... por ser muito difícil... o pai, meu marido, era um homem muito ligado a bebida e por causa da embriaguês a gente não tinha uma relação bem firmada. E daí também a responsabilidade como pai, dele, era falha. Aí a gente ia se separando. Separava e voltava, separava e voltava. No final quem se tornou pai e mãe dos meus filhos fui eu mesma.

Para muitos desses pais, a constante embriaguês é uma forte representação de que fracassaram de alguma forma no desempenho do papel de homem provedor. Na grande maioria estão desempregados ou se ocupam dos chamados “bicos”.

⁹ Em alguns casos mais de um dos irmãos de uma mesma família morre vítima de homicídio.

Conforme analisamos acima, nessas famílias o homem é considerado homem “de verdade” quando tem sua autoridade legitimada pelo fato de ser ele um bom trabalhador-provedor. Um “homem de moral” é ao mesmo tempo um bom marido, um bom “pai de família”, honesto, que tem força e disposição para trabalhar e prover a família do que necessita. É aquele que não joga, que não bebe e que põe dinheiro em casa.

O “pai de família” que não cumpre com estas obrigações vê sua “moral de homem”, sua autoridade, ameaçada e até mesmo substituída por um outro membro da família (a mãe ou um dos filhos ou uma das filhas), pois não se legitima uma autoridade que se mostra incapaz de se impor pelo respeito às virtudes necessárias que devem acompanhá-la.

A esse respeito vale considerar que a conjuntura de esperanças frustradas, em que essas famílias se desenvolveram, sobretudo a partir dos anos 90, certamente contribuiu em muito para agravar o quadro de frustrações dos pais responsáveis por prover seus familiares.¹⁰

A ausência do pai como provedor acaba por gerar um acúmulo de tarefas sob a responsabilidade da mãe. Além dos cuidados com a casa e filhos, ela passa a assumir as atribuições que deveriam ser do marido, na medida em que é cada vez mais chamada a mediar e arbitrar os constantes conflitos advindos dessa situação.

Aí o Luiz levantou, em vez de pegar e conversar com ele... Aí falo: você dá outro grito com sua mãe... eu vou te pocar. Você todinho. Aí ele falô assim, então você pode pocar, porque com minha mãe eu tô conversando, agora com você... Eu detesto você! Eu não gosto de você! Porque você não é um bom pai prá mim, você nunca gostou de mim. Aí Luiz pegou e... eu, calma Luiz, calma Luiz, tá vendo que ele tá bêbado, não faz isso, deixa. Luiz partiu prá cima dele dando porrada nele e ele reagiu, aí levantou minha irmã, a colega dela. Minha filha começou a passar mal, eu sei que foi assim até às 3 horas da manhã... aquela briga.

Ele ia fazer 18 anos, tinha um ano e pouco que ele tava fumando, aí eu conversei com ele, fiquei com medo de como chegar e falar pro Luiz... a reação dele.. Aí eu fui pro Luiz, falei, conversei com ele e falei assim: você tem que ser calmo prá conversar com ele, por que não adianta, já que ele tá fazendo isso, ir com agressão, com ignorância é pior, tem que sentar, conversar numa boa. Aí ele foi. Conversou. Ele: tá pai, vô parar, não vou mais usar isso.

Como se vê, diferente do proposto por DaMatta (1990), o mundo da casa não tem aqui o significado de acolhimento, de pertencimento. Aqui o reconhecimento da condição de *pessoa* é limitado pelos constantes conflitos. Desta forma, a casa não aparece como um espaço de cooperação e de laços de solidariedade, não sendo significativos da afetividade que buscamos enquanto pessoas.

¹⁰ Caldeira (2003) argumenta que se nos anos 50 os brasileiros pareciam viver num clima de esperança diante do intenso processo de industrialização e urbanização, os anos 80 acabaram com essa esperança, representando a década perdida: em vez de crescimento, houve uma recessão profunda.

5. O mundo da rua

Como já demonstrado por outros autores, como Abramovay (1999), Zaluar (1998), da forma como se apresenta para esses jovens, essas famílias têm deixado importantes lacunas no processo de socialização, que, de alguma forma, os jovens tentam buscar no espaço da rua. Segundo Abramovay (1999, p. 73), por exemplo, “diante das rupturas e omissões da família, a rua passa a desempenhar o papel educador e formador que caberia à família”.

No entanto, embora distante do mundo da casa, o mundo da rua é também o mundo dos conflitos. Só que, aqui, os conflitos tendem a ser resolvidos com atos de violência. No mundo da rua o jovem é cobrado a reafirmar a sua masculinidade através do uso da força, é preciso que tenha coragem o bastante para resolver os conflitos com socos, pontapés ou com o disparo de uma arma. É necessário que tenha capacidade de se adequar aos padrões de consumo agora exigidos pela globalização, como consumir drogas, usar calçados e roupas de marca.

Nesse contexto, situando-se, como assinala DaMatta (1990), entre o mundo da casa e o da rua, a escola poderia representar para esses jovens um importante espaço de socialização. Porém, como demonstram importantes estudos, é cada vez mais um *locus* violento. No entanto, todos tiveram uma passagem pela escola e sabem ler e escrever. É importante ressaltar que para esses jovens a escola não contempla o que aspiram, ou seja, não parece nem como possibilidade de emprego e ascensão social nem como espaço de socialização. Outros autores¹¹ já levantaram a importância de repensar o papel da escola diante desse novo contexto que se configura. Mongim e Araujo (2002), num estudo de caso em que discutem episódios de violência na escola, expressos em atos de depredação, chamaram a atenção para o fato de que se a escola nas últimas décadas aumentou o número de vagas e conseguiu estabelecer uma política de inclusão do ponto de vista quantitativo, não o fez no que se refere às práticas pedagógicas. Em geral desqualificadas pela insatisfação dos professores com os baixos salários e péssimas condições de ensino, as práticas escolares acabam por reforçar comportamentos etnocêntricos que excluem e estigmatizam os dessemelhantes. Por isso, além de não representar uma alternativa viável na busca da inserção profissional, também não aparece como alternativa de socialização. As autoras demonstraram que muitos alunos só se mantêm na escola por ali encontrarem grupos de amigos onde se sentem incluídos de alguma forma.

Por isso, não atendendo ao que almejam, esses jovens deixam a escola muito cedo e, em muitos casos, buscam algum tipo de inserção no mercado de trabalho. Uma inserção, no entanto, precária. Isso porque, não tendo eles especialização profissional, as chances no mercado formal se lhes apresentam de forma bastante restrita. Tal situação se torna mais grave diante do quadro de alto índice de desemprego, que afeta principalmente os setores do mercado que não exigem qualificação profissional.¹²

¹¹ Ver, por exemplo, Guimarães (1995); Zaluar (1992).

¹² Em alguns casos é no próprio local de trabalho que estabelecem o primeiro contato com as drogas.

Não tendo, portanto, como competir dentro dos padrões modernos de competitividade, esses jovens acabam por fazer uso de artifícios de violência para terem acesso às recompensas econômicas e sociais – mesmo que numa “carreira” de alto risco – proporcionadas pelo tráfico de drogas e armas.

Para esses jovens, o bar¹³ aparece como única opção de lazer. É no bar que se reúnem para encontrar os amigos, beber, jogar. Mas é também o bar o *locus* de conflito. Muitos homicídios ocorrem no bar ou nas suas proximidades, a partir de algum conflito nele iniciado. Portanto, a rotina que nos parece comum a jovens, de ir à escola, dar uma volta de bicicleta, ir a festas, cinema, barzinhos noturnos ou outra forma de lazer similar não se verifica. A entrevista abaixo exemplifica o que estamos argumentando:

Esse amigo dele, que saiu com ele, voltou lá em casa e falou: Dona Valéria, o Rodrigo tá no bar, ele não quis voltar comigo, mas ele tá aqui na rua de baixo. Aí ele foi embora e meu irmão ficou lá, de meio-dia até 11 horas da noite, quando eu fui ver ele tava bebendo, bebendo... e como eu falei... quando ele bebia ficava violento. E aí nessa bebedeira toda ele tava brigando com a namorada dele, batendo, discutindo aquela coisa toda.

A pessoa também... era uma pessoa, que era usuária de drogas, era amigo de tráfico dele, e brigou, matou por causa da dívida com a arma que emprestou prá ele e sumiu e tava cobrando. Eu não sei bem qual foi a história. Ele falou que se ele não tivesse feito, o rapaz teria matado ele. E foi dentro de um bar.

- Tinha a ver com a droga também?

Provavelmente tinha. Porque... eu não estava presente, mas me lembro que contaram, quando ele... foi lá em Vera Cruz onde minha mãe morava, e quando aconteceu essa situação, nesse bar, parece que ele tava sentado... parece que conversando, e ele passou a mão... foi até com faca que ele matou, não foi tiro, não foi uma arma, foi com uma faca. E... a pessoa abordou ele, né? Como ele era muito brigão, era muito bom de briga, o cara chegou falando um pouco alto, né? Ele na hora já levantou ali pra bater no rapaz.

Como se pode observar, o bar apresenta-se como uma espécie de palco onde a virilidade masculina é reafirmada. Nele os jovens demonstram que podem beber, brigar ou matar. Conflitos diversos, como a insatisfação com o colega que não devolveu a arma “emprestada” ou com a forma como o outro trata a namorada ou fala de alguma outra mulher, no bar, podem ser resolvidos com o disparo de um tiro ou com um golpe de faca.

Nos relatos ouvidos não houve referência ao pertencimento desses jovens a grupos esportivos, congregações religiosas, organizações de bairro, programas governamentais ou não governamentais.

Ao analisar os movimentos sociais, Gohn (1995, p. 44) argumenta que

¹³ Diferente dos bares noturnos onde se ouve música, bebe-se um *drink*, ou come-se um petisco, aqui estamos falando do bar no sentido do boteco perto de casa. Em muitos casos os jovens permanecem no bar quase o dia inteiro, bebendo uma cana, cerveja ou jogando sinuca.

as ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Num estudo em que analisam a reelaboração da identidade por parte de mulheres que passaram a militar em movimentos sociais, Scaramussa, Alves e Barreto (2004) demonstram que, para essas mulheres, os valores de solidariedade e, acrescentamos, cooperação encontrados nesses movimentos foram fundamentais à construção de uma nova concepção de vida pública e privada, bem como para uma nova visão das relações de gênero. A partir dessa militância iniciaram um processo de resgate da auto-estima e de descoberta da cidadania, que certamente deu um novo significado a suas vidas.

Por isso, enquanto a globalização impõe um processo de individualização negativa, marcado pelo que Senett (1988) chamou de declínio do homem público, seqüestrando até mesmo nossos rituais coletivos de comensalidade, impondo-nos o modelo de *fast food*, as organizações coletivas que sobrevivem a esse processo resgatam valores de cooperação e solidariedade, fundamentais à construção de princípios de sociabilidade.

Diferente do que ocorre com essas mulheres, os princípios de solidariedade e de cooperação observados nos movimentos sociais e outros movimentos similares não são vivenciados por esses jovens, já que não participam de organizações com esse sentido. Portanto, também aqui a lacuna não é preenchida.

Na verdade, a história desses jovens confirma o processo de paralisia das organizações vicinais e esvaziamento dos movimentos sociais nas últimas décadas, evidenciando a fragilização das formas de cooperação, mutualismo e de promoção do respeito ao direito alheio.

Essas considerações corroboram o argumento de Zaluar, quando assinala que esse processo, reforçado pelo esfacelamento das famílias, demonstra o quanto o “processo civilizador retrocedeu, tornando preferências ou habituais os comportamentos violentos nos conflitos dentro da classe social, da família, da vizinhança” (1998, p. 294).

É nesse contexto que a trajetória desses jovens é construída, ameaçada constantemente pela naturalização de valores contrários à coesão social em uma lógica que, amparada na defesa dos valores de liberdade dos indivíduos, transforma-os em prisioneiros de suas próprias escolhas.

6. Considerações finais

As considerações que buscamos construir ao longo dessa análise nos aproximam de algumas questões que aqui queremos destacar.

Como vimos, na trajetória que assumem, as referências construídas por esses jovens não são significativas dos princípios de afetividade, reciprocidade,

cooperação, solidariedade ou justiça. Nem na família, nem na escola, nem na igreja, nem no time do bairro ou em qualquer outro tipo de organização coletiva esses princípios se apresentam.

A referência maior é a encontrada na galera de amigos, que, ao mesmo tempo em que traduz um sentimento de pertencimento do jovem a um grupo, é também desafiadora da demonstração do *ethos* masculino numa sociedade que apela para o consumo fetichista, em que a idéia de liberdade passou a significar a generalização da forma mercadoria e a submissão a um individualismo generalizado, cujos sintomas narcísicos caracterizam as atuais estruturas egoístas nas relações sociais, nas ações antioletivas e ainda nas relações de parentesco e companheirismo.

Como já demonstramos na primeira parte deste estudo, os relatos indicam que, na maioria dos casos analisados, os jovens já constituíram algum tipo de vínculo afetivo mais estável, chegando cedo à condição de pais. Para eles, parece ter pouco lugar para as relações afetivas efêmeras que caracterizam os jovens de classe média urbana, expressa na figura do “ficante”. Essa condição parece demonstrar que, de alguma forma, conservam a crença na construção de laços de afetividade, buscam construir um outro mundo, onde o afeto possa ganhar lugar de destaque. No entanto, a condição de pais demanda novas responsabilidades financeiras, difíceis de cumprir com atividades lícitas.

Solicitados a assumir responsabilidades financeiras, intimados ao consumo fetichista, carentes dos valores da afetividade e da cooperação, com poucas ou quase nenhuma possibilidade de inserção no mercado formal, passam a vislumbrar no tráfico “a possibilidade imediata e imediatista de consumo, de status, de relacionamentos múltiplos, de poder e de sua expressão de rebeldia e de sua ainda indecisa, confusa e frágil identidade social” (MINAYO, 2001, p. 17).

Vinculando-se de forma consciente ou não a um dos mais lucrativos negócios da atualidade (como demonstramos no início deste texto), esses jovens, que “são apenas um pontinho nas conexões internacionais” (MINAYO, 2001, p. 18), pagam com a própria vida o efêmero prazer de serem reconhecidos como pessoas dignas de um lugar no mundo do consumo globalizado.

Neste estudo ainda nos resta uma indagação já posta por outros autores, mas que no nosso entender continua sendo uma inquietação difícil de enfrentar: a entrada no submundo do tráfico de drogas e a quase certeza da morte precoce pode ser considerada uma escolha? Por que tantos irmãos desses jovens partem para uma trajetória de busca do reconhecimento social através de vias lícitas, como pudemos constatar nos casos por nós analisados, no estudo de Assis (1999) ou ainda no premiado filme *Cidade de Deus*?

Respostas para tão complexa questão com certeza solicitam novos investimentos de pesquisa. No entanto, se podemos considerar a entrada no submundo das drogas como uma escolha, conforme o fizeram Minayo (2001) ou Assis (1999), é preciso ressaltar que não se trata de uma entre muitas opções. Diríamos, para finalizar, que a reprodução de mecanismos que fazem retroceder o processo civilizador pode tornar, senão impossível, muitíssimo remota a busca de escolhas voltadas para as práticas lícitas.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Gangues, galeras, cegados e rapps: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires de. *Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. In: *Revista Adusp*. Disponível em: <www.adusp.org.br/revista/07>. Acesso em: 23 abr, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

ELIAS, Norbert. *Sobre el tiempo*. 5. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

GOHN, Maria das Graças. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania*. São Paulo: Cortez, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES SANTOS NEVES – IPES. *Mortes Violentas no Espírito Santo 1997-2001*. Vitória, 2001.

GUEDES, Simoni L. *Jogo de corpo*. Niterói: Eduff, 1997.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: PUC, 1995.

MACHADO, Lia O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO et al. (Org.). Brasil. *Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996. p. 15-64.

MINAYO, Maria Cecília. Prefácio. In: CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Nem soldados nem inocentes: Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

MISSE, Michel. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

MONGIM, Andréa B. *A mulher e o tempo: um estudo a respeito do tempo ritual feminino*. Trabalho acadêmico (mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

MONGIM, Andréa B; ARAUJO, Gilda. *Educação, sociedade e violência: reflexões em torno da depredação do patrimônio escolar*. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora: ABEPSS, 2002.

SARTI, Cíntia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCARAMUSSA, Madalena; ALVES, Maria José ; BARRETO, Dagimar. *Reelaboração da identidade feminina a partir da inserção em movimentos sociais*. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Salesiana de Vitória. Vitória, 2004.

THOMPSON, E. R. Tiempo, Disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

WAISELFISZ, Jacobo. *Mapa da Violência III: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

ZALUAR, Alba. *A complexidade da violência: determinantes e conseqüências*. Pronex. Projeto: 073/98. Disponível em <http://www.cnpq.br>. Acesso em 30/06/2003.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 2000.

_____. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (Coord.), SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245-318.

_____. *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.